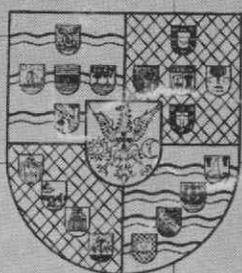


# AVEIRO E O SEU DISTRITO



NÚMERO

36

1986

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL DA ASSEMBLEIA DISTRITAL DE AVEIRO

FL  
908  
149



**AVEIRO  
E O SEU  
DISTRITO**

SERVIÇOS DE CULTURA  
OFERTA DA ASSEMBLEIA DISTRITAL

DIRECÇÃO  
EDIÇÃO  
PROPRIEDADE

DA

ASSEMBLEIA DISTRITAL DE AVEIRO

**bibRIA**



Número avulso . . . . . \_\_\_\_\_

*A Direcção da Revista não se considera vinculada às opiniões dos autores que publica.*

bibRIA

CAMARA MUNICIPAL DE AVERA  
- BIBLIOTECA -  
00157 - 9 JUL 87  
ENTRADA DE OBRAS





**bibRIA**

# Raízes da Fala e do Povo

Por Jaime de Magalhães Lima

À sua morte, ocorrida em 1936 — justamente há 50 anos — Jaime de Magalhães Lima projectava a publicação de uns 7 livros, a juntar aos cerca de 30 que já havia publicado.

Um deles encontrava-se totalmente pronto para a impressão, sob o título de ENTRE PASTORES E NAS SERRAS. A Portucel EP (Direcção Técnica) editou-o recentemente, integrando esta edição no programa duma homenagem que assinalou condignamente o 50.º aniversário do falecimento do seu ilustre e venerando Autor.

Outro era o princípio duma biografia de Leão Tolstói — um dos grandes mestres que Jaime de Magalhães Lima visitou em Iasnaia Poliana e a quem votava uma admiração ilimitada.

Entre os outros, havia um de que deixou apenas o título e o índice, mas cujo conteúdo fora publicado nas revistas: Portucel, Ilustração Moderna e Labor. Trata-se de AS RAÍZES DA FALA E DO POVO, que se publica integralmente neste número de «Aveiro e o Seu Distrito».

Com esta publicação, «Aveiro e o Seu Distrito» associa-se gratamente às comemorações do 50.º aniversário do passamento do eremita da Quinta de São Francisco e presta a sua sentida homenagem ao Aveirense que mais e melhor cultivou as letras pátrias e deixou o testemunho pessoal de um homem que soube libertar-se das cadeias do egoísmo e da vã cobiça, para se consagrar, de corpo e alma, à vivência humilde de um cristianismo autêntico, de raiz franciscana, que se espelha, de modo transparente, no seu próprio testamento: «A morte não é pena, é uma glorificação da saudade. Oxalá a merecesse daqueles que eu amei e me amaram e aos quais, pelo seu amor, lhes beijo as mãos».

biblioteca

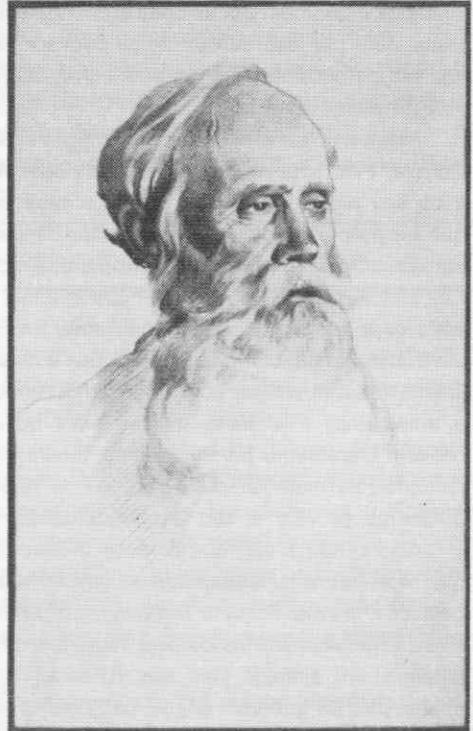
O povo, a terra e a língua Raízes da fala e do povo

Portucel

- 10. 2 = Um milho de águas.
  - 10. 10 = Os volves reais na defecção do adjectivo
  - 11. 15 = Natureza e carácter do Fielme
  - 11. 18 = Problemas de individualidade sobre o rigido dos f. l.
  - 11. 19 = Raízes da nacionalidade portuguesa, etc.
  - 11. 22 = Camões
  - 11. 30 = A arte da cidade do povo - 32 = Arretr. 40, legião
2. Ar moderna
32. Cartões etnográficos
46. Regionalismo

Labor

- 28. Unidade da acção sobre o pensamento na linguagem
- 30. Ciência da linguagem
- 33. A arte da dicção
- 35. A leitura
- 36. A estrutura da língua de Portugal
- 44. Apreciação crítica do falante e de quem se a linguagem



JAIME DE MAGALHÃES LIMA - Retrato do pintor Martins Barata

## EIROL

### Um ninho de águias e as suas sugestões

Foi o Sr. Dr. Mendes Correia quem pelos *Povos primitivos da Lusitânia* me ensinou a ver na face de cada homem o tumulto das gerações e dos tempos, e toda a beleza da sua tenacidade e arrojo e toda a fidelidade como toda a renúncia às aspirações do seu ser. Particularmente na face da gente da nossa terra e do nosso sangue, por ali se descerrou a contemplação de uma epopeia e de uma história revivida a todo o instante, feitos heróicos e trabalhos de Hércules, combates e vitórias e derrotas, todo o mistério profundo e insondável da criação das raças e da sua vitalidade e duração.

Desde então, desde que essa preciosa lição escutei, em cada olhar do vizinho que cruza com o meu olhar e o prende, encontro confissões patentes de uma vida muitas vezes secular que ali se perpetua; em cada traço do rosto e em cada ruga da fronte, e no descerrar dos lábios e no desfilar dos cabelos, há lampejos de revelações e revivescências intermináveis, ressurgem feições, gestos, desejos, vontades e paixões e sonhos e acções, e amores e aversões e crenças e inclinações que o passar de dias inumeráveis e de inumeráveis acidentes é incapaz de dissipar.

Porventura, acontecerá que o mais científico dos livros é naturalmente e por sua própria condição o missal mais abundado de poesia. Porque a ciência, onde ciência é e mais longe for e tocar os extremos da sua dilatação remota em poesia e religião, avista os horizontes do mistério, e para os percorrer nos dá asas e para o nosso vôo nos oferece um ponto de apoio, suscitando interrogações e alentando aparições de formas e poderes que de todos nós têm vencidos e que nem por se chamarem humildemente hipóteses, nem por isso deixam de se converter em certezas, por virtude de uma estranha e inflexível confiança que as reveste desta qualidade.

Assim foi para mim com a obra magistral do Dr. Mendes Correia. Pela simples profundidade das suas investigações e do seu discernimento de exame e saber e estudo, eis que de pronto e por magia de ocultas simpatias nos põe em contacto com a multidão e tropel das raças e influências étnicas que fabricaram o sangue lusitano; e doravante, após esse fecundo e salutar baptismo, na face de cada um transparecem centenas de criações e de seres, de cuja substância o nosso ser actual se formou em combinações e amálgamas e sínteses infinitas, nas quais entretanto revivem claramente por momentos, inteira ou fragmentariamente, as mais remotas criações de que as criações presentes provêm e são a representação incorruptível.

Agora, não mais haverá faces mudas; porque cada qual nos refere instantaneamente as lendas sem fim da sua gestação. Mercê daquele iniciação em deleites inefáveis e seu estímulo, ministrados pelo segredo de robustíssimos talentos, um simples livro nos renasce o espírito para contemplar de um novo ângulo os homens que da obscuridade que nos envolvia mal a lobrigávamos; e depressa nos habituamos a perguntar pelas vicissitudes da sua

jornada e pela rota em que navegam, àquelas mesmas faces que há pouco eram apenas sombras vagas, só muito superficialmente se distinguindo entre si todas caladas, sem voz que nos tocasse o entendimento e a emoção.

Nesta disposição de espírito — acaso poderia dizer, sem maior violência, sob esta disciplina, nesta ansiedade de visão e interpretação do passado, reproduzido e palpitante em vidas presentes, nesta aventura e diligência, ao mesmo tempo inquieta, cúpida, e atenta, é que em um lugar pouco menos de ignorado, tanto se afasta dos caudais do tráfego, tive o feliz ensejo de ver ou sonhar um interessantíssimo achado do remanescente incorruptivelmente puro de uma denodada e antiquíssima proeza étnica.

A 12 quilómetros de Aveiro, na margem esquerda do rio Águeda e muito próximo do ponto em que este rio confunde no Vouga as suas águas, em um sítio de uma rara beleza de paisagem, um encanto, na realidade, existe a povoação de Eirol, em uma planura não muito extensa, encastelada no cimo das ribas altas, muito altas, cortadas na pedra, quase a prumo, sobre o rio. E foi aqui que um dia, em boa hora, no fim da missa, e estando a capela mor cheia de homens, todos voltados para o altar, e largamente iluminados por uma janela lateral, por cima do ponto donde os via, olhei para aquele ajuntamento, quedo e atento, como se pousasse para exame, e num rápido momento de fulguração verifiquei com surpresa que, na sua grande maioria, aquele ajuntamento parecia resumir-se em um só perfil aquilino, a tal ponto se estendia em suas faces a coincidência dos elementos que as compunham. Uma só linha de rosto com uma tal insistência e invariabilidade repetida, uma tão aguda vibração de identidade entre individualidades no primeiro aspecto tão diferentes, creio que raro poderá encontrar-se.

Depois, mal se me esboçou este quadro magnífico, e para o acentuar ou dissolver, olhei para a gente, no geral mulheres, que se aglomerava no corpo da igreja; e aí, cabelos loiros que eu visse, só os de uma criança, o mais, tudo de olhos escuros, cabelos pretos ou castanhos e tez morena — facto para mim tanto mais facilmente saliente que morando em Eixo e daqui sendo oriundo, estou habituado a ver gente, de ordinário branca, olhos azuis, cabelos loiros e perfis obtusos, como convém ao sangue nórdico, exactamente o oposto da ressurreição oriental que em Eirol descobria.

Então, entrei a adivinhar: o mar batendo naquela fortaleza inabalável edificada em rocha, — o que é certo e averiguado; barcos do Oriente que traziam os mercantes navegadores das praias e empórios do Mediterrâneo, se gregos, israelitas, fenícios, cartagineses ou quaisquer outros da mesma cor e compleição, pouco importa; desembarque, retardatários ou preguiçosos ou aventureiros que ficavam e para maior segurança iam abrigar-se lá no alto, no recanto mais defensável; depois, isolamento, vida sobre si, isenção de cruzamentos, fidelidade à raça, imposta pela situação e pelo carácter estranho da civilização própria; por fim e até hoje, pois que o isolamento

étnico se constituiu em hábito e regra de vida, uma aldeia de uma peregrina pureza de raça, naturalmente fechada a bastardais, um verdadeiro ninho de águias que a estrada e a via férrea se encarregarão de desbaratar e corromper.

Mais: o que ali desembarcou e procriou, não foi um punhado de homens, foi uma civilização, um sistema de crenças e uma moral e uma poesia e uma economia e uma estética, uma forma de existência e de louvor e amor, uma cidade enfim, que vinha a durar séculos e séculos, e cujo espólio ali subsiste e respira.

E a imaginação entra a exaltar-se, e naquelas faces e naqueles olhos, em devaneios sem fim, traduzimos e são actualidades e pulsam seu robusto pulsar Homero e Heródoto e Jesus e a Bíblia e os fariseus e os apóstolos. Ali nos falam o seu pensamento e a sua aspiração e — muito provavelmente, senão certamente — na sua voz.

Claro está que os homens de compasso e metro se escandalizam com esta petulância dos ignorantes que por profanação perversa entregam a ciência aos malefícios da imaginação. Se fossem a Eirol, lá achariam em cada homem, por bom proveito dos princípios, dezenas senão centenas de diferenças e distinções que apartariam aquela gente em labirintos de famílias, espécies, sub-espécies e variedades, e as atribuiriam a diversíssima origem. Não será difícil a tarefa, tanto mais que ali, como em toda a aglomeração de homens mesclados por emigrações infinitas, além de elementos heterogêneos hereditários que sempre se baralham e vogam mais ou menos em toda a geração, a natureza, sem dúvida seguindo uma lógica que a nossa lógica não alcança, não escapa à precipitação accidental em amiudados absurdos, quando Deus quer fazendo surgir sinais abstrusos de degeneração e oposição onde não se percebe a mínima circunstância de ambiente ou atávica que lhes explique a assistência.

Os homens da ciência ordenada não se conformam com a ciência anárquica a que a fantasia do mero instinto é propensa.

Mas os olhos que por impulsos insubmissos de sua condição de nascença hajam sido votados a sintetizar de chofre em individualidades singulares mas eleitas os elementos de definição dispersos nos erros fisionómicos da colectividade étnica, não se convencem facilmente pelas *medidas* das ciências exactas, embora lhes reconheçam seu elevado valor de auxiliares de uma ponderada interpretação; e, então, quem for sujeito a esse impressionismo e ao seu predomínio, mais esperando das cintilações da vida no seu tumulto dinâmico que da balança e da régua no seu vigor estático, será incapaz de se desligar e descrever do afêro ao que *viu* e surpreendeu e, bem ou mal, se lhe afigura a realidade essencial animada e subjacente, conclusão sumária e última, e solução de diversidades puramente superficiais, por obscura audácia da intuição condensadas em unidades positivas.

Acaso na definição de uma família étnica os *ares da família* serão o indicador mais penetrante para quem por natural delicadeza da sua sensibilidade os perceber. Porque a definição de uma família étnica supõe e não dispensa a apreensão do ritmo visual e auditivo em que

se exprime, e os movimentos deste ritmo, de natureza vibrátil imponderável, escapam às faculdades de registo de quaisquer instrumentos antropométricos, e só por virtude da compleição psicológica do espectador, armada de capacidade física correlativa que bem a sirva, poderão distinguir-se, se é que o exame étnico por instrumentos de medida não é essencialmente destrutivo daquele ritmo, o qual, sendo harmonia de elementos parcelares inseparáveis, entretecidos em estado orgânico, logo entra a desfigurar-se e escurecer-se e mutilar-se onde esses elementos parcelares começam a estremar-se e desconjuntar-se pela análise, como se vida própria, independente, e significação pudessem ter assim constituídos em unidades destacadas de qualquer superior em que se englobavam.

### OS VALORES VOCAIS NA DEFINIÇÃO E ACÇÃO DO ADÁGIO

«A Portucale», de Março-Abril de 1929 (vol. II, pág. 214-215), transcreve da «Revista da Academia Brasileira de Letras» passagens deveras interessantes de um artigo em que o muito ilustre e consagrado mestre da língua portuguesa, Sr. Dr. Afrânio Peixoto, responde a diversas observações da Senhora D. Ana de Castro Osório sobre adágios comuns a Portugal e ao Brasil.

No decorrer do exame, o Sr. Dr. Afrânio Peixoto escreveu:

«Em casa de enforcado não se fala em corda».

Não é assim que nós mais usamos.

Preferimos transpor os dois membros da frase e habitualmente a enunciamos nestes termos:

«Não se fala em corda em casa de enforcado».

Mais:

«Albarda-se o burro à vontade do dono», dizemos nós «albarda-se o burro à vontade do seu dono».

«Quem o inimigo poupa às mãos lhe morre» traduzir-se-á entre a nossa gente por «Quem o inimigo poupa nas mãos lhe morre»; e «Onde se dão aí se levam» é correctamente, na minha província «Onde se dão, aí se apanham».

Discrepâncias mínimas, dirá o crítico, ao primeiro aspecto; escrúpulos de beata, modos equivalentes de um mesmo dizer nas suas variantes, em nada mingando uma concordância de significado perfeita.

Até onde, porém, a minha tímida e confusa experiência pode aconselhar-me, ousarei dizer que essas diferenças estabelecem largas distâncias.

Ora ouça-se bem as duas formas divergentes dos adágios que apontei. Sem dúvida, os seus conceitos coincidem, absolutamente. Mas a música é diferente em cada um, diferente a modulação, posto que às vezes se resume numa sílaba a mais, como onde se troca «levam» por «apanham», e outras vezes seja questão de uma letra a mais ou a menos, como «nas» mãos substituindo «às» mãos.

Serão murmúrios mínimos estas diferenças, mas valores capitais de sonoridade na estreiteza do seu espaço. Para o adágio, a sua música representará uma força

latente essencial, um elemento superior do seu poder comunicativo e da sua vitalidade; pois o adágio tanto subsiste pela robustez intelectual convincente como se insinua e fixa e encorpora em o nosso espírito pela sua subtil capacidade emotiva. Domina não só por ter razão mas, também e muito, por efeito da presença da sua beleza musical. É um preceito e uma canção, ou antes um preceito numa canção; e o vigor do preceito afrouxa e irá mesmo até se extinguir, se o seu instrumento de comunicabilidade que é a música da linguagem, se altera e entretanto deixa de se mover e o propagar na plenitude da sua vibração. Cada sílaba será uma nota, e na conjugação das palavras se mostrará ou se quebrará a harmonia que transforma em deleite o conhecimento; e uma nota bastará para acentuar ou esmorecer e perturbar o canto pelo qual o adágio nos chama e persuade.

Assim o adágio ou prevalece e se expande, ou decai e passa indiferente, conforme o tom e a suavidade ou rudeza em que é declinado. Uma deficiência musical o enfraquecerá e apaga, e uma ligação feliz lhe garantirá a fixação em a nossa memória e uma acção duradoura em a nossa psicologia e suas operações e afirmações concretas.

Porventura acontecerá que, ordinariamente, o adágio se exprime em dois acordes antitéticos em equilíbrio; e será mesmo no despertar desta sensação de ponderação e na sua influência em o nosso ânimo que reside um dos mais profundos segredos de captação e de reflexão activa consequente no governo das nossas inclinações.

Donde resultaria que em matéria de colheita e estudo do adágio todas as variantes convém absorver e notar, tal como na interpretação das canções populares.

Sem prejuizo de ligações e feições de família constantes e manifestas, a cada uma das suas formas corresponderá qualquer coisa como uma diferente personalidade.

#### **NATUREZA E CARÁCTER ESPECULATIVO E ESTÉTICO DO FOLCLORE**

Folclore, segundo leio no *Chamber's Encyclopædia*, em artigo de Tomás Davidson, é termo moderno, proposto em 1846, por W. J. Thoms, no *Athenæum*, para englobar numa só ciência o que até então andava disperso, em fragmentos, como pedaços de um templo derrubado, recolhidos e dispostos sob infinitas rubricas — antiguidades, arqueologia, lendas, ritos, jogos, mitos, danças, crenças populares, tradições, prejuizos, superstições e muitos outros nomes, inumeráveis, que sirvam para classificar o remanescente, morto ou vivo, actual ou passado, da história e da constituição, espiritual ou concreta, da gente comum, quando observada e considerada na expressão real da sua ingenuidade primitiva fundamental.

Perante um facto de tão largo alcance, não será aventura de todo insensata suspeitar que, se em 1846 essa massa ingente de conhecimentos podia com o aplauso dos eruditos ser designada por um nome único, é que afinal entrávamos a verificar que havia certa unidade de espírito e de forma na sua substância, um só

corpo e uma só alma, embora infinitos fossem os modos por que essa individualidade se exprimia, embora infinitas fossem as formas que criava e os movimentos em que se agitava e palpitava. Reduzida a uma breve síntese toda essa vastidão e multiplicidade, implícita estava a insinuação da sua identidade e conjugação em um princípio único e vivificante.

Romance vivido e vivente da grei, encorporado no seu sangue e transmitido e revivido pela acção espontânea do contacto e colaboração em que a formação e o crescimento da sua gente se opera; anónimo, corporativo e orgânico nos agrupamentos étnicos, expressão sensível infinitiforme da aspiração e da psicologia comum a essas unidades compostas, quer essa aspiração retalhe o lenho e conceba e execute as linhas do berço ou a estabilidade da mesa quer modele o barro do cântaro ou erga e argamasse as paredes e o tecto da cabana, quer no canto dê voz ao arrebatamento poético ou no altar adore e suplique divindade e lhe reconheça o poder e lhe trace a figura — o folclore a todo o estado de alma responde e em todo o estado das coisas e do movimento imprime esse estado de alma, necessidade, devaneio, visão ou crença ou fé ou simples utilidade que ele seja.

Deste modo, não será sem violência que se pode fazer do folclore uma ciência; sendo uma arte uma arte de uma complexidade extrema, abrangendo conjugadas todas as actividades íntimas e extremas do homem, só pela intuição estética essa arte, como todas as artes, é susceptível de ser sonhada e interpretada, só em formas de arte que lhe sejam espelho poderá ser convenientemente traduzida. Derivando da vibração contínua da vida e da sua flutuação e palpação ininterrompida e infinda, o folclore deixará de ser o que é, atraioará a natureza da sua própria substância, desde que tentemos decompô-lo em seus elementos para em nova ordem os sujeitar a categorias, limites, divisões e classificações que constituem a graduação científica e a rigidez dos seus sistemas. O fluido é inimigo do específico e o folclore labora em estado de fluidez.

Reflexo ondeante e inquieto de modos de ser humanos na sua totalidade, o folclore move-se em uma exigência irreductível de integridade, radicalmente oposto ao propósito e espírito e prática científica, cuja base, não prescindindo da decomposição e análise, iniciais na sua obra, demanda a destrinça e nudez de princípios, que no folclore subsistem, certamente, mas tão enredados em suas relatividades e nas criações que nessa condição produzem que, se por mutilação os apartamos das formas, nas quais se acham englobados, e cooperando, logo deixaram de ter significação. Ciência de folclore, como ciência, quanto poderá é apenas esclarecer e revelar, dar manchas de luz à tela, aqui e além lavá-la de poeiras que lhe empanem um aspecto, pois quanto a desfiar-lhe a urdidura e cortar-lhe os fios, isso importará uma simples destruição que sendo desrespeito da beleza nunca chega a ser a definição da verdade. Síntese misteriosa, o folclore só se compreenderá e sentirá em estado de harmonia. Desmembrá-lo, seja para o que for, é deturpá-lo e obscurecê-lo.

Quando se ponha em forma meramente descritiva, poderá o folclore reduzir-se a uma estampa e aí mostrar as suas ramificações, mas nem por isso pode encerrar-se num catálogo e por esse meio nos revelar a sua natureza e nos comover pela sua graça. A robustez da unidade restringe rigorosamente a faculdade de exame, tal qual a cera que apartada do fio não dá luz nem aquece nem nos alegra na contemplação da chama.

Se insistimos em amoldar o folclore a uma estrutura científica, por ventura o acharemos em condição semelhante à da música, quer esta se observe e sinta em quem a compõe, quer a julgemos na impressão de quem a ouve. Folclore e música são fenómenos de harmonia entre diversísimos e inumeráveis elementos que se congregam na expressão da sua natureza, vibrando em uma unidade indivisível e rematando numa fascinação que excede as nossas faculdades de análise e especificação metódica e, apenas, por efeito do enlevo estético que provoca, se percebe e ama. Certo é que na música se distinguem notas e compassos, escalas e acentos, metais e cordas, instrumentos e tons e claves — tudo o que é susceptível de discriminação e ordem e sistema, como a ciência requiere. E certo é, igualmente, que no folclore se compreendem danças e costumes, rimas e ritos, jogos, crenças e lendas, casas, alfaias, animais domésticos e bravios, deuses, fadas e demónios — tudo o que cabe perfeitamente em séries de número e nome, como a ciência usa. Mas em qualquer daquelas duas actividades da nossa vida íntima e externa, no folclore como na música, presente-se constantemente o eco de uma só voz, um impulso e um movimento que escapa às malhas apertadas da ciência e tremula, incoercível, numa onda sonora e radiante que só a emoção alcança; expressão da alma de quem os fabrica, por mistério do génio colectivo, deleite dos sentidos e do coração daqueles aos quais tocaram e arrebata, no folclore como na música a arte de criar completa-se pela arte de receber, mercê de simpatias e estreitas afinidades subconscientes em que ao coro magnífico respondem ecos comovidos.

A compreensão do folclore será essencialmente um facto de sensibilidade no qual a inteligência, não comunicando pouco, é afinal o mínimo; será um facto de transposição de alma em alma e de vida em vida, o acordar de vibrações paralelas e simultâneas entre o singular e o comum, entre o pessoal e o anónimo, o reconhecimento intuitivo de uma filiação imanente e recíproca entre o homem e a grei. Estudá-lo é recriá-lo e revivê-lo, com todos os desvios, deficiências, omissões, acréscimos, sobreposições, coincidências e extravagâncias que toda a repetição de qualquer criação importa e são o sinal do movimento e condição em que ela se efectua, impressão do accidental no essencial e do transitório no perpétuo. O que do mistério nasce é o mistério, e não por ciência, que se conhece e se reproduz.

Tem a sua mística o folclore. A essência mais subida não é a sucessão de formas e de gestos, de diverso carácter e aspecto; é a presença de um estado de alma, uno e o mesmo em toda a latitude e pluralidade extrema

das manifestações concretas que nas realidades vai gerando, nelas vertendo o princípio e a aspiração indivisível de que dimanam. O oleiro que nas suas mãos aperta o barro e o torneia, e a ceifeira, que cantando lança a foice e casa o ritmo do braço com o ritmo da emoção, ambos parecendo distantes no mister, estão próximos em a natureza da energia que lhes governa o gesto, e movem-se pelo impulso latente de uma só harmonia, por uma só lembrança platónica da Beleza em que se alegram e que dos céus lhes vem e na sua obra encarna.

Folcloristas são poetas, não são homens de ciência; as suas obras são interpretações de uma bíblia, cancioneros e romancesiros poéticos, o tablado em que se executa uma glorificação. Seja qual for a forma que adoptem para as suas colecções, com ou sem plano científico, por curiosidades a granel ou em série metódica, simples colheita indistinta de observações e estampas ou conjugação sistemática de factos, o que por fim envolve essas vastíssimas searas e a uma beleza que as povoa é o seu perfume espiritual, a atmosfera que respiram, o adejar de encantos que constituem uma arte e escapam à determinação e à pressão científica, rebeldes a todas as prisões, em liberdade se erguendo e iludindo por poderosos nadas o nosso meditado esforço para os dominar e ordenar na coerência e solidez de quadros lógicos.

Deste facto acharemos bom exemplo no que particularmente se passa com as canções populares.

Van Gennep (1) fala-nos de canções cuja melodia «é a mais fluida e mais esquiva à nossa apreensão que as palavras, e a nossa ciência encontra sérios embaraços se trata de discernir grupos ou categorias melódicas populares». E para corroborar a asserção, o sábio e experimentado estudioso invoca o testemunho de Tiersot onde este disse: — «Frequentemente se encontram variantes de uma mesma canção; posso assegurar que nunca todas estas variantes se cantaram com a mesma ária, e mesmo que nunca se encontraram absolutamente idênticas sob o ponto de vista musical. Uma simples alteração na tonalidade e no movimento pode dar-lhes uma fisionomia tão nova que a análise mais subtil se acha às vezes impotente para lhes destrinçar a substância primitiva»

Na observação directa do folclore, como no conceito dos que mais profundamente o conhecem, tudo leva a crer que nas canções populares há certo remoto princípio e acção correlativa que escapam à definição científica e à sua interpretação e governo. De certo ponto em diante, entrarão numa esfera na qual o conhecimento da melodia deixou de caber nos estreitos limites da ciência, para ser revelação e visão de uma essência etérea. E, então, as formas deixam de ser objecto de ciência para serem a irradiação de uma arte mandada por subtis inspirações religiosas.

Acaso será lícito aventar que não é a ciência a porta de entrada no âmbito sagrado do folclore. Para ser inteiramente possuído pela nossa emoção e pela nossa inteligência, o folclore não se dirá, canta-se; não se arrolará em folhas escritas, vive-se e serve-se por amor em nossas

inclinações e acções, na poesia dos nossos sonhos que com a sua alma se identificam, e no labor dos nossos braços e suas edificações que com o seu legado se conformem, no alvoroço de alegrias nossas que as suas alegrias perpetuem.

### **PREDOMÍNIO DA INDIVIDUALIDADE SOBRE A RIGIDEZ DE FORMAS ESPECÍFICAS NA GERAÇÃO E USO DOS VOCÁBULOS**

Durante trinta anos consecutivos, semeei e cultivei mais de oitenta espécies de eucaliptos e mais de vinte espécies de acácias australianas, disseminadas por cerca de quarenta mil exemplares, promiscuamente plantados em variadíssimas condições de terreno e de situação climática, numa área relativamente apertada.

Comecei então a observar assiduamente se essas sementes, de diversa proveniência, produziam plantas que condissessem com a descrição que de cada espécie eu tinha nos respectivos tratados de botânica, e a princípio convenci-me de que, no geral, quase na totalidade, todas se mostravam de uma genuinidade perfeitamente autenticada.

Mas durou pouco tempo esta confiança; à medida que os anos passavam e as árvores medravam e se erguiam, as divergências multiplicavam-se e a inconstância prevalecia. Exemplares tirados de uma mesma sementeira e plantados na mesma hora e em linhas contíguas apresentavam largas aberrações da forma específica consagrada, tão rasgadas e francas que não se podia duvidar fundamente da sua identidade. Até que, havendo essas árvores atingido a idade de florir e frutificar, entrei a usar sementes já colhidas em exemplares da minha cultura e nessas reproduções verifiquei que a regra era frouxa perante os seus caprichos, e o que afinal se achava era uma diversidade contínua e sem limites de desvios das formas originárias, imediatamente anteriores; não tinham conta os cruzamentos manifestos nem tão pouco seriam menos numerosas as hibridações suspeitas; a individualidade e a singularidade prevaleciam sobre todos os padrões e sobre todas as coincidências específicas, a tal ponto que houve uma espécie de acácia que em quinze anos de reprodução sucessiva, quer espontânea quer intencional e cuidada, nunca deu um só exemplar inteiramente igual aos provenientes da primeira sementeira, embora eu insistetemente o houvesse procurado, porque os exemplares primitivos eram de uma esplêndida beleza na sua flor, sendo entretanto pobríssimos de formosura os que de geração em geração lhe sucediam. Daí em diante me faleceu toda a confiança dos primeiros anos; pôr ordem nesta anarquia irreprimível da vida, dividindo por espécies os seus elementos, afigurou-se uma classificação a cada passo claudicante, na qual, para se efectuar, a multidão densíssima de caracteres reputados secundários tinha de ser arbitrariamente suprimida, ou pouco menos, quando, aliás; a cerração e a flutuação desses caracteres frequentemente precipitavam na sombra toda a arquitectura específica. Há espécies de acácias que, mesmo plantadas separadas e distantes,

tal tendência a variar trazem consigo que parecem alheias a qualquer regra na sua formação; multiplicam-se muito mais por uma liberdade infinda de acidentes que pela obediência a linhas inflexíveis.

Esta foi a minha primeira e prolongada lição em matéria de classificação de elementos da vida orgânica. Referia-se a espécies botânicas; não tardou, porém, que pela reflexão e pela experiência houvesse de lhe ampliar a aplicação e a terminasse convencido de que o que acontecia com as árvores acontecia com todas as plantas, e porventura com todas as rochas, e o que acontecia com todas as plantas acontecia com todos os animais, e o que acontecia com todos os animais acontecia com todos os homens e com todas as formas nas quais a vida dos homens se move e exprime.

\* \* \*

Ora façamos com as palavras o que fizemos com as árvores; façamos com esses fugidios seres uma experiência idêntica à que empreendemos com aquelas enraizadas formas — experiência em que, aliás, de continuo e decudadamente todos nós colaboramos, portadores gratuitos deste infindo comércio que é a propagação e permuta dos vocábulos.

Suponhamos que há trinta anos, deliberada e expressamente, havíamos transportado do lugar em que se criaram para outro que até então os ignorava oitenta ou cem vocábulos, elementos de um dialecto estranho. Que resultados temos de esperar, de certeza, desta nossa diligência, a julgar por aquilo que quotidianamente podemos verificar na linguagem usada connosco e em volta de nós? Acharemos que cada palavra, emigrando, logo mudará e variou pela transformação natural a que a sujeita a boca e o gesto e a compleição orgânica e as circunstâncias do berço e da casa de quem a emprega e de caminho a amolda a seus modos, determinados estes por um vasto complexo de influências ancestrais e actuais indestrinçáveis.

Exemplos:

Nas pessoas que me rodeiam, por sua origem provenientes de diversos lugares mas há muito incorporadas pela habitação e pelo sangue na mesma comunidade, aqui ouço, pelo menos, três interpretações vocais da conjugação *como*, que na sua acentuação e pronúncia irá desde *cómo* e *cómo* até ao mais desfigurado e corrompido *cumo*.

A minha vizinha, aqui nascida e criada por família de longa data aqui habitando, aprendeu a língua materna na escola oficial, que durante alguns anos frequentou com distinção; e, sem embargo, tem um falar aberrativamente seu, não se confunde com o de nenhum dos seus parentes nem com o das companheiras da sua idade. Para significar *esta* diz *êsta* e não *êsta*, como o vulgar da sua aldeia, e diz *rôsa*, e não *rôsa*, como o comum, embora este por sua vez diga *rôsinha*, e não *rôsinha*, segundo o uso minhoto.

Perante entoações assim rebeldes aos mais aturados contactos, logo se perguntará em que novelo de atavismos

distantes e em que composição de sangue se fabricaram e persistem irreductíveis divergências tão insistentes, raramente contrastando com o carácter comum mais próximo.

Semelhantes desvios, por pouco nos precipitarão na aventura de uma conclusão sumária, dizendo-nos que cada voz tem a sua língua.

\* \* \*

Porventura serão como as árvores os vocábulos que usamos para significar os nossos pensamentos e emoções.

Cada palavra terá seu contorno e vibração particular e única conforme flexões privativas misteriosas, e senti-mos-lhe, revivendo, não só uma genealogia, facilmente cognoscível e reconhecida, à qual muito genericamente chamamos etimologia, mas também uma história activa, de muitos séculos e muitos lugares, que de ordinário não temos meio de averiguar claramente, embora algum demónio nos assegure a sua existência. Em cada palavra se contereão em movimento e patentes, entre as linhas de um registo civil declarado, acidentes ocultos de uma existência, ligações consanguíneas e justamente casa-mentos extravagantes dos seus antepassados com famílias estranhas, próximas umas, outras distantes, e todas com uma feição própria, da qual restam em cada caso fra-mentos dispersos. Cada palavra sofrerá atavismos e pressões continuadas das vizinhas, e encorpora e capita-liza nos seus haveres e nos seus modos (sobretudo na acentuação, muito mais que na construção) heranças mais ou menos largas e duradouras, conforme as fatali-dades e as vicissitudes da jornada determinaram.

Quando encontrarmos a filologia erudita afreimada em busca da origem demonstrada de cada palavra e aventando hipóteses mais ou menos plausíveis para a decifrar, tenhamos por muito provável que por cada facto que a análise das recordações e dos arquivos consegue estremar, mil outros igualmente poderosos nas suas con-sequências escapam à nossa apreensão.

Acaso o lexicógrafo, na sua timidez e modéstia e nos seus affectos, será mais seguro neste labor que o filólogo, na sua fria profundidade e severo exame. Todos os dias o lexicógrafo acrescenta o dicionário e esmalta o seu rebanho com palavras, novas umas e simples variantes outras; os seus achados não têm fim como fim não tem a vivração da vida na qual os procura e colhe. E deixando a investigação das causas e muita imperti-nência de suas interrogações baldadas, o mais prudente será aquele que sem se perder no anseio da descoberta das veias do manancial se sacia na claridade da água corrente e nela se banha e deleita e anima e exalta, tão esteticamente feliz como cientificamente bem avisado e praticamente rico.

### **RAÍZES DA NACIONALIDADE PORTUGUESA E MATERNIDADE DA SUA CIVILIZAÇÃO**

As ruínas arqueológicas de Citânia e Sabroso «na sua singleza e sóbria humildade, significam para nós, os

portugueses de hoje, o testemunho mais intenso de uma nobre e remotíssima ascendência e da pureza de uma raça antiga e forte, que persistiu, através dos séculos, arreigada às suas tradições e aos seus deuses, indómita perante o invasor, pela violência das armas e, mesmo subjugada, resistindo sempre, pela vontade inquebra-tável».

É nestes termos que o muito ilustre antiquário, Senhor Mário Cardoso, concebe e classifica a natureza, carácter e fulguração daqueles preciosos achados e ao mesmo tempo honra quem nos doou essa excelente fortuna, enquanto por labor e talentos de um bem avi-sado intérprete assim ergue um devoto monumento, tão desataviado quanto perdurável e sólido, à memória de Francisco Martins Sarmento.

Vulto gigante da pleiade dos eruditos que no último quartel do século XIX renovaram o conhecimento da civi-lização da nossa pátria, foi Martins Sarmento, por tantos e tão legítimos títulos notável e famoso e nobre, quem nos desenterrou e mostrou em toda a sua extensão e significação essas elequentes ruínas de Citânia e Sabroso e dos centros circunvizinhos; foi ele o benemérito que as ergueu das suas sepulturas e as ofereceu aos nossos olhos surpreendidos, graças ao seu entranhado amor da sua terra e da sua grei, eficazmente animado e coadju-vado por uma fecunda e sagaz actividade, e trabalhando com aturado sacrifício, não só de corpo e alma, mas também dos seus haveres pecuniários — virtude esta, de excepção, assaz esquiva, realmente, nos hábitos da gente rica do nosso país, de ordinário mais inclinada a multi-plicar proventos que a pagar o esclarecimento do seu espirito e do próximo à custa da sua algibeira.

Sem dúvida, à glória do génio autêntico que foi Francisco Martins Sarmento, não podia tributar-se oferta mais piedosa e digna que a cristalização inteligente da sua própria obra, por este modo o tornando acessível à atenção e curiosidade e compreensão das plebes da erudição, para que estas aí corrijam a ignorância e comun-guem da grandeza e fé e dedicação do sacerdote eleito.

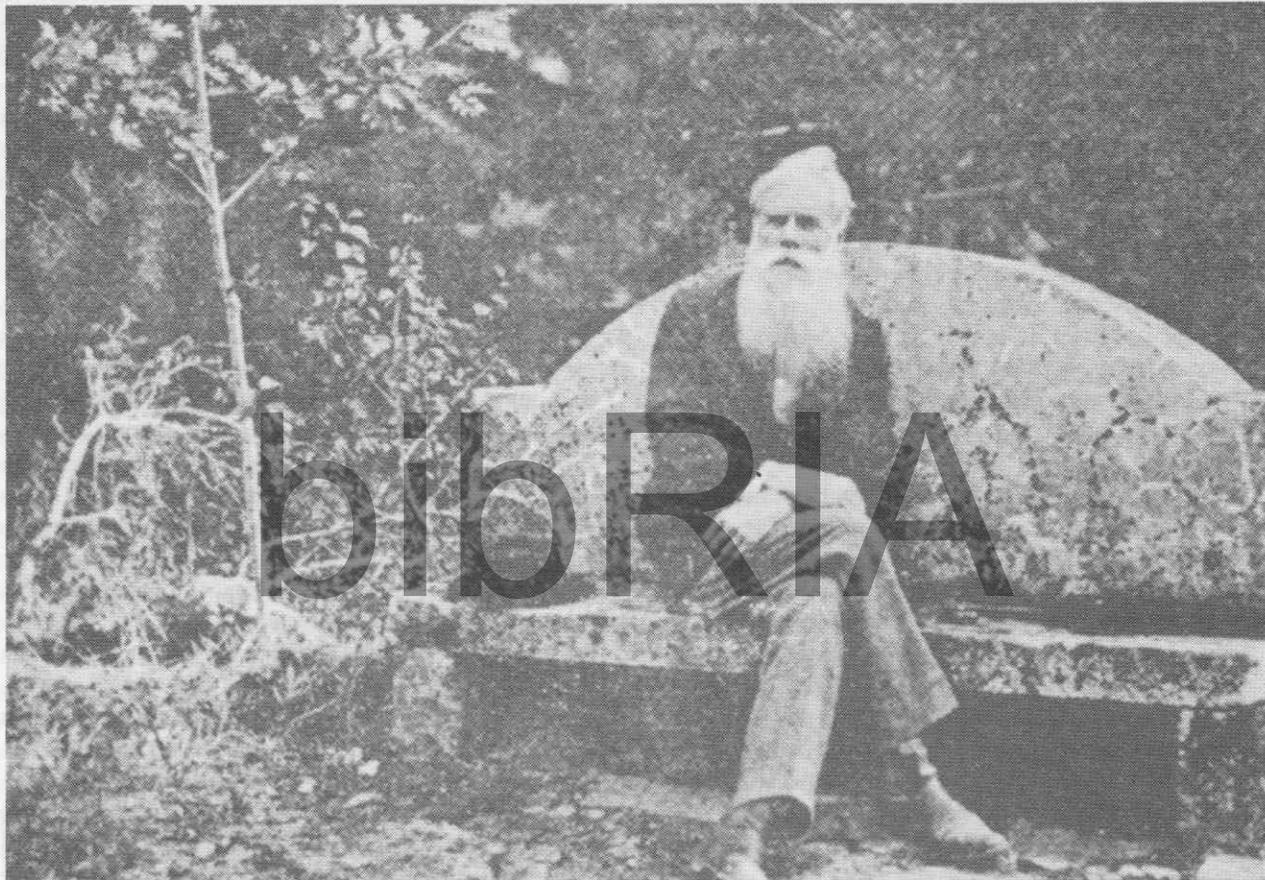
Esta foi a missão em que o Senhor Mário Cardoso se empenhou, em boa hora, com muito proveito e gra-tidão das letras portuguesas e pleno êxito da sua dedi-cada tentativa.

Dando-nos relação sucinta da gente que habitou Citânia e Sabroso, e nas ruínas dos seus refúgios e fortalezas lhe inventariando e analisando o espólio, o Senhor Mário Cardoso compôs um bem pensado e bem nutrido livrinho, ao qual em modesto subtítulo chamou «notícia descritiva para servir de guia ao visitante» de Citânia e Sabroso, sem que, todavia, a timidez recatada com que essas folhas nos são apresentadas pudesse privá-las de ser testemunho inequívoco do alto merecimento de quem as traçou. Na verdade, breves no aspecto mas extensíssimas na significação, essas folhas constituem um oportuno e superior estudo, a acrescentar aos arquivos da história nacional, naquele ponto em que ela mais esforçada e seguramente procura avistar os seus fundamentos — ou,

antes, a acrescentar aos arquivos da história da civilização neste recanto da península ibérica, para o qual a formação da nacionalidade portuguesa foi o mais brilhante acidente da sua vida multissecular. Perante vestígios da qualidade destes que Citânia e Sabroso nos patenteiam, a batalha de S. Mamede, alçando do chão o cunhal de um reino, ao diante tornado um grande império, e naquele momento lhe dando uma dinastia de sagacíssimos reis, esse incêndio de uma hora que nos pareceu uma renovação do mundo, teria sido apenas o estremecimento superficial de um instante do destino de aglomerações étnicas e económicas que de longe vinham, dilatando a

senhor Mário Cardoso agora, pacientemente, nos ensina a soletrar. Eis que, com erudita e bem provida clareza, a concisão, e a riqueza da substância e a linguagem tersa e firme habilmente foram casadas por bom mestre, para iniciar a nossa gente e o nosso país na descoberta das suas origens mais remotas, levando a pesquisa até onde essas origens podem prestar-se, confiadamente, a verificação.

Com tal arte e tão penetrante acuidade foi coordenado e traçado esse quadro, tal densidade de sugestões fermentou na severidade das suas linhas, ao primeiro aspecto fria, parca e nua, que sem prolixidade de factos



JAIME DE MAGALHÃES LIMA no banco da quinta de S. Francisco em Eixo.

aspiração política e os anseios de grandeza, entre os quais germinavam feitos heróicos e criações poderosas que o tempo consumiria e mostraria, quando seu tempo fosse. Muitos séculos antes que entre aqueles montes despertasse e rompesse no fragor das armas a nação portuguesa, crescia ali a civilização que uma nova unidade política vinha a continuar e completar e expandir nas suas múltiplas faculdades e possibilidades.

Haveria ali uma pré-nacionalidade portuguesa, de cuja crónica Citânia e Sabroso são as primeiras esfarrapadas páginas impressas, susceptíveis de decifração positiva; e são essas páginas, de uma elucidação final para a consciência do nosso ser étnico e social e político, que o

coligidos e sem longa enumeração de relíquias a examinar, antes de uns e outras limitando a escolha ao que seja incontestavelmente essencial, em meio de sobriedade castigada e austera amiudam-se as interrogações e os problemas e todos acham, senão a solução, esperanças de solução. A imaginação avigorou-se, e agilmente percorre longos e bem povoados espaços; e o que se pensa e o que se sente e o que se suspeita, com a misteriosa certeza íntima da emoção, não raro mais convincente e probante que as minúcias da análise, mostra-se infinitamente mais vasto do que quanto se vê e é tangível na acautelada e discreta continência da narrativa e do discurso. Nesta irradiação, o que do passado ali *revive* é

muito mais do que aquilo que de esse mesmo passado ali *está gravado*. Do reduzido amontoado das pedras da habitação e do parco e tosco recheio da cabana, erguem-se homens, ouvimos-lhes a voz rouca e o arfar do peito e os ecos da sua alma, terrores, fadigas, combates, anseios, ambições e impulsos, dos homens de ontem, tais quais os homens de hoje, seus filhos, todos próximos entre si, confundindo-se e ligando-se numa identidade e continuidade que tanto remoça o passado como envelhece o presente.

Da mal abrigada cama do homem tímido que, para dormir menos inquieto ou se defender menos precariamente, temendo o guerreiro inimigo, acampou entre a escabrosidade das pedras, por sua previdente canseira amontoadas, desse reduto primitivo iremos em linha recta ao palácio do soberano e do magistrado, se bem soubermos divisar o seguimento ininterrupto da estrada, pela qual, adiante, subiremos ao templo dos deuses.

Afinal, calados todos estes passos, em que dias de menos desbastada ignorância nos pareceram estranhos, longos e desconexos, e agora nos parecem breves e apertadamente encadeados, em qualquer pausa da jornada encontraremos uma arquitectura irmã daquela que se nos deparou ao partirmos, por igual se revelando na rudeza e na cultura, imutável, tanto na unidade das linhas do seu equilíbrio e desenvolvimento e adorno como na condição psicológica que elas subentendem a as concebeu e lhes governou a execução tangível.

Lyell partia do princípio de que todas as mudanças nas eras geológicas passadas se operaram aproximadamente por causas semelhantes aquelas que hoje encontramos em actividade, mas se, semelhantemente, confrontarmos as ruínas dos castros de Citânia e Sabroso com as habitações congêneres, ainda *vivas*, em as nossas serras e, cotejando-as, lhes reconhecemos as analogias que absolutamente as irmanam, o princípio do geólogo generaliza-se em termos de um princípio de vida; depressa nos inclinaremos a crer que esse princípio não será apenas o centro de gravitação dos movimentos geológicos, mas, muito mais larga e singelamente, representará uma lei de toda a ordem cósmica, nesta ordem compreendendo a vida dos homens e das suas criações. Não será a história, feito intencional e mediato, que se repete numa sucessão de formas coincidentes, é a vida que se prolonga na ondulação ininterrompida de vibrações idênticas, tão dessemelhantes na face como invariáveis na constância das forças que as modulam e afeiçoam à sua natureza.

De modo que, tendo em lembrança estas leis e cogitando um momento na proficiente lição que o Senhor Mário Cardoso nos dá no seu livrinho, sem tardar topamos na convicção de que o que ali se encerra não é apenas a história sucinta dos primórdios de uma grande civilização, é, também e manifestamente, para quem lhe apresentar as entrelinhas, o texto resumido de uma história da civilização — sem restritivo.

Particularmente se acentua em matéria estética esta dilatação e generalização do pensamento, suscitada pelas

copiosas e instrutivas indicações do *Guia descritivo* de Citânia e Sabroso.

Neste ponto, se bem considerado for, o *Guia* não se limitará a um breve rol de esclarecimentos; chama e recorda uma biblioteca, como a que virtualmente se contém naquelas suculentas páginas que nos dão para cismar longas horas e muito inquirir, se nos aventurarmos a colher quanto se pode arrancar das poucas linhas que nos dizem:

— «O certo é que, se a característica dos *motivos* ornamentais dos nossos castros é fundamentalmente pré-romana, facto que se revela de um modo geral, em maior ou menor grau, dentro da esfera das várias manifestações da actividade industrial ou artística dos povos primitivos da Hispânia, possuidores de uma individualidade tão marcada e tão singularmente independente, certo é também que a inspiração de alguns desses rudes monumentos nos cânones clássicos (embora deturpados pela inabilidade indígena e pela influência do meio) é inteiramente admissível. Já, há meio século. Emilio Hübner, seguro conhecedor das antiguidades peninsulares, constatou estas aproximações. Existem, sem dúvida, determinados temas decorativos arcaicos, certos esquemas elementares, os «*motivos eternos*» indefinidamente adoptados na arte popular de inumeros povos, como claramente observou W Deonna; mas a repetição secular, entre povos diferentes, de tais ornatos simples, como a rosácea e tantos outros, procede talvez mais, segundo aquele A., de meras coincidências que de filiações históricas. São criações que o poder inato de concepção e realização artística do homem produz naturalmente, seja qual for a região do globo onde se encontre, inspirado somente pelas directas sugestões da natureza, livre de quaisquer outras influências».

Agora, reflectindo nas revelações que destas advertências ressaltam, entraremos em cogitações sem fim, a perguntar se as relações dos homens e do seu engenho e da sua imaginação, a condição em que a serve e a domina e a utiliza, serão pobres, pouca coisa, quando as referirmos à profundidade e universalidade das vias e leis das criações espontâneas, como impostas por mistérios poderosos. Toda a actividade que anteriormente supunhamos *humana* e privativa da sua vontade, variável conforme as raças e a hora da sua existência, será apenas *vital*, comum e sem data, emanando da fatalidade.

A curva, o quadrilátero, o círculo e o ângulo, e a aspiral e a trança e a silva, e quanto dessas linhas se deduz e deriva, afiguraram-se formações e grafias primitivas, e, em última análise, serão, claramente, noções simpáticas a todas as raças e a toda a altura das civilizações, serão uma disposição natural omnipresente, como o gesto e a fala, surgindo onde o homem surgiu e marcando-lhe o rasto onde ele passou e viveu.

Mas serão os «*motivos eternos*» privativos da arte? Com os «*motivos eternos*» do desenho e da escultura da pedra afeiçoada à ingenuidade de todo inculta, não coincidirão, igualmente instantes, fecundos e criadores, os motivos polífticos, e os motivos morais, e os religiosos,

e os motivos económicos e os motivos psicológicos, não serão estes também «eternos» para o alento do espírito e suas traduções concretas, não serão eles os propulsores do braço e os instigadores dos pensamentos, não se distinguem e antes fundem numa energia, inalterável em si e nos feitos, o nosso ser de ontem e o nosso ser de hoje?

É no infinito de espaços semelhantes que o *Guia* da Citânia e Sabroso nos interna, por magia da serena arte e seguro saber do seu autor, o qual com uma rara ponderação e respeito das proporções e da graduação dos materiais que coligiu e apartou e coordenou, lhes deu, a cada um e a todos, seu alto valor e brilho.

Abençoado engano em que nos perdemos!... Onde o mestre paciente prometeu referir-nos unicamente a história de meia dúzia de pedras que o tropel do tempo e das gerações deixou esquecidas em montes ermos, dessas pedras fez brotar, a breve trecho, águas copiosas, cantam sereias e arrastam-nos, encantados e gratos, para o mar imenso da aspiração dos homens.

### **AS CANÇÕES POPULARES PORTUGUESAS E A PIEDOSA OFERENDA QUE O SENHOR ARMANDO LEÇA LHES VOTOU**

I. — Muito mais perfeita e completamente do que em todas as relíquias guardadas, para memória, no silêncio e repouso dos museus e bibliotecas, as quais, de ordinário, se mostram débeis e insuficientes para alcançar os efeitos que lhes pedimos, a história do passado e da constituição orgânica dos homens e das aglomerações entretece-se e pulsa de contínuo, com invariável amplitude e fidelidade, na esfera cósmica sensível em que esses fenómenos pela primeira vez surgiram e se moveram e passaram; o seu mais eloquente testemunho achá-lo-emos nas pedras, nos montes, nas águas, nas florestas, no prado e na faina livre do animal bravo, e nos braços do trabalhador e do guerreiro, em todo o chão e em todo o horizonte e em todo o ser, inerte ou activo, onde um dia se agitou e foi realidade, concreta e tangível, obediente aos homens e do seu querer derivada ou á sua sujeição imposta pela força inflexível do destino. Só porque os anos passaram e se sucederam diferentes em seu diferente drama, a história não se apaga nem imudece nem se desliga do lugar em que o peito humano a criou ou sofreu, e a traduziu e revelou na ordem e condição física das coisas e da gente; a história vive enquanto vive esse pedaço de terra em que se gerou e consumou e enquanto vivem aqueles que o habitam; e é pelo testemunho e presença dessas formas e das suas linhas e da sua voz que aí se alonga, inalterável e evidente, e aí a vemos e ouvimos.

Porventura a mais perdurável e eloquente reaparição das acções e feitos dos homens e dos génios e heróis, ou antes a sua mais segura e firme sequência, envolver-se-á na invariabilidade de paisagem em que eles se incorporam, persistirá na permanência do seu contorno e das suas energias e da sua luz e dos seus ecos e clamores. Haverá uma transfusão mútua do homem na

paisagem e da paisagem no homem, um poder subtil e um mistério de identificação indestrutível que, melhor do que todos os pergaminhos lavrados pela nossa escrita e todos os monumentos da nossa investigação e arquitectura, ressurgiu Napoleão nos campos de Waterloo e reanima César entre ruínas de Roma e nos esboça a imagem de Camões nos sinclairais do Mondego e no rumor e no reflexo das suas águas.

«Não é nos edificios nem nas ruas que estão as coisas mais duradouras de todos os séculos; é no que vemos e ouvimos nos campos, entre as árvores e as flores» — escreveu o peregrino, quando no caminho de Jerusalém a Nazaré parou à beira do Poço de Jacó, e bebeu da sua água e visitou o seu horto. «As flores, dizia, são o laço real com o passado; havia ali tapetes de flores, iris, ciclamios, jacintos, anémonas escarlates — os lírios do vale». Vendo-as e observando uma criança que as colhia, talvez pudéssemos recuar no tempo quanto quiséssemos, das pétalas entre as pedras, a nossos pés, lançando os olhos pela linha que os outeiros imutáveis traçam no céu, na nuvem e na sombra, milhas ao longe».

Foi esta constância e testemunho da vida, hoje como ontem, adstrita ao invariável, foi este princípio indelével da história que baixou à terra e na terra perpetua, são e íntegro, o seu corpo, foi essa união mística que Keats sentiu e louvou na sua «Ode ao Rouxinol»:

*«Ave imortal!  
Não foi para a morte que tu nasceste;  
nem gerações famintas poderão  
derrubar-te, calcar-te.  
Esta voz,  
que em noite passageira agora ouvi,  
em dias do passado a ouviram juntos  
o imperador e os rústicos peões.  
Será talvez o canto que moveu  
o coração de Rute entristecido,  
doente de saudade,  
quando, exilada no trigal estranho,  
pelo seu lar chorou as suas lágrimas».*

É no âmbito e império de influências semelhantes que havemos de compreender e graduar a voz humana e as suas canções e a nossa fala; aí têm o seu reino, aí possuem e exercem todo o seu poder de definição e revelação da história e do carácter dos homens, em si e entre si, e aí o exprimem pela sua arte.

II. — Será de evidência divina, pela constância e invariabilidade assumirá a categoria de um dogma, aquela velha presunção do nosso pensamento e da nossa emoção que quer que a grande arte, grande pela universalidade e por seus laivos de eternidade, a arte que mais nos educa, e mais nos comove e nos une na visão e no predomínio de uma só alma governando os homens, será esta arte que crava as raízes no chão abençoado e infinitamente fecundo da substância, fluida e todavia una e de uma milagrosa consistência, que se chama o povo;

será a arte que dessa substância nutre o seu sangue, e por essa substância originária se cria e vive e alonga, independente de conselhos e mandados expressos da razão, candidamente alheia às cogitações e pautas académicas, muito mais que capricho brilhante e contentamento de sentidos intencionalmente disciplinados e instruídos — arte que, para nos servirmos da expressão do estudioso de alto mérito e eminente crítico moderno que é o Sr. W. Lethaby, significa, sobretudo e em suma «uma função da vida».

E no fluxo torrencial das energias desta arte popular, tão extensa e vária em todas as suas múltiplas e complexas manifestações, a voz e a música representarão um poder sob muitos aspectos supremo. Já como sinal e definição da alma que nos assiste e manda, já como autoridade moral e atracção estética, já como princípio de coesão das comunidades que constituem as nações, nenhuma entre as artes anónimas de origem gregal se equipara à que a voz e a sua música fabricam, nenhuma atinge a sua assombrosa capacidade e efectividade de insinuação e domínio.

Através de todas as prosperidades presentes do folclore, e entre as riquezas fabulosas que dos seus recônditos jazigos ele vai desentranhando e expondo à luz, prevalece aquela velha advertência que Fletcher de Salton nos legou, quando disse que havia conhecido um homem de muito siso, o qual cria que, se a alguém fosse permitido fazer todas as baladas de uma nação, esse não carecia de cuidar em quem era que havia de fazer as leis de tal povo. E rememorando a observação do crítico poderemos dizer que, hoje como ontem, é pelo que a voz entoada e refere no canto tradicional, se bem o soubermos escutar, é por esse filtro mágico que conheceremos, em termos de governar sabiamente, a constituição moral e mental, e os desejos e as necessidades e exigências da gente entre a qual esse cantar nasceu e se perpetua e não cessou de vibrar.

E não seria isto mesmo que Eça de Queirós pensou e brilhantemente condensou quando atribuiu à poesia a missão de «conservar na memória, pela sedução do ritmo, as leis da tribo»? (2)

Na consideração da influência relativa do canto e da letra na linguagem, como medianeiros simultâneos da transmissão do pensamento e da emoção, os respectivos valores mudaram de posição na concepção moderna do mecanismo da fala; o canto, que era para a letra relevo, ampliação e adorno, subordina hoje ao seu predomínio a letra que passa à situação de acidente e explicação fortalecendo o canto, no qual se inicia e reside a energia essencial do princípio expressivo e comunicativo. A palavra escrita será neste sistema como uma semente que a voz faz germinar, do mesmo germe derivando formas variadíssimas conforme a modulação em que se expande — tal qual a planta que da mesma semente criará hastes débeis ou robustas, pálidas ou coradas, raquíticas ou gigantes, curvas ou apumadas, conforme as estações e a terra e todo o ambiente físico e sua natureza e vicissitudes, e também conforme os nossos cuidados e intenções a

quiserem e favorecerem ou contrariarem em sua extensíssima maleabilidade congénita. De forma que, como revelação e confissão da nossa aspiração e carácter espiritual e prático, o cantar diz mais que o dicionário e a gramática e todas as crónicas e poemas em que o génio literário de personalidades sobre-humanas edificou monumentos destinados a durar e for capaz de soletrar a história.

O ritmo da nossa voz precedeu a letra dos nossos escritos, como o grito precedeu o abecedário. O estado de alma de o instante, dor, alegria, vontade, desalento, saudade, ambição, afecto, todo o impulso e todo o esforço do nosso ser psíquico procurou encarnação em vibrações vocais; mas não foi ele que criou a forma, achou-a feita, apenas, ora conscientemente, ora subconscientemente, a elegeu e usou. E a canção, que corresponde a esta ansiedade e a satisfaz e dela se desprende, tornou-se, como aliás todos os símbolos, o testemunho da feição e da continuidade ininterrompida da espécie e da sua história, com raízes insondáveis no passado e derivações imperscrutáveis no futuro. Como o roble e a montanha e o rio e o mármore e a rosa e a paisagem significando uma condição e um estado da vida dos seres, a canção é simultaneamente razão e confissão, perpétua e incorruptível, do homem e da grei e seus feitos e tendências e querenças.

III. — Ora acontece que nesta hora tão incerta da civilização, quando a custo se infiltra ordem no tumulto temeroso das suas forças, um precioso bafejo do destino veio não só a ensinar-nos o conhecimento exacto e larguíssimo das canções portuguesas mas também a alentar-nos os confortos e a elevação de ânimo e as infinitas delicadezas de arte de que elas são seguríssimos portadores, para quem as aprende e cultiva. Para as realçar na plenitude dos seus bens, podemos nós juntar, graças a uma feliz coincidência, a presença da sua sublimidade no génio da grei e o labor admirável e a dedicação de robustos talentos de grande intérprete que as canções encontraram no muito ilustre e já famoso professor, Senhor Armando Leça, tão inspirado, na verdade, por uma subtil intuição reveladora como, pela copiosidade de aptidões e recursos técnicos, capaz de traduzir essas aparições em formas acessíveis aos nossos sentidos, ao nosso entendimento e à nossa simpatia.

Para cumprir esta missão, que por seu ensino e previsões poderemos, muito literalmente, chamar profética, congregaram-se na personalidade eleita do mestre de uma sensibilidade privilegiada, por sua agudeza apta a penetrar o mistério do imponderável, e as vantagens de uma cultura prática primorosa, tão sadia e robusta em seus fundamentos como habilmente destra na sua aplicação à exposição dos fenómenos sobre que haja de se exercer.

Escutado e aplaudido e louvado sem tibiezas nem reservas por toda a arte erudita portuguesa, onde de qualquer modo ela respire e entre a julgar as obras e os homens; amado de todos os corações para os quais a presença da pátria seja uma realidade tangível, não só de todo o sonhar da nossa alma como do pulsar do sangue

das nossas veias e do suor sagrado da nossa frente e dos nossos braços em todas as suas fadigas: — o Senhor Armando Leça tornou-se actualmente em o nosso país não só um dos maiores entre os grandes intérpretes do seu folclore, que muitos são e notabilíssimos, mas, também e paralelamente, uma individualidade artística do mais subido quilate. Sem a desnaturar e antes zelosamente resguardando na sua integridade originária a pureza do barro dócil das criações naturais, fundiu-as em criações a um tempo comuns e suas, próprias, porque foi pela apreensão e agilidade do obreiro que essas criações se gravaram em relevo, destacadas do esboço em que jaziam, e se retemperam nas harmonias de uma graça convenientemente educada e doravante transparentemente explícita. E eis que dos mormúrios ingénuos das sereias na nebulosidade primitiva, aparentemente caótica, cujo ritmo real e encanto e significação só turvamente eram pressentidos pela rudeza desprevenida dos nossos sentidos, nos vêm ecos, agora claros, em formas cultas ordenadas, mercê da intercessão de talentos singulares que uma hora generosa do destino providencialmente mandou a officiar neste sacerdócio. É o talento de bem interrogar que precede e inflama o talento de bem responder, e aqui mais uma vez se verificou com êxito brilhante a estreita e fecunda reciprocidade e obediência de semelhantes ligações.

**IV.** — O folclorista, quando verdadeiramente o seja, transmitindo-nos por sua arte o que por emoção apreendeu enquanto à emoção se achou sujeito, e assim nos identificando com as suas afeições, não é homem de ciência, embora excelente e ampla e profunda ciência edifique e propague; não é frio tesoureiro e guarda de museus e bibliotecas em que jaz classificado em seus quadros o remanescente hirto dos sonhos e das criações do povo. O folclorista, onde houver de se revestir de toda a sua alta dignidade, tanto descobre e colige como renasce e dissemina, em formas menos veladas do mistério em que se geram, as criações do génio do povo; e, para ser fiel e poderosa, a sua obra terá de dimanar, invariavelmente, de um movimento de simpatia ardente e de uma consubstanciação com as realidades éticas e estéticas espontâneas e a sua essência, milagrosamente ressurgidas na edificação do devoto que por sua estrela foi ungido para essa primazia.

Candidamente professando nesta religião, e em cerca de vinte anos de trabalhosas e amiudadas jornadas do norte ao sul da nossa terra havendo coligido mais de setecentas canções populares, reflectidamente dispostas pelas províncias e regiões da sua naturalidade ou mais insistente assiduidade; entretanto, e perspicazmente, por agudas observações e ponderadas considerações glossando o cantar, referindo-o à raça, ao clima, à história, à paisagem e a todas as infinitas circunstâncias de ambiente e tradição e raízes que podiam ter influído nas tendências e no estado de alma que a modulação da voz exprimiu e reproduz; na vastidão do seu estudo compreendendo por igual, e atribuindo-lhes a devida colocação,

as vagas mais flácidas e as individualizações mais fortemente caracterizadas, as correntes molemente limitadas, como as *janeiras* e o *São João*, e os monumentos consistentemente lapidados e rigorosamente acentuados, como o *fandango*, e o *fado* ou a *chula*: o Senhor Armando Leça não é apenas o arquitecto de um sistema bem ligado de factos naturais que conheceu e registou, ou o ceifeiro, diligente, sagaz e escrupuloso de uma suculenta e bem nutrida seara que o chão pátrio lhe ofereceu. Muito mais do que isso, que aliás não seria pouco, e muito diferente disso, o Senhor Armando Leça, enquanto acumula e nos dá uma soma científica admirável das nossas canções e de quanto palpita em a nossa voz, transforma o mestre em levita e nesta qualidade ergue um hino altíssimo aos seus e aos nossos deuses. E então o poeta que no investigador se ocultava ergueu o voo e, sublimadamente sentindo e desferindo a mais íntima poesia de terra e da grei, despiu-a dos véus que a envolviam e obscureciam, e nessa transposição oferece à sua gente um evangelho de arte que lhe eleva o espírito e lhe fortalece o coração — um poema magnífico, cantado exclusivamente na própria voz ingénuo daqueles que na vida o realizaram, e em seu ritmo genuíno, isento de aposições e adornos ou adaptações estranhas, tal qual através de inumeráveis séculos e vissitudes as gerações o viveram e sofreram ou glorificaram; em alegrias e dores; na fé e na contemplação como nos combates e esperanças e aspirações e desenganos e mortificações; nas orações e nos trabalhos; na sementeira e na colheita; onde, e em suma, por qualquer modo a nossa alma e o nosso braço se entregaram a Deus e ao mundo, para os servir, por necessidade ou por amor, por interesse e mandado da simples existência terrena como pelo deslumbramento e consolação do convívio com as visões etéreas.

São desta nobilíssima natureza o temperamento poético do Senhor Armando Leça e a obra que ele concebeu e profundamente alçou. O que uns fizeram para nos revelar e alimentar o nosso heroísmo congénito, o poder da vontade, e nele nos exaltar; e o que outros empreenderam e consumaram para nos iluminar o entendimento, para nos inflamar as cintilações do espírito e nelas nos alegrar e nos libertar do engano: esse feliz esforço de consubstanciação do nosso ser com o génio da grei e sua perdurabilidade e beleza, repete-o agora, em nova esfera e com pleno êxito, o Senhor Armando Leça, nos coros e na harmonia das suas *Canções*, para docemente nos iniciar nas comoções e no drama vital do povo do nosso sangue, pela sua voz o reconhecendo e o revivendo, e logo prolongando e comunicando e disseminando as beatitudes da sua eternidade.

#### CATOLICIDADE DO PROVÉRPIO

Da Índia vem-nos uma contribuição valiosa, não só para o conhecimento da arte literária goense e portuguesa comparadas, mas também para a aproximação, confronto e, porventura e em grande extensão, determinação de coincidências profundas da psicologia dos dois

povos que tais artes conceberam, e criaram e usaram. Na *Enfiada de Anexins goeses*, «dos mais correntes», «traduzidos em verso» pelo Sr. Roque Bernardo Barreto Miranda, muito ilustre estudioso e folclorista de notáveis talentos, deu-nos a sua fina arte um livrinho de múltiplo interesse e assinaladas perfeições, altamente educativo.

Precedida de uma lúcida carta-prefácio do seu amigo João de Figueiredo, tão abundante de conhecimentos que nos comunica como sugestiva de interpretações a que nos encaminha; adornada de ilustrações que são um encanto de ingenuidade, afortunadamente temperada por uma discreta e reflectida disciplina, a *Enfiada* recolhe 200 anexins concanis, «que são as flores do folclore de Goa», a maioria dos quais foi transposta para duas versões, uma literal e outra livre, certamente por momentos guardando na tradução ecos da voz original.

A isto, que já não é pouco, acrescenta-se um índice desenvolvido, referindo os anexins e o seu conceito à categoria do pensamento ou da emoção na qual convém classificá-los, e adivinha-se quanta beleza e ponderado conselho, graça, meditação e lição se nos encerrou e oferece nas páginas de tão paciente e bem pensado labor, onde o estudo inteligente e honesto se uniu admiravelmente a uma sensibilidade tão pronta em acusar seus achados como imediatamente os submetendo à regra — considere-se semelhante inventário e balanço de merecimentos, e teremos de nos apressar a agradecer e louvar uma obra que na sua aparente concisão e brevidade é conforto do letrado e sã riqueza, espiritualmente, e em alto grau e por igual, saborosa e nutritiva.

Entrando a desfiar as contas desse dourado rosário, amiudadamente nos imaginaremos em casa própria e em o nosso lar, a ouvir o nosso povo e a recordar o Decálogo e a sabedoria bíblica.

Se o peregrino nos diz:

*«As ocasiões | Provocam acções» (9),*

¿ não pensaremos logo que

*«A ocasião | faz o ladrão?»*

*«Fazer o bem e afinal | receber pelo dorso o mal» (10)*

será a velha advertência de

*«Por bem fazer | mal haver».*

*«Quem quer vai | quem não quer manda»,*

dizemos nós.

E o índio responde:

*«Em vez de outrem dizer | melhor é por si fazer» (94).*

*«É sempre proveitoso  
estar sob a protecção  
de quem é poderoso» (171).*

Também nós há muito o cremos; pois temos por seguro que:

*«Quem a boa árvore se chega | boa sombra o cobre».*

*«Querer alguém aumentar  
os bens ou a fruição,  
além da capacidade,  
é gastar o esforço em vão» (37)*

não será coisa que não esteja nos mandados da modéstia cristã, facilmente se mudando no elogio da pobreza.

*«O mal que se quer à gente | sofre-o o próprio malquerente» (40)*

significará a inanidade e insensatez do ódio, à qual a nossa moral há muito perfilhou e aceitou em termos de dogma.

Convenceu-se o índio que

*«A mulher feia é só do homem  
com quem está desposada,  
mas sendo a mulher bonita  
é por todos requestada» (49).*

E nós lendo isto, não poderemos talvez deixar de lhe pressentir uma vaga conexão com aqueles mistérios e enigmas do adultério, contra o qual o Evangelho, que é a nossa lei, nos acautela, onde verifica «que todo o que olhar para uma mulher cobijando-a, já no seu coração adulterou com ela» (S. Mateus, V, 28).

Afinal, se por uma subtil atracção nos dilatamos a vaguear nos meandros daquele cerrado e garrido labirinto de conselhos e experiência, e ávidos do perfume dos seus rosais provamos demoradamente da embriaguez ridente do seu perfume, depara-se-nos ali muito mais que a satisfação de uma legítima curiosidade do entendimento; e o que respiramos e nos prende é a frescura de uma grinalda de flores silvestres, consagrada a altares comuns da alma humana em toda a sua grandeza e a mesma em todas as latitudes e no sangue de diversa composição. As singelas contas deste fio que uma iluminada devoção colheu nas praias da Índia e por amor envia à Europa, sua irmã, brilham aqui como na terra distante em que se formaram, e aqui e lá irradiam uma só e única verdade.

Porventura, uma rede de malha igual e inviolável envolve o orbe, à terra cingindo todos os homens, sem distinção sujeitos fundamentalmente a uma só lei moral e religiosa e uma só concepção dos modos e termos em que a lei se aplica e desenvolve. E será pela catolicidade do provérbio e pela identidade da oração, pelos preceitos da sabedoria transmitidos de boca em boca e de berço a berço, e pela expressão da súplica que reconhece o poder divino e se lhe confia, será pela universalidade destes dois impulsos criadores que nos movem e dominam, será pelo seu império que logramos entrever quanto a homogeneidade essencial da natureza humana sobrepuja as diversidades étnicas superficiais, em

sua mais íntima actividade consubstanciadas no mesmo saber, no mesmo crer, no mesmo desejo, e também no mesmo amor fecundo na mesma obediência.

### OS «ARRETOS» E A CONDIÇÃO PSICOLÓGICA DOS POVOS QUE ELES ESTREMAM

O Senhor Dr. Alberto Souto, tão sagaz naturalista como acutelado historiador, com a agudeza de observação que nunca o desampara nas suas felicíssimas investigações de geógrafo, nota que os arrêtos, manifesta expansão suburbana da cidade e do castro, são pertença específica das terras e da gente do norte do país, arautos regionais. Salvo casos esporádicos e as bastardias, que aliás são a regra em toda a classificação das criações naturais, mais movidas pela influência da vida que endurecidas por divisões cêrceas das suas formas, os arrêtos, socialcos, tabuleiros, ou como melhor o uso e a afeição local queiram dizer, terminariam nesta linha ondeante do Vouga que reparte em norte e sul a terra portuguesa. Aqui, por exemplo, nas últimas ramificações ocidentais das Talhadas, do Caramulo e do Buçaco, ainda os Arrêtos mais ou menos amiudadamente se avistam; mas ao redor de Coimbra já nos deixam, embora para o nascente, em Souselas, os olivais trepem encostas violentas cuja lavoura muito agradecerá a tenacidade e a coragem que em degraus chãos transformasse essas encostas e obstasse às enxurradas que as despem da mais fina e fecunda flor do seu torrão.

Adiante, pelo litoral, caminho de Leiria, repete-se e é bem visível a ignorância dos arrêtos; como pânpanos pregados numa parede a prumo ou pouco menos, as vinhas estendem-se por aqueles montes de um rápido declive, sem barreira que o ampare.

Evidentemente, neste ponto é radical o afastamento do norte e do sul; sem dúvida e declaradamente obedecerão a diferente mandado e diferente amo e arte, quando hajam de decidir sobre a mais conveniente disposição da terra arável, seu quinhão.

¿ Porquê? ¿ Porque é que dois métodos de cultura tão diversos prevaleceram, cada qual em seu aro, mesmo onde um deles tem vantagens incalculáveis sobre o parceiro e, por suas virtudes, deveria preponderar e excluir da concorrência qualquer outra organização do granjeio?

A concepção mecânica do mundo e do seu mover e edificar achará de pronto na constituição geológica de cada região motivos decisivos para encaminhar consoantemente a cultura da terra a um ou a outro daqueles dois sistemas de exploração que verificamos: no primeiro, a dureza das rochas convidaria a dispô-las em paredes altas e sólidas, duradouras, nos espaços intercalares das quais ficaria livre para a vegetação a terra pulverizada; no segundo caso, a escassês da consistência do chão e das suas pedras desanimaria a formação de degraus que os gelos e as águas do inverno não tardariam a arrasar.

Mas esta mecânica dos materiais em jogo não poderá dar razão suficiente do feito, porque daí não vem à cons-

trução dos arrêtos obstáculo que os homens não houvessem vencido capazmente na construção da casa, onde souberam aplicar, com pleno êxito, os correctivos que a natureza menos firme das rochas necessitasse para lhes dar coesão e dureza.

Assim como, quase indiferentemente, se empregaram mármore e granitos para fazer casas onde os havia, e onde de outra espécie eram as pedreiras se usaram blocos de calcáreo brando e lâminas de lousinho, e onde nem mármore nem granitos nem calcáreos nem lousinho havia, depressa e sem míngua de firmeza, esses materiais foram substituídos pelo adôbe feito de saibro ou de argila, assim e com igual segurança de resultados a construção de arrêtos poderia efectuar-se por vias absolutamente paralelas.

Não; se algures se ergueram os monumentos cíclicos que os arrêtos disseminaram pelos nossos montes e se noutras serras onde com idênticos benefícios poderiam fundar-se não aparecem arrêtos, não foi porque a natureza isso haja imposto, foi, muito provavelmente, senão de certeza, porque a livre vontade dos homens e suas propensões assim o determinaram. E, se a vontade dos homens tão franca e positivamente diferiu, foi porque dois modos de ser étnico e sua psicologia peculiar talharam diferentemente a exploração da terra e por ela confessaram a diversa composição de sangue e a diversa aspiração de alma que o sangue nutria.

Dois reinos se fundaram então, cada qual sob o seu astro tutelar, erguido um nos belvederes das suas fortalezas, e o outro dilatando-se fogoso pela vastidão do horizonte inculto; aberto um às correrias dos monteiros e à obsessão da posse que nos baptiza em ira e crueldade, reservado o outro àquela placidez activa de enraizar, proteger e amparar que nos insinua mansidão e piedade com todo o ser criado; importaria um lealdade, dedicação e regra em que uma democracia prospera, socorrer-se-ia o outro de despotismo, opressão, fortuna e sorte em que os imperialismos se esteiam.

Se os arrêtos se fizeram, foi, evidentemente, porque uma raça sedentária, com todos os dotes próprios de semelhante estado, possuía o chão e à persistência do arado e da enxada confiava o sustento; e se em outros lugares os arrêtos não desbravaram e ordenaram a gândara e o montado e os alcatins, foi porque os bandos movediços dos pastores e dos soldados e dos caçadores que mal assentavam hoje a sua tenda logo em sua inconstância nómada amanhã a levantavam e levavam para outro acampamento distante e tão breve como o anterior — foi porque os enxames vagabundos apenas passaram no pousio, não quiseram deter-se a remexer a terra, pelo ferro lhe fecundando as entranhas, e preferiram o risco de colher o que Deus desse gratuitamente. Caminhariam ousados em busca de presas; desse esforço tirariam sua carta de nobreza; sentir-se-iam degradados da sua categoria, se se quedassem a abrir a leiva e a lançar-lhe a semente e a esperar na choça, quietos e entregues ao favor dos céus, que a semente germinasse e lhes multiplicasse e ministrasse o conforto vivificante do seu pão.

Se nisto atentamos, e, sabendo que pela moral que une o homem à terra se adivinha a moral que prende os homens entre si e o carácter das sociedades que ele congrega e rege, duas raças acharemos, vizinhas e em confronto, nestes limites que os arrêtos marcam; duas raças que nos vêm dos nossos avós e se prolongam em nós e em nossos filhos: uma combatente, ávida de disputa e de domínio e uso dos bens já feitos por impulsos divinos ou pela arte dos homens; a outra laboriosa e tranquilamente se sacramentando na estabilidade, no trabalho quotidiano e na economia, raça tão afreimada em formar e poupar quanto o guerreiro impetuoso se mostra precipitado em apreender o espólio que avistou e imediatamente lhe alvorçou o apetite.

Deste modo, nos arretos deixando uma delas cravada a memória da sua heroicidade e a sua face, duas raças cresceram e se propagaram e consumaram a sua jornada, cada qual em seu campo e em sua ambição e combates, por vezes caprichosamente extravagantes, confundidas e até cooperando, e, por vezes também, em divórcio claro e conflito. Nesta perspectiva, os arretos serão o testemunho tangível de certa compleição moral poderosíssima, por amor servindo a pátria numa escravidão voluntária imperturbável a par da disposição de ânimo de outra feição e noutra intenção calcando a terra, e a pátria engrandecendo e adornando pelos tesouros «d'aquém e d'além mar» que lhe conquista e tributa.

Tão fundas correntes étnicas se teriam cavado nesse afeiçoamento da terra ao homem, — do qual afeiçoamento os arrêtos são um dos traços demonstrativos mais retintos —, que ainda agora, decorridos muitos séculos desde o início dessa tarefa hércúlea, essas correntes persistirão em sua plena energia e eficácia. Por aí teriam dado ao nosso povo o equilíbrio e a ponderação de um ritmo, subjacente nas suas gerações onde se pressentem garantias de perdurabilidade, robustez portentosa, graça e beleza austera; de todas as quais qualidades e atributos terá guardado sinais inequívocos nos quartéis do seu brasão. E o cavador mourejando nos arrêtos e o pastor guiando o rebanho no chão virgem da montanha, cada um a seu modo nos renova o passado e a sua geração, entretanto nos anunciando um futuro que não pode ser diferente do passado, pois que do passado se fabrica.

Nessas duas folhas do livro indestrutível que a terra é, tenacidade e audácia, aventura e previdência, honra e caridade, a obscuridade e a fama, todas lá têm marcadas suas linhas que nas rudes pedras mal talhadas dos arrêtos se escreveram e nos são reveladas — padrão, estes também, da glória eterna de um soldado desconhecido.

### **O REGIONALISMO ORGÂNICO E A SUA CONSTITUIÇÃO SISTEMÁTICA**

Está publicada a 2.<sup>a</sup> edição do *Esboço da Carta regional de Portugal* do muito ilustre professor da Universidade de Coimbra Sr. Dr. Aristides de Amorim Girão. 2.<sup>a</sup> edição lhe chamou muito modestamente o seu autor, talvez porque suspeitasse uma exigência de probidade e clareza no

reconhecimento explícito de que este seu novo trabalho tinha a sua filiação em outro, relativamente sumário, que o precedera e lhe traçara suas linhas fundamentais; de facto, porém, esta segunda edição de tal modo refunde e excede a primeira e a ordena e completa que a glosa se tornou em texto e o texto antigo se pode considerar sem agravo da sua perfeição uma simples introdução do estudo magistral que agora esclarece profundamente os problemas da divisão regional do nosso país, onde não os deixa definitivamente resolvidos, — o que aliás teve a fortuna de consumir em muitos pontos de superior importância.

A duas conclusões basilares nos conduz este magnífico *esboço*: primeira, a verificação da enredada multiplicidade dos tipos de regionalismo que em a nossa terra se contém; e, depois, a necessidade de estremar, para conveniência da especulação e da acção, a criação regionalista espontânea com o seu carácter de inevitável e a sua constituição sistemática com o propósito de governo político e económico e a respectiva maleabilidade da arte de integrar em unidades de razão e da lógica as formas naturais primitivas.

Não será sem motivo e, antes, obedecerá a uma evidência urgente a franqueza com que o *Esboço*, de entrada e por seu escudo e bandeira, invoca o Portugal *divers et riche*, que Desiré Denuit avistou, e nos acorda *la sensation des diversités* que Vidal de la Blache notou no geógrafo *qui sommeille en chacun de nous*. «Pela existência de faixas de transição» «é em todos os casos tarefa bem difícil a delimitação das regiões»; aqui se renovarão os embaraços usuais da classificação das espécies naturais, pois certo é que em toda a extensão da actividade criadora da natureza os tipos puros são pouco menos de mera abstracção do nosso imaginoso fabrico e os tipos reais que se lhe referem e haviam de apresentar exactamente o conceito platónico que o nosso esforço de sistematização modelou em termos matemáticos — os tipos reais, se é que lhes podemos chamar tipos, são invariavelmente um arraial de hibridações, bastardias, hesitações, ambiguidades e vacilações, sínteses mais ou menos lassas, composições e aglomerados de muito vária harmonia quando não nos surjam intimamente contraditórios e torturados de antagonismos. Em matéria de descoberta, exploração e colocação em série de individualidades tão caprichosas percebem-se distâncias que se medem e registam com segurança mas não há paredes perpendiculares que dividam as casas em que desejaríamos isolá-las.

Sem dúvida, neste caso particular que é objecto de análise brilhante que o *Esboço* nos apresenta não acontecerá que de pronto não se distinga do beirão o minhoto e o ribatejano, mas também não será fenómeno raro que do caudal beirão irrompa aqui e além uma gota de sangue minhoto ou transmontano nem para a soldadura das regiões entre si teremos a contar com outra regra que não seja a de suturas dentadas, tentaculares.

Muito perspicazmente o verifica o *Esboço*, onde as sub-regiões são um luzido enxame e não há região que se isente de tais partilhas. Nem as fronteiras do Algarve

deixam de ser esfarrapadas e franjadas, embora a nossa descuidada ignorância esteja habituada a figurar o Algarve reino aparte de todos os mais da nação portuguesa, fechado por traços lisos, ininterruptos e inconfundíveis.

A tal ponto irá esta fragmentação das regiões que por vezes parecerão mais uma sucessão de singularidades acidentalmente justapostas que uma rede de malhas semelhantes. Quase desanimamos de assentar no quer que seja positivo e bem estremado, se tentamos agrupar aquelas formações naturais em classes determinadas por coincidências, diferenças e derivações manifestas, sempre a homogeneidade vem salpicada de incrustações; e então cansados de tropeçar em aberrações sentimo-nos inclinados a adoptar por melhor ou por menos traiçoeira aquela colocação que consiste apenas em dispor o achado por ordem topográfica e cronológica, contentando-nos com a designação do lugar, tempo, vizinhança ou apartamento onde nos perderemos, se insistimos muito em perguntar por laços de parentesco entre os filhos de tão complexa e variegada procedência.

Quis um caso elucidativo que eu intercalasse a leitura do *Esboço da Carta regional* do Sr. Dr. Amorim Girão com a leitura da *Jornada de Pausanias*, segundo J. G. Frazer no-la renovou<sup>(3)</sup>; e contemplando aquele rutilo matiz infindo das terras que chamamos a Grécia, com os seus mares e baías e enseadas e os seus portos e as suas montanhas nevadas e abruptas, e as barrocas, desfila-deiros, rios, cidades e templos, e as penedias altas e os outeiros donde se avistam ondas da praia e campos rasos, pujantes de verdura — quis o acaso que à medida que estas veredas percorria com o antiquário encontrava como num espelho daqueles lugares gloriosos as nossas serranias e a nossa costa do oceano, aqui se me representava uma veiga do Minho, além escalava as ribas da Nazaré, depois transpunha as portelas do Gerez e atravessava a espessura embrenhada e húmida do seu vale, e por toda a parte em que vagueasse a cada passo tinha a comover-me as ermidas brancas que a fé singela do povo nos disseminou como alâmpadas acesas à divindade nos cerros escaldados mais agrestes que mandam às planuras largas os nateiros.

Não tinham fim as combinações e proporções e declinações em que estes aspectos se cruzavam e emmalhetavam, em Portugal como na Grécia, e de tanta variedade resultava afinal, por milagre, que o espírito grego que naquele chão e naquela paisagem se gerou e daí irradiou para todo o mundo culto ou que ele cultivou foi de uma unidade indubitável e robusta, como claro e uno é o carácter português que em seu diversíssimo abrigo e berço se formou para daqui se derramar, heroicamente, por todos os continentes e os sujeitar ao seu domínio.

O que a natureza pulverizou no seu tumulto criador, os homens o uniram por mistério da alma que o bafejou e, transferido para o regionalismo deliberado e consciente o regionalismo ingénua, logo se torna necessária a sua constituição sistemática em termos da nossa razão e da nossa vontade. Aquelas formações que na jornada do

naturalista distinguimos e colecionamos por suas afinidades e diferenças, operadas pela torrente cósmica vital que as promove e alimenta, essas formações são habitadas por enxames humanos que nelas se criaram e não dispensam regras de economia e governo dos seus bens concretos, para que estes abundem quanto é mister e cresçam e se repartam equitativamente e em quantidade bastante sob a nossa diligência e o nosso método.

Então, ao deleite contemplativo se sobrepõe a organização inteligente e activa, chegados estamos aos cuidados daquela segunda face do regionalismo que no começo da presente nota indicámos, e nesta transposição não é admiravelmente deduzido e precioso o conselho do *Esboço* onde adverte de que «criados sem base natural ou tradicional» (e até por modelo estrangeiro) os distritos *naturalizam-se* já entre nós e não poderiam ser substituídos radicalmente sem graves prejuízos para os interesses e comodidade dos povos».

Agora «convém não esquecer que, se as regiões naturais são uma consequência directa do solo e do clima, as circunscrições políticas e administrativas dependem antes de tudo das aglomerações urbanas que lhes servem de sede, às vezes constituídas pelas grandes cidades industriais que representam sobre o globo, no dizer dum profundo escritor, «o que há de menos conforme às leis da Natureza». «Se uma divisão regional baseada de preferência sobre o critério geológico deve ter sempre um interesse especial para a divisão agrícola, já o mesmo não sucede pelo que diz respeito à divisão administrativa», para a qual «a Carta Hipsométrica e a das vias de comunicação — esta última sempre poderosamente influenciada por aquela, quando mesmo dela não constitui um verdadeiro corolário — devem considerar-se essenciais, pois é sobretudo à comodidade dos povos, à atracção dos centros urbanos regionais e às necessidades económicas da circulação e do transporte que precisamos de atender».

«Convém acentuar que a abertura de uma estrada, o assentamento de uma linha férrea, a construção de uma ponte são factos de geografia humana capazes de modificar por vezes rapidamente a natureza e o rumo das relações entre os homens, e portanto aquilo que destas deve ser uma consequência lógica: a divisão administrativa».

Donde se segue, quando tal doutrina haja de se exprimir num programa prático e ser fecunda, que «melhorar o existente, procurando lesar o menos possível direitos adquiridos (embora sem *boa fé* e *justo* título, como aqui poderia acrescentar-se em linguagem jurídica), restaurando do passado e conservando do presente aquilo que possa restaurar-se ou conservar-se, sem deixar de ter em conta as modificações impostas por necessidades futuras: tal deve ser, parece-nos, a economia essencial do legislador que pretenda levar a cabo, em matéria de circunscrições territoriais, uma boa reforma administrativa».

Dois regionalismos, o regionalismo que é uma formação e uma actividade natural e o regionalismo sistemático, propriamente humano, que é uma construção racional

## FANTASIAS ETNOGRÁFICAS AS DUAS MÁSCARAS

para acudir à necessidade de bem ordenar a solidez e o incremento da riqueza dos homens e das sociedades: o primeiro cura de si, não pede tutor, é independente da nossa vontade, apenas nos deixa a liberdade e o deleite de o considerarmos e amarmos no seu ensinamento e na sua beleza que são maravilha de harmonia e graça; e, depois, como ancilar, virá o regionalismo sistemático que nos impõe a obrigação e nos reclama o engenho de o dispor capazmente para que preencha todos os seus fins de utilidade prática.

Com esta destrinça que o *Esboço da Carta regional* do Sr. Dr. Amorim Girão nos sugere em sua admirável lição tão opulentamente meditada e tão sólida em suas bases como reflectidamente meditada na interpretação dos factos e na determinação das melhores vias de bom governo que eles mesmos nos aconselham — com esta destrinça teremos doravante um fio seguro para nos encaminhar à porta de saída do labirinto em que há tanto caminhamos instigados pela justa e nobre aspiração de resolver os problemas e dificuldades que uma inteligente compreensão e uma ponderada afeição do regionalismo importam.

Aquele regionalismo, um tanto farisaico, que cinjindo-se beatamente à letra e não raro ignorando o espírito se empenhava em traçar divisões para satisfazer seu zelo separatista, esse regionalismo declina; e o que agora se apresta a suceder-lhe é menos hirto. Admite ao regionalismo sistemático direitos de paridade e razões de subsistir, enquanto este não enjeita e, antes, usa discretamente certa maleabilidade inerente à sua fundação e à sua actividade e por ela se torna proveitoso à estabilidade e fortuna das nações, e fortalece a boa ordem das coisas, e estreita a amizade entre vizinhos.

Será o regionalismo como a nossa casa, mais amplo mas não diferente na estrutura e destino. E a nossa casa não é nem uma invenção fantasiosa nem o instrumento de um despotismo inflexível; e será uma mentira se é toda de invenção e será um cárcere sombrio se não soube afeiçoar-se à nossa condição física e psicológica.

Uma casa é simultaneamente vida e vestígio da vida, necessidade, encadeamento natural das coisas, e acto de liberdade e da nossa aspiração, vontade e utilidade; guarda um passado que se confessa e ostenta em seu remanescente indelével; contém um presente que lateja em suas veias e as dilata; e prepara um futuro que vagamente se anuncia e se pressente. De continuo está firme e ao mesmo tempo se move e se renova por efeito das suas forças próprias e por acção e governo dos homens.

«Um dia», escreveu o poeta André Baillon, «Maria vem dar comigo a pregar na parede malguinhas, pucarinhas e chicarinhas». Tudo isso me parecia muito lindo.

— «Dize lá», perguntou, «vais por tenda de louça?»

«Compreendi; era ridículo. Uma casa não se arranja; habita-se. Ela é que por si se arranja.»

Assim é o regionalismo, espaço habitável e habitado. Nestes termos nos chama a compreendê-lo e servi-lo.

Quando me aventurei a distinguir as raças que habitam as planuras do Baixo Vouga, escrevi: «Duas grandes famílias claramente distintas, dois génios, encontraremos nos povoados tão bastos como de per si densos que cobrem as extensas planuras do Baixo Vouga... dois e só dois caudais de sangue, de diferente cor e diversa substância, alimentam e animam essas multidões: tem um a veia mãe em Ílhavo, e o outro na Murtosa. Tudo o mais serão cruzamentos e bastardias de uma latitude de composição infinita, mas invariavelmente gravitando na órbita de um daqueles dois centros de atracção e na mais precipitada instabilidade surgindo e imediatamente se dissolvendo. Aqui colhendo e logo abandonando ou trocando qualidades e feições, assim se formam e assim se movem, de continuo dominadas todavia por tendências manifestas que são como a vaga expressão da saúde de uma das suas faces maternas de que poderiam derivar, e para a sua eleita se voltando, ansiosas por se tornar o espelho fiel.

«Alta, leve, medianamente abundada de carnes — a obesidade pouco a molesta — olhos negros, cabelos pretos frequentemente ondedos — os cabelos loiros mostra-se em minoria notável — a gente de Ílhavo, enquanto pela destreza e pela tez morena e suas qualidades ancilares e associadas habituais respira brisas do Oriente e do Mediterrâneo, trazidas de todas as suas praias, quer europeias, quer africanas, quer asiáticas, toda se funda em impulsos de graça. E entretanto na Murtosa, uma outra gente, entre a qual se amiam cabelos loiros e cabelos ruivos, olhos claros, olhos de ordinário claros, mesmo os castanhos, e onde uma musculatura copiosa e sólida fortalece o corpo, hérculeo quando de estatura elevada, e sempre de esqueleto ancho, ainda mesmo na estrutura mediana, a gente da Murtosa é toda fundada em poder, energia e actividade, e tanto se distingue pela ostentação duma formosa pujança como a gente de Ílhavo parece incessantemente deleitar-se em moderada e suavíssima graça».

Os anos vão passando, a atenção e o prazer de observar esses povos agora me possui como no momento em que para eles ergui os olhos interrogadores, e não tenho razões para corrigir a impressão primitiva. Antes, à medida que a familiaridade com esta gente se estreita, mais se acentuam no meu pensamento e nos meus sentidos os traços característicos das suas duas divisões capitais, e mais excluem a admissão de quaisquer outras divisões, de igual firmeza e latitude.

Simplemente, a experiência me vai inclinando a crer que a classificação das raças naquela base será muito mais geral do que eu imaginava. O que se me afigurou um acidente local, o irradiar e a criação de dois focos de vida limitados, com sua terra e sua origem designadas e restritas, um facto destacado e singular entre a multiplicidade infinita das raças, essa suspeita inicial destaca-se agora; e hoje de tal modo se me gravou nos sentidos

que não poderei facilmente apagar da lembrança a ideia de que estas duas raças que habitam o Baixo Vouga são afinal uma representação das duas únicas raças que povoam todo o globo — aquilinas e leoninas.

Porque a nossa face e o nosso corpo terão só dois ritmos de formação, perpendicular e horizontal, duas linhas de desenvolvimento orgânico e lógico, duas aspirações, dois princípios, divergentes senão opostos. O corpo humano ou se forma em pirâmide ou em quadrado; e dará um delicado perfil de ave, sereno, etéreo e gentil, ou fundará a robustez massiça do leão, de contornos obtusos, boca rasgada anunciando segurança de presa.

Simultaneamente, advirta-se, da acção destes dois princípios em seus efeitos estéticos provém que a beleza é a consumação livre da actividade de qualquer deles, e a fealdade provém da mescla desses dois princípios e seus intermináveis e respectivos conflitos e atropelamentos no mesmo indivíduo, exprimindo na face a desarmonia e confusão dos elementos contrários que na sua organização combateram.

Com os homens e as suas raças tal qual como com aqueles dois corceis que Platão sonhou com a intuição do génio, concebendo claramente as duas formas essenciais corpóreas das espécies mais subidas na escala animal, distinguindo dois corceis de diferentes carácter e nobreza. «o corcel da direita era apumado e finalmente constituído; tinha o «pescoço erguido» e o «nariz aquilino»; era branco e de olhos negros, amava a honra a modéstia a temperança, cativava-o a glória verdadeira, não necessitava de açoite, a palavra e a advertência bastavam para o guiar. O outro era de «face rasa» e cor escura, olhos pardacentos e compleição sanguínea, companheiro da insolência e do orgulho, orelha hirsuta e mudo, a custo «cedendo ao chicote e à espora».

De longe virá, portanto, este apartamento fundamental no caos étnico que cobre o globo, pois que já o helenismo mais subtil o verificou quando entrou a considerar a condição física elementar da encarnação da nossa alma — duas máscaras e por baixo de cada uma o seu impulso próprio. Contemplando-as e analisando-as nos inclinaria a estremar as raças por essas duas máscaras em que nos apreciam, cada qual com a sua ordem estética e psicológica congénita e suas relações com o mundo, uma esforçada em cobiças e a outra repousada na meditação, uma de profetas e poetas e a outra de cavadores e soldados, votada uma a acrescentar e ordenar heroicamente as realidades terrenas, arrebatada a outra na concepção e visão das realidades místicas.

A poesia moderna, revivendo a filosofia antiga, terá como esta pressentido que há dois estilos de arquitectura do corpo humano, um fundado no prolongamento de linhas que se erguem verticalmente, e outro assentando na estratificação de linhas horizontais. Não foi J. Keats que em uma das suas deliciosas cartas nos apontou uma rapariga «with a fine of countenance of the lengthened sort», um belo estilo de aspecto, da espécie alongada?

\*  
\* \*  
\*

A ciência de método e quantidade e extensão, positiva e cerce quanto aos elementos constitutivos dos seus sistemas e conclusões, não estará muito disposta a tolerar o assalto dos seus canteiros pelas divagações depradatórias da mera intuição estética. Mas certo é que a ciência abunda em lugares vagos e não pode aqui iluminar-nos de tal modo o labirinto étnico que nos habilite a registar confiadamente todas as suas estações, derrotas e divisões. Por enquanto, a etnografia navega nas nuvens e nas suas definições tudo se mostra da cor das nuvens.

Não nos diz outra coisa um antropologista actual de grande e justa fama, o sr. Artur Keith, que escreveu: — «O artista que procura encorporar todas as características de uma nação numa estampa, tenta o impossível; não mediu a profundidade da complexidade da sua tarefa. Porque em toda a nação — em a nacionalidade composta da casta mais pura da raça — há milhares de tipos humanos. Cada um, de um e outro sexo, tem a sua individualidade; raras vezes tomamos um homem por outro... As diferenças que separam a gente dum país da gente dos outros países, diferenças físicas, diferenças na compleição mental, diferenças de temperamento, são reais, mas são infinitamente mais complexas do que até agora temos crido».

Longe de ter esgotado o estudo das características nacionais, segundo a impressão que o desenhador e o caricaturista nos deixam, as nossas investigações estão, relativamente, apenas no começo. Só agora é que os antropologistas dão fé da extensão e complexidade da tarefa que têm diante de si.

Um amigo meu, que levou muito longe a averiguação da genealogia da sua família, concluiu que, teoricamente, abstraindo dos casamentos entre parentes com avós comuns, cada um dos seus filhos deveria ter no tempo de D. João I, 8 192 avós e na fundação da monarquia 2 084 252 parentes.

Ponhamos unidades gregais onde estão unidades singulares, ponhamos mais 800 000 anos onde estavam 800, e a pureza e a transparência das raças que actualmente vagueiam pela terra devem conter-se em um caldeamento não muito diferente daquele a que chega a composição do último pimpolho de uma família nobre.

E se voltarmos a Platão — nunca se perde por passar por lá — saberemos que, ouvindo falar de demarcadas terras de quatro mil medidas e mais o filósofo julgará isto uma bagatela, porque se acostumou a pensar na terra inteira; e quando lhe cantam louvores da família, e dizem que alguém é um fidalgo porque pode ostentar sete gerações de antepassados ricos, pensa que estes sentimentos apenas denunciam a visão tarda e estreita de quem os revela, e que não é suficientemente educado nem para olhar para o todo nem para considerar que cada homem tem milhares de ascendentes, entre os quais houve pobres e ricos, reis e escravos, helenos e bárbaros, inumeráveis.

Note-se: Não só gente de toda a condição económica e de todo o estado social, mas também gente de todo o sangue, «helenos e bárbaros».

Ora nas miríades de feições e de máscaras que constituem esta infinita nebulosa étnica, quanto fica à ciência e à observação e à medida por discernir e classificar e apartar e asseverar, quanto a impossibilidade de solução positiva deixa à fantasia e à sensibilidade estética, para sustento legítimo das suas interrogações, suspeitas e visões.

De forma que neste torvelinho, o essencial e o permanente e inalterável será apenas o que os nossos olhos adivinham pela avidez de se extasiarem na presença da harmonia.

### A CRISE DO REGIONALISMO NA NATUREZA, NA ECONOMIA E NA ARTE

Desde já fundamental e clássico para quem houver de conhecer e considerar a especificação fisiográfica e social das terras que compõem o nosso país; admirável repositório e simultaneamente discussão e conclusão de muitas teses que semelhante estudo suscita: — o «*Esboço duma Carta Regional de Portugal*» que o Senhor Doutor Aristides de Amorim Girão recentemente publicou, é comentário e capacíssima apreciação, desenvolvimento e correcção das «*Cartas Elementares de Portugal*», do falecido e muito ilustre B. Barros Gomes, as quais, não se esqueça por honra da aureolada memória do seu autor, ainda hoje, ao fim de cinquenta e dois anos de vida — são de 1878 — estão moças e válidas, a ponto de servirem de texto principal na matéria a um estudioso do alto quilate do Senhor Doutor Amorim Girão.

Tal como as «*Cartas*» e confirmando-lhes a legitimidade e a segurança do método de investigação, o «*Esboço*» toma o concelho como elemento sintético inicial na formação das regiões, e esta coincidência das inclinações de dois consumados mestres nos convida a crer que se aquele sistema de classificação tanto durou e revive em tão boas mãos, é, certamente, porque alguma coisa de definitivo o sustenta.

Não inteiramente sem risco na sua adopção — poderá talvez dizer-se. Porque tão singulares e diversas se mostram essas unidades, tão independentes e de tal nodo frequentemente se fecham sobre si e se impõem que por vezes nos parecem rebeldes a qualquer ligação regional em que tentemos prendê-las, e muito mais significarão multitudinária de variadíssimas individualidades naturais e sociais que a constituição de reinos homogêneos vizinhos e hierarquias claramente graduadas, englobando-as uma individualidade orgânica superior.

O próprio «*Esboço*» nos alvoroça por vezes estas suspeitas e hesitações, pois, pelo respeito duma mais completa inteireza das regiões, em repetidas passagens entrevê a sub-região, e fragmenta o concelho e distribui por diferentes regiões as suas partes — isto é, achou no concelho uma composição já assaz confusa para que ele pudesse subsistir sem reservas em suas multiplíces rela-

ções. Porventura os «casos» e as aberrações seriam tantos e tão complicados que, assiduamente intrometendo a promiscuidade dentro dos comportamentos em que queríamos encerrá-los isentos de toda a bastardia, por isso nos obrigam a separações, eliminações e mutilações. Foi para que a ordem se encadeasse, e subsistisse por disciplina e vontade nossa o que pela natureza não lograva casar-se que nos socorremos do artifício que é o distrito, que já hoje tem duração bastante para tomar cor de tradição e, na penetrante advertência do Senhor Doutor Amorim Girão, «nem sempre é tão feio como geralmente se pinta». Desapaixonadamente observado, o distrito, entre o seu perigoso abstracto de demolidor de fronteiras naturais, para as substituir por linhas e quantidades geométricas, não terá sido tão louco e distraído da terra que repartiu que não contasse na sua formação com simpatias, conveniências económicas, tendências, costumes e divisões naturais que lhe imprimiram, aqui e além, um carácter pouco menos de científico.

E o que do distrito se diz, poderia talvez dizer-se das circunscrições eclesiásticas diocesanas, as quais, muito provavelmente, pela sua antiguidade mereceriam e deveriam ser estudadas na actualidade e na história com proveito da carta regional que tenhamos de traçar e colorir.

\*  
\* \*

Se perante uma obra, como o «*Esboço da Carta Regional*», que prima pela conscienciosa selecção dos seus elementos, pela vastidão e firmeza dos seus fundamentos, pela beleza do alçado e pelo êxito do esforço, possante que a empreendeu e concluiu; se perante esse acto de fidelidade científica fossem permitidos devaneios e interrogações de uma mal sujeita ignorância inquieta; se à concepção da perspectiva anarquista e da continuidade vital que lhe anima as suas passageiras formas ondeantes fosse lícito ter voz perante a perspectiva científica e a sua arquitectura e o rigor e ordem das suas divisões; se o capricho romântico pudesse agitar-se onde o método severo do estudioso impera de direito e pacientemente edifica: — eu diria que a minha impressão, já que à míngua de bagagem demonstrativa me inibe de ter convicções, a minha impressão, quando tenho diante de mim uma carta física de Portugal e procuro circunscrever as regiões do país, é, primeiro, que o país se reparte em duas grandes divisões, norte e sul do Tejo; e, depois, que as regiões do norte também, por sua vez duas grandes divisões, litoral, ou, antes, sobre o mar, e interior, costas ao mar, apartadas estas duas regiões pelas elevações montanhosas que pelo Gerez, Marão, Montemuro e Buçaco fecham a sul com a Serra da Estrela e as ramificações meridionais da sua família.

Então se me afigura que pela identidade orgânica de manchas contíguas do seu território, a região do sul logo propõe a sua divisão em regiões homogêneas bem marcadas. Mas, quando entramos na região do norte, quer no litoral, quer no interior, achamo-la francamente babi-

lónica, falando todas as línguas e usando todas as atitudes, fabricadas de uma mestiçagem infinita dos homens e das criações da terra, no meio da qual se sonhará, quando muito e sabe Deus com que penas, a individualidade dos concelhos, habitualmente róta e remendada, nunca nos deixando desdobrar facilmente peças de pano liso e urdidura igual e sem nó que possamos talhar em províncias, como no sul.

Foi Oliveira Martins quem, descuidadamente, primeiro me baptizou nesta igreja. Conversando com ele e respondendo eu como podia à sua insaciável curiosidade inquiritiva, principalmente atenta aos factos económicos, procurava eu esclarecê-lo sobre a diversidade da economia agrícola dos lugares que confinavam com a freguesia em que nós encontravamos. E ele por fim advertiu: — «Veja você como em meia dúzia de palmos de terra a condição da agricultura muda completamente».

Ficou-me em lembrança a lição, muitas vezes a memória me repetiu já quando folheei os escritos da escola de Frederico de Play, já, sobretudo, quando jornei pelos montes e vales do meu país, a começar pelas freguesias vizinhas do meu campanário. Uma gândara, um rio, um acidente geográfico e, também, uma tradição e um hábito bastante para lhes determinar sua diferente face, o seu ser e as suas necessidades e riquezas. Só na freguesia de Ílhavo se juntam quatro cidades, quatro estéticas, quatro economias, quatro psicologias, quase um microcosmo da vida positiva e da vida espiritual. Ali se agasalham em paz a cidade industrial de moagem e panificação que o caudal do Vale de Ílhavo criou, a cidade agrícola que as planuras e os bravios adjacentes promoveram, a cidade mercantil e marítima que as ribas do mar edificaram e enriqueceram, e por fim a cidade fabril da Ermida, a Vista Alegre, filha do cálculo individual, inteligente e ousado e nessa órbita da intenção e de vontade se movendo.

\*  
\* \* \*

Tudo isto, porém, se agita em labor de transformação e contágio permanente, e regiões e regionalismo, o feito e o possível e o faciêdo, participam tanto das pressões terrenas como da inconstância e da divagação dos sonhos. Em grande parte tenderão a entrar nos reinos da mitologia e da poesia pura, quase e cada vez mais só os avistam e conhecem e contemplam e amam e os servem devotamente, fazendo da aspiração uma realidade concreta e fecunda, os místicos e o artista, em cujos bandos eu queria incorporar-me — profetas da beleza, ávidos da harmonia que é a obra de Deus, superior às comodidades da vida, pelas quais a temos substituído, concedendo-lhes um cego e despótico domínio.

A viação mecânica acelerada, e o transatlântico e a aeronave subvertem o carácter natural das coisas e dos homens, toda a natureza, e apressadamente rematam em nivelamento e paridade de desejos, e haveres e criações, que a galera antiga e o almocreve e a feira haviam iniciado

lenta e tenazmente, desde tempos imemoriais. O balcão do mercante sobrepôs-se às aras sacrificiais do génio do lugar e para sempre as ocultou debaixo da mesa de cimento. De continente a continente, o carreiro que era áspero e rescendia a serpão, alargou-se na estrada que tresanda a gasolina queimada. Debaixo da capucha da pastora da serra do Caramulo divisa-se a blusa — até a sua denominação se tornou cosmopolita — desenhada em Paris e tinta em anilinas cozinhadas na Alemanha. O meu vizinho, que habitualmente trabalha em África, casou na cidade do Cabo com uma judia, nascida em Boston. Os filhos falam inglês, e também entendem e usam, com gracioso sotaque estrangeiro, a nossa língua.

Nem os montes escapam aos ímpetos da rasoura que se regula por padrões universais, não sabe nem quer saber de regiões, e antes as aborrece onde signifiquem um torpêço para o seu afã igualitário. Aquém e além da serra, ficaram de nível os vales, um túnel os aproximou e alisou no mesmo plano, e as suas águas correm a par no leito que nós lhe cavámos. A qualidade das terras de Portugal, será o Chile e o Perú que a fabricam; terras, mandam-se para o laboratório químico, lá se pesam e se destilam, e de lá nos dirão o que lhes falta e o que lhes sobeja, em que farmácia temos de as remexer para todas darem a mesma flor e criarem o mesmo fruto. Dos montes fica-nos apenas o seu esqueleto geológico.

Neste comércio, mal se salvam os privilégios do clima, que o engenho do jardim tem artes de plantar palmeiras e bananeiras onde medrava a esteva e o tojo.

A emigração das formas é incessante. A própria paisagem se alterou pela visita de peregrinos que se aposaram do seu horizonte e a seu modo o assinalaram. Daqui, do lugar em que escrevo, e que avisto e me compõe a paisagem, são mimosas e eucaliptos que vieram da Austrália, e cedros da Califórnia e da Índia.

Ainda aqui poisam, humilhadas e raras, as oliveiras de sagrada fama, mas como vencidas, um pálio remanescente de lembranças e tradições virgilianas, pouco mais que um bafejo de saudade que a haste esguia de um buliçoso choupo do Turquistão recebe surpreendido.

«Sunt lacrimae rerum!» Ai da Beleza!...

Todavia, para que este inter-regionalismo não resvale, com grande dor da nossa sensibilidade, na fealdade pungente de um granel de resíduos de muitas vidas trucidadas, bem poderá ser que o problema e a sua solução seja muito mais guiá-lo que reprimi-lo, seja muito mais naturalizar o estranho, por impenetração mútua das suas afinidades com o nativo, do que, fanaticamente e em atitude de aversão, purgar do estranho o nativo, deliberadamente obrigando este a conter-se cristalizado em seus termos originários, reduzindo-o ao estado de uma memória inerte e privando-o de se enriquecer e dilatar e adornar por acessão dos bens e da actividade alheia, postos de harmonia com as qualidades próprias, segundo a inspiração e conselho de uma esclarecida razão económica e estética.

De espontâneo e intuitivo, um facto da natureza e uma vocação, o regionalismo passaria a ser, nesta nova

interpretação dos seus direitos, uma obra dos homens e da sua arte de disciplinar os elementos cósmicos. Na sua aspiração a acção, em seu pensamento e efeitos práticos, todo se chamaria subordinado a este poder que J. Brunhes magistralmente pressente, considerando que «os factores espirituais têm uma influência formativa que em alguns casos extremos (talvez mais numerosos do que se julga) tende a sobrelevar aos factores físicos, ou, mais exactamente, a transformá-los por meio duma confusa, misteriosa mas extraordinária assimilação de uns e outros.

### PRIORIDADE DA MÚSICA SOBRE O PENSAMENTO DA LINGUAGEM

Com uma proficiência manifesta e de todo o ponto hábil e esclarecida, o ilustre professor da Faculdade de Letras de Lisboa, Senhor Dr. João da Silva Correia, tem publicado na *Portucale* e na *Labor* pacientes e educativos estudos sobre *A rima e sua acção linguística, literária e ideológica*. Aí se prova, por grande cópia de exemplos colhidos na literatura, quer antiga e clássica quer moderna e popular, de mais do que uma nação, quer para as necessidades da rima e seu império não há capítulo de gramática nem artigo do dicionário, que se possa reputar inviolável e seguro na sua integridade. Onde a rima instou e quiz prevalecer, toda a violência e opressão e mutilação ousará, ainda que o feito orce pelo absurdo. Para a rima, todos os modos e acidentes da linguagem serão, quando ela o reclama, *chair à canon*; para que se repita o eco desse murmúrio, todo o estôrvo da regra se quebrará, sem hesitação. Por amor da rima tanto se multiplicam e aplicam excepções, de variadíssima espécie, que das obrigações gramaticais pré estabelecidas poucas restam, em última análise, que não sofram, aqui e além, as mordeduras da exigência do ouvido, porventura solicitada por uma recôndita apreensão de que é pelo contentamento musical do ouvido que a emoção se nos comunica e os impulsos de simpatia acordam e nos cativam. A rima entoaria uma antífona que, sendo mais breve que o salmo, todavia o condensa e na capacidade da sua energia de captação se torna maior que o salmo.

Muito subtilmente o haveria suspeitado Emerson, o poeta filósofo norte americano, quando, há longos anos, notou no seu *Diário* que «muitas vezes havia observado nos escritores moços a prioridade da música sobre o pensamento.» Lembrava que pasmados os tornava, a ele e aos companheiros de escola, a simples sonoridade de certas frases. Em Daniel Webster, o orador célebre, admirava como «qualidades que o distinguia e punha acima de todos os homens, o rico e bem amodulado trovejar da sua voz — ao qual algumas vezes costumava escutar, abstraindo do sentido, meramente pelo deleite sensual em tão nobres explosões do som.» E mais: «Quando passeio, escreveu no *Diário*, bastas vezes me entretenho com o zumbido do ritmo da quadra decassilábica... ou outros ritmos... Acho um encanto maravilhoso, heróico, em especial profundamente patético ou magoado, nas cadências, e a mim mesmo digo: — Que feliz seria quem

naqueles pequenos compassos pudesse encorporar palavras que se aproximassem do poder de semelhante percussão!» E ainda: «Na poesia, o tom. Li alguns dos novos poemas de Lowell, nos quais ele mostra, inesperadamente, progressos sobre si mesmo, mas talvez, principalmente, no talento técnico e na coragem — mais no talento que no tom poético, mais exprime o seu desejo, a sua ambição, do que o impulso interior indomável que é a marca autêntica de um poema novo, e não é susceptível de análise... mais se sente no tom penetrante do que nas partes ou linhas brilhantes; como se o som de um sino ou uma certa cadência, exprimindo-se num silvo baixo ou no rugido ou no zumbido, ao qual o poeta primeiramente sujeitou o compasso, enquanto olhou para o pôr do sol ou pensou, fosse a forma incipiente do trecho e se mantivesse dominante no todo».

O destino e as jornadas da palavra *basta*, propagando-se e naturalizando-se em diferentes latitudes e idiomas, será um exemplo acentuadamente característico do poder de expressão que reside em brevíssimas notas musicais, por oculta harmonia tornadas comuns a diferentes línguas, em todas sendo igualmente válidas quanto a efeitos de transmissão e definição da emoção que significam, consideradas aparte da ideia que se representam.

Provavelmente derivada de um antiquíssimo *vastus* latino que a derramou em toda a terra romanizada, eis que por seus lados convém à Europa inteira, ou pouco menos, em nações distantes e distantes raças chamando a mesma sensação de profunda plenitude; ouviu-a a Itália, ouviu-a a Espanha e a Provença e a França e Portugal, como a ouviu o anglo-saxónio e o eslavo. Usou-a M.<sup>me</sup> de Sevigné (Carta ao Conde de Buny Rabutin, em 28 de Agosto de 1668); usou-a Antão Tchekov (Carta a seu irmão Alexandre, em Abril de 1883); e o *Chamber's Twentieth Century Dictionary*, de Tomás Davidson, compreendeu-a no rol das *Palavras e frases de seu uso mais ou menos corrente colhidas em línguas estrangeiras*.

Deve haver uma latente universalidade nas inovações que atingem este grau de internacionalismo. Não serão alentos de uma nação ou de um povo; serão, muito além disso, modulações elementares da voz humana, sinal da espécie.

\*  
\* \* \*

Este novo conceito de graduação dos valores constitutivos da linguagem, no qual, quanto ao labor de impressão comunicativa, os elementos lógicos e de mero sinal passam a dar partilha aos elementos sonoros emotivos com que se conjugam, acontecendo que, de ordinário, os últimos sobrelevam aos primeiros em latitude e acção da sua influência, esta nova disposição das energias que formam e movem a linguagem, importa alterações profundas nos sistemas da sua transposição gráfica; e a arte da pontuação, de singela e corrente (por não dizer secundária) que era nas gramáticas dogmáticas, embaraça-se agora em infinitos problemas praticos, quando entramos a aplicá-la.

Tornada hoje em instrumento essencial de definição delicadíssimo, reclamando para bom êxito da sua função uma intuição estética tão subtil no sentimento e exercício da sua capacidade de suscitar a emoção quanto intelectualmente acautelada e bem provida para alcançar a clareza plena das ideias em cuja transmissão é chamada a colaborar — a arte da pontuação, que nos grandes mestres da literatura de todas as nações e nos seus monumentos inconstante se tem mostrado e pouco afeiçoada a regras invariáveis, vê-se nesta conjuntura empenhada na conciliação de actividades simultâneas a cada instante em conflito. Pela duplicidade da sua condição de desenho e voz e pela multiplicidade correlativa das suas obrigações, a pontuação, mediante sacrifícios oportunos, terá de conjugar e pôr de harmonia as divisões e as pausas indispensáveis à significação lógica do discurso e as divisões e o movimento exigidos para a expressão musical do vocábulo e da frase e para os seus efeitos emotivos — equilíbrio de continuo arriscado; pois, se a debilidade ou a incúria deixaram que dos dois impulsos concorrentes algum prevalecesse exagerada ou absolutamente, de caminho teremos ou o pensamento precipitado ou absurdo ou a emoção afogada no silêncio, conforme a natureza da actividade predominante.

Perante factos e apreciações desta natureza, que na observação dos fenómenos linguísticos começam a amudar-se, o diletantismo profano entrevê mundos novos de coordenação das posições respectivas dessas actividades e suas criações; e a inquietação do seu imaginar — a cujas liberdades de boémio a própria ciência não se oporá, havendo-as por uma inclinação natural e legítima — sonha e subentende na linguagem falada um sistema de relações musicais que até agora mal se notavam e se registavam, frouxas e incompletas, num plano inferior.

Por virtude de maior penetração da sua análise, a ciência da linguagem sofrerá talvez neste momento transformações profundas; considerando em novo ângulo a sua substância, virá a mudar de base, a tal ponto que o que algum dia foi reputado vício ou aberração, será hoje puramente efeito e função normal da sua organização e movimento. De um período — aliás poderosamente fecundo e instrutivo — de um período em que confiadamente se apaixonou pela minuciosidade e pela segurança da classificação e ansiosamente a buscou com resultados brilhantes, de uma época em que julgou poder distribuir em divisões cercas a expressão vocal e todos os seus modos e formas, conjugando em sistemas elementos de per si claramente distintos, a ciência da linguagem mudará talvez de aspecto, vindo a moderar certas exigências de feição matemática e contentando-se com a singela observação de casos e acidentes, realidades concretas, singulares, variáveis e indivisíveis, e colhendo-as onde anteriormente o exame menos atento e profundo se julgava habilitado a graduar em série formas imutáveis e

genealogias inabaláveis, todas susceptíveis de se apartarem pela firmeza dos seus limites. Verificando mútuas adaptações constantes da palavra e da voz às oscilações e ao fluir da ideia e da emoção, a ciência da linguagem, especulativa e prática, não raro se achará vacilante, e perguntará se nessas forças, nas quais entreviu leis severas e intransigentes, não predominará antes, governando-as a seu capricho e mistério, uma arte despreendida de sujeições convencionais, de continuo activa, palpante e instável nas suas criações e na sua beleza, muito mais guiada pela inspiração que tutelada pelo entendimento.

Porventura, mais uma vez, entre mil outras disseminadas por toda a vastidão do espirito nas suas diligências de compreensão da vida, mais uma vez aqui toparemos naquela concepção da ordem das energias criadoras que o empirismo tornou em provérbio e lei suprema, anunciando que «há doentes, não há doenças».

Acima da ciência, absoluta e livremente senhora dos seus instrumentos e efeitos, haverá certo estado natural da linguagem, em larga extensão imperscrutável, rebelde à destrinça da especificação, haverá aglomerados irreductíveis significados por uma variedade infinita de individualidades, mais ou menos próximas entre si e nunca inteiramente coincidentes, e esta flutuação animada e agil se terá sobreposto àquela arquitectura, intencional e meditada, na qual prepondera a fixidez de formas bem discrimináveis e discriminadas. Aos rigores da análise estrutural e lógica preferiu-se, com início do conhecimento, o sentimento da modulação acústica e da cadência; a harmonia bocal sobrelevaria à ordem e à concordância gramatical e numa vibração sintética sonora exprimiria o que usualmente se pedia e esperava da interpretação intelectual do vocabulário.

### CIÊNCIA E ARTE UM EXEMPLO NOTÁVEL DO ALTO PODER DA SUA CONCILIAÇÃO

Algun tempo, que não vai longe, ciência e arte tiveram morada aparte, diversa fé, diverso altar, diversa ambição e diversa oração, entre os seus vultos interpondo, severamente, toda a distância e contraste que pode sentir-se entre a solidez opaca de uma coluna de granito e a luz trémula e doce de uma lâmpada religiosa. Arquivo, laboratório, alambique, mesa de anatomia, hospital, escala, balança, metro e número de um lado, e fronteiros, na outra margem, sob tetos dourados, o rumor vivificante de brisas e afagos de graças imponderáveis; aqui missão de servir a Deus, além afã de dominar a terra e lhe escrivizar as forças em proveito da ambição dos homens. Tão rígida e austera, e interrogativa e dubitativa seria a ciência, quanto flácida, indulgente e crédula se mostraria a arte; uma castigando os nossos arrebatamentos em nome da lei, a outra acariciando por mandado divino o devaneio. Vivia uma de curiosidade e utilidade, e expandia-se numa economia vantajosa, afeiçoando a terra às comodidades da existência dos homens; e a outra sonhava

erguer-se acima da dureza ingrata dessa terra, perder-se no azul dos céus, dissipar seu ser em prodigalidades deleitosas, verter-se, mística, numa religião. E ciência e arte mutuamente se mingüavam os méritos e opunham suas virtudes e seu carácter e dignidade, soberba uma daquela velha força que, se tivesse onde firmar alavanca, levantaria o mundo a panejar no espaço como um farrapo ao vento, humilde e outra na sujeição e contemplação e obediência da beleza eterna.

Eis, porém, que pela própria profundidade progressiva da ciência e pela incessante sutileza alada da arte, o conflito antigo e suas suspeições recíprocas se resolvem em simpatia e unidade, um princípio comum as reúne numa só energia, e agora a ciência aprende tanto pela emoção como pela análise, e a arte enriquece-se tanto pelo saber como pelo sentir, e ciência e arte tornaram-se, por igual e cumulativamente, instrumentos e alfaías de um mesmo culto, que é o conhecimento e afecto da intimidade do homem com as forças eternas que movem o cosmos. Ciência e arte precipitaram-se no mesmo êxtase, confundiram-se na identidade essencial da criação e seus alentos e na glorificação da harmonia dos seus infinitos estados e palpitações. A totalidade irreductível preteriu em toda a conjuntura a diversidade superficial, e essa totalidade encontra-se tão perfeita e cintilante no grão de areia como manifesta e sagrada no cristal de uma lágrima. Coração e pensamento fabricam-se no mesmo sangue e consubstanciam-se no mesmo filtro. Sabe-se por intercessão do amor, e ama-se por incitamento do saber. O escalpelo e a visão equivalem-se na decifração do universo e nos mistérios do amor que essa decifração nos desperta quer o amor se agite na constituição da ideia e nas suas dilatações lógicas e palpáveis, quer o amor perpasse em ocultos anseios da alma e nos seus enlevos.

\*  
\* \*

Foi nesta nova e ampla atmosfera de estreitas e coordenadas dependências da ciência e da arte que o Senhor Doutor Anselmo Ferraz de Carvalho, muito ilustre professor da Universidade de Coimbra, lavrou a pedra votiva que os seus afectos e os seus talentos consagram à exaltação da pátria sua e nossa; foi nesta clara luz que em boa hora concebeu e escreveu o seu «Portugal»; para maior brilho da magnífica «Geografia Universal» do Instituto Gallach de Barcelona, onde foi inserido e publicado o admirável estudo do sábio catedrático que esplendidamente honra além fronteiras o nome português.

Habilmente se socorrendo da reprodução de uma inteligente escolha de primores fotográficos de autênticos mestres nessa arte, que com a mais esclarecida e devotada diligência, aliada a uma superior destreza técnica, nos tem facultado nestes últimos anos verdadeiras revelações dos tesouros da beleza do nosso país, quer natural, em seu aspecto silvestre, quer monumental, ou popular ou histórica, em seus aspectos humanos — o Senhor Doutor Ferraz de Carvalho completou o texto da obra

a seu cargo com um tal relevo de formosura, que, de facto e de continuo, ciência e arte se reforçam no mesmo apostulado e entre si se corrigem e moderam e favorecem, para coroar de uma auréola resplendente este recanto do globo que nos amamentou e nos alenta à sua feição. Bens do chão e bens da alma se conjugaram maravilhosamente para nos dar uma imagem surpreendente da terra portuguesa em toda a sua substância e atitude das causas e da gente.

De um seco agrupamento artificial de números e estatísticas de um catálogo de rochas, águas e animais e plantas que entre as rochas e as águas se apascentam e saciam, dessas acanhadas geografias de outras eras, a intuição estética servida pelo saber fez um arraial esplêndido de personalidades, activas, presentes e cativantes, pouco menos que conscientes e zelosas da nobreza das linhas da sua configuração e dos instintos ocultos das suas aspirações. O velho e descarnado esqueleto que outrora teve o nome de geografia revestiu-se aqui de um manto opulento, no qual, restituído à vida, se move e nos prende o pensamento e os olhos, e nos alvoroça o contentamento e nos suscita o pasmo e nos justifica o orgulho de havermos nascido e morarmos no aro de tal reino, sob o seu patrocínio e amparo.

Tão acautelada e fiel na verificação e enunciação da realidade dos factos em que se baseia como afortunada e sensível na discriminação e expressão da beleza das criações com as quais nos põe em contacto, singelamente, porventura mais ainda por progressão ingénita que por propósito reflectido, esta nova geografia não é um abstracto traçado no leito dos rios e dos perfis dos montes, posto que não deixe de os apontar oportunamente; nem se limita a um rol de celeiro e adega, e inventário de fábricas e oficinas ou registo dos óbitos e nascimentos e emigrações de uma colmeia humana: é o ajuntamento de individualidades solidamente formadas, agitando-se no seu anseio, é o cortejo de uma mitologia portentosa; não descreve um país, povoa um olimpo, e na ressonância dos seus coros nos embala a jornada, toda repassada e unvida de gratidão. A serena majestade do Tejo, e a coragem combativa do Douro rompendo o seu caminho entre penhascos, e o recato do Vouga na estreiteza frondosa das suas ribas, e a placidez umbrosa das margens do Ave, e a soturna severidade do Alto Mondego, deslizando entre a mudez sombria dos seus montes, serranias, rochas invencíveis que se banham no mar e afrontam as suas ondas mais subidas, a planura infinda, cidades, ruínas, o atavio das moças e a sua face, e a eloquência dos casais e a grandeza dos templos — tudo sob a magia do murmúrio e do gesto de uma subtilíssima arte se erguem da inércia e se constituiu em forma animada e tangível, confessando-nos a sua palpitação e com a sua essência nos identificando. Uma vivificante ingenuidade afectiva, que longe de ignorar os factos essenciais e as leis orgânicas dos fenómenos a que se aplica, antes insiste em os apreender e recolher copiosamente, abundando e esclarecendo a inteligência, foi essa força que englobou emoção e conhecimento no reflexo de uma impressão estética

indivisível, e se tornou em nave medianeira da sua comunicação aos estranhos na plenitude da sua unidade.

Que singular e alta psicologia, adornada de tenacidade e talentos é a que consuma semelhantes milagres, tão vibrante e ágil nas suas faculdades receptivas como positiva e firme e toda fundada em bom gosto nas suas criações concretas!...

## NOVOS ASPECTOS DA CIÊNCIA DA LINGUAGEM

### Cognatismo do gesto e da voz na expressão da condição psicológica dos homens

«Os sons da fala são, reconhecidamente, efeitos pelos quais, mutuamente compreendemos os nossos pensamentos e intenções. mas são apenas efeitos. As causas subjacentes de todas as nossas palavras faladas são os vários movimentos musculares e adaptações que executamos quando falamos». É por estes movimentos e adaptações que, realmente, a nós mesmos simbolizamos os nossos pensamentos e os significamos aos outros. Estudar os sons e ignorar os gestos e as adaptações musculares que os produzem, é não só pôr o carro adiante dos bois, mas ignorar inteiramente os bois e atribuir tudo ao carro».

«Em 1872, Carlos Darwin (*The Expression of the Emotions*, pg. 34) notou-nos que há uma simpatia natural de movimento entre as nossas mãos e a nossa boca, de modo que as crianças quando aprendem a escrever, se encontram a mover a língua, «de um modo ridículo», enquanto movem os dedos.»

«Não só a fala foi originariamente matéria de pantomima bucal, mas nunca deixou de ser assim; e a influência do gesto bucal inconsciente continuará a afectar a fala humana, enquanto os instintos pantomímicos do homem e a simpatia entre a sua mão e a sua boca persistirem.»

«A teoria do gesto da fala humana não é nova, mas há muito está inculta. Platão, no *Cratilo*, muito se aproxima dela, quando faz que Sócrates pergunte: — «Se nós não tivéssemos língua nem voz e desejássemos pôr as coisas claras a alguém, ¿ não tentaríamos, como os mudos usam presentemente, fazer sinais com as mãos e com a cabeça e com toda a nossa pessoa, em geral?... e quando desejamos exprimir alguma coisa pela voz ou pela língua ou pela boca, ¿ não se realizará a expressão por estes meios, em dado caso, quando uma imitação de qualquer coisa se efectua por eles?... Então, um nome parece que é uma imitação vocal daquilo que é imitado, e quem imita com a sua voz nomeia que imita.» (4)

Isto não pondera hoje o filólogo, mas, antes, já a biologia nos apontara qualquer coisa congénere, nestes termos:

«A pele é muito mais que uma simples cobertura dos ossos e dos músculos. É o órgão de um sentido, tanto como os olhos, o ouvido e o nariz, que todavia não são mais do que partes especializadas da pele... Como órgão de um sentido, a pele (incluindo olhos, ouvido, nariz e os nervos do gosto na língua) é a superfície principal do contacto entre o corpo e o mundo externo, e é portadora, não só de mensagens de luz, som, cheiro e gosto, calor e frio, pena e pressão, para os centros de cons-

ciência, no cérebro, mas também de mensagens para o cérebro, das quais o discernimento consciente nada conhece... A pele avisa o cérebro, mesmo quando estamos a dormir, de que o ar está frio, e o cérebro imediatamente retira da superfície o sangue, com receio de que ele gele. Avisa, mesmo quando estamos a dormir, de que o ar está quente, e o cérebro inunda de suor a pele para a arrefecer, e manda o sangue à pele para que ela o arrefeça... Como órgão de um sentido, a pele superintende, pois, e regula muitas funções fisiológicas, e é um grande centro de permutas telegráficas.» (5)

A biologia precedeu o filólogo no reconhecimento da intercorrelação de semelhantes fenómenos, mas também ela por sua vez teria segundo lugar onde a arte se lhe antecipou, pois certo é que Winckelmann, por intuição do seu génio, os pressentiu e verificou antes que a ciência corroborasse a exactidão das suas apreensões. Foi Winckelmann, segundo a citação que Lessing dele fez no seu *Laocoonte*, quem, apreciando a magia daquele monumento, o compreendeu, sentindo que se lhe «descobre a pena em todo o músculo e nervo do seu corpo, e quem o vê, enquanto olha para a contracção angustiada do abdómen, sem ver a face e outras partes do corpo, quase crê que a pena se lhe comunica e a sente. Esta pena exprime-se, todavia, sem violência alguma, conjuntamente nas feições e em toda a atitude. Não ergue nenhum brado terrível, como Virgílio faz soltar ao seu Laoconte, porque o abrir da boca não o permite; é antes um ansioso e afogado suspiro, tal qual Sadoleto o descreve. A pena do corpo e a grandeza, assim como estão, repartem-se e distribuem ponderadamente, com igual força, por toda a estrutura do vulto».

Ao enredo, na sua maior extensão indestrinçável, da construção anatómica e da disposição fisiológica do nosso corpo e suas actividades conjugadas, junte-se a lembrança da actualidade perpétua daquele velho preceito que nos adverte de que a natureza opera por síntese, aos feixes, por sínteses constitui e move todas as suas criações, e depressa teremos compreendido em que urdidura de nervos, de uma tenuidade infracapilar, a fala se acha envolvida, em que ocultos sistemas de complexas energias de diverso carácter se enleia a sua liberdade, a que apertado concurso de instigações e pressões se acha sujeita. Seja qual for o sentido dominante em cada momento, esse determina a repercussão simpática da sua actividade em todos os demais sentidos; tem gestos o olhar, como o ouvir tem luz, a cor tem perfume, e o perfume tem afagos.

Eis que o principal de algum dia se tornou subordinado. Na expressão do momento psicológico que nos alvoroça os sentidos e lhes acorda as suas funções, à unidade efectiva dos sentidos corresponderão, não invocações singulares autónomas e os seus feitos, mas harmonias e acordes das suas vibrações, reciprocamente subordinadas, coros, na sucessão dos quais o principal de um instante logo se torna no acidente de um poder maior, e imediatamente obriga este poder a decair, por sua vez mudado em acidente.

Assim, em nosso íntimo como em todo o nosso corpo que o reflecte, gesto e fala calcam uma só via, surdamente entoam e descrevem uma só melopeia, louvam e amaldiçoam, choram e glorificam unidos as nossas dores e as nossas alegrias, as nossas emoções e o nosso pensamento, todas as actividades da nossa alma. Aqui, como em todo o aspecto e toda a face e substância da vida, realidades, estáticas ou dinâmicas, no equilíbrio ou em tumulto, especulativas ou práticas, tangíveis ou etéreas, visuais ou auditivas, realidades são relatividades, e outra coisa não prevalecerá na fala, pela qual os homens entre si exprimem e comunicam a sua condição psicológica. Em relatividades infinitas se encorpora a fala, e por elas, se não raro se achará e distingue a iniciativa e preponderância de elementos singulares, os mais singulares e singelos da formação pessoal sintética, muito mais frequentemente, todavia, essa mesma iniciativa e a acção própria desses elementos, que julgamos soberanos, se obscurecem e terão de ser reconhecidas e usadas como factos concretos, que escapam a uma plena consciência das forças que neles colaboram e facilmente se esquivam a obedecer à nossa vontade e a confirmar a nossa previsão.

Assim, muito epíteto que supúnhamos adorno caprichoso e fantasia, passará em a nova perspectiva da linguagem a ser apenas o reflexo rigoroso de exigências do cognatismo de vibrações reais, concordantes e conexas, do nosso sistema nervoso na sua integridade.

Palavras *doces*, palavras *amargas*, palavras *negras*, palavras *duras*, palavras *brandas*, palavras *roucas*, palavras *canoras* não serão instrumentos da fala, diversamente adornados da aposição de imagens metafóricas de nossa indústria e invento; muito mais provavelmente serão expressão sumária de sensações subconscientes concomitantes, entre as quais aquela vibração sonora de determinados órgãos do nosso corpo, à qual chamamos fala, é acompanhada de outras que com ela constituem a significação de uma mesma condição psicológica e a sua instância de manifestação externa. Dores nossas, ou alegrias e prazeres, reflectir-se-ão simultaneamente no paladar, na vista, no ouvido, no tacto, em todos os nossos sentidos; cada sensação trará consigo um cortejo de sensações de uma identidade essencial, derramando-se e patenteando-se ao mesmo tempo por todos os sentidos e acordando coros de beatitude ou lamentos de infelicidade.

A arte literária, que em semelhantes materiais tem de fundar os seus poderes e por eles alimenta os segredos dos seus enlevos, tornar-se-á, agora, porventura muito mais filha da agudeza da sensibilidade do autor e da consciência das sensações que ele exprime e nos transmite, do que efeito, mudável conforme talentos nossos, do fabrico, imaginação, ciência, estudo e composição pensada de architecturas, intencionais e instruídas por tesouros de conhecimentos pacientemente colhidos, acumulados, e ordenados e usados metodicamente. Na sedução da linguagem de um Fernão Lopes, de um Camões, de um Eça ou de Antero, haverá sempre um

fumo perfumado que não sai da sombra dos bastidores onde se acoita; haverá sempre qualquer coisa subtil que excede as possibilidades estéticas da cozinha por escolha, dose e receita, que está fora do alcance, e distante, do manejo hábil de abastança de regras gramaticais e de copiosos dicionários. Se insistimos em analisar, o mais que conseguimos é topar, em última instância, com a presença activa e constante de faculdades divinatorias que, mal o sonhando, nos traduzem e confessam as sínteses naturais de que a linguagem é o eco mais alto, inacessíveis à percepção directa e ao affecto da sensibilidade comum, onde a intercessão do artista não acudir à míngua de capacidade receptiva do vulgo. Acaso será mesmo este poder divinatorio e as suas assombrosas revelações e insinuações, será este poder a prova final da posse daquele dote precioso que correntemente se chama génio literário e inspiração.

### A ARTE DO DICIONÁRIO E OS MÉTODOS DO ESTUDO DA LINGUAGEM

Embora os dicionários se apresentem, habitualmente, de sua intenção vasados em sistemas de construção proteiforme, votados a indicar conjuntamente para cada palavra a sua etimologia, a sua pronúncia e a sua diversa significação ideológica e estética, o seu lugar mais próprio na formação da frase e todos os demais modos seus e suas propriedades, acidentais ou constantes, essenciais ou subsidiárias, fácil será verificar, por muito sumariamente que os examinemos, que os dicionários propendem a dividir-se em duas espécies. No mais largo aspecto do seu conjunto e conforme a imagem da linguagem que no espírito do seu autor mais avulte, os dicionários inclinam-se a uma das duas formas: ou consideram cada palavra unicamente, quanto possível, na sua estrutura, nas suas restritas faculdades de definição e instrumento de comunicação dos nossos conceitos, e então quanto mais magros, descarnados e polidos os dicionários forem, quanto mais apertadamente reduzirem a linhas características os seus elementos, melhor; ou observam cada palavra dilatadamente na infinidade das suas relações, e então constituem vastíssimos compêndios de meros esboços de formas e atitudes, vagas aproximações, de uma fluidez irreductível, tentando esclarecer-se e ordenar-se por meio de citações dos monumentos e conjunções nos quais os vocábulos se hajam encontrado e se encontrem, quer no uso vocal, passado ou presente, quer na prática, actual ou remota, das tradições literárias.

O lexicógrafo contestará, sem dúvida, a legitimidade de uma tal divisão, e aduzirá que o dicionário, para merecer semelhante nome, tem de ser a um tempo e promiscuamente tudo isto que tentamos apartar aqui em duas categorias, mas a experiência da sua própria arte lhe porá em dúvida o pressuposto, porque essa, bem meditada, exigirá a cada passo que nos deixemos sujeitar a uma das duas tendências que acima apontamos, e então cada qual dará à architectura que edificou sua diversa atmosfera.

Mais. Há cinquenta anos, quando em nossa imaginação exaltada por ímpetos de novas e brilhantes filosofias, tudo se tornara objecto de definição científica positiva e final, desde o grão de areia até ao tumulto da alma humana, a tendência era toda para a construção do dicionário tipo científico, dando a cada palavra seu contorno e figura matemática, desligada do chão como uma estátua; e nesse período a colecção e exposição de citações clássicas numerosas seria uma velharia traiçoeira, porque obscurecia e turvava a nitidez da definição. A citação caíra em descrédito, como aliás todo o argumento de autoridade.

Hoje, porém, abrandaram essas exigências e austeridades, mais amplas liberdades se concedem às palavras, as citações voltaram a ser elucidativas e úteis, um conselho insubstituível de estética, induzindo-nos no seu emprego e legitimando a repetição do seu exemplo.

Facto singular e não pouco de ponderar — a esta rasoura de cientismo abstracto, tanto em voga no derradeiro quartel do século XIX, escaparam os dicionários do grande mestre que foi Littré. Esses nunca deixaram de ser copiosamente abundados de citações, ainda quando se concentravam em edições resumidas. E entretanto eram trabalho e altíssimo monumento de um positivista confesso e erudito eminente, que admiravelmente conciliou em uma só lição o respeito da ciência e a indução eloquente da história.

Seja, porém, qual for o engenho, não raro notavelmente feliz, com que as duas veias mães do dicionário possam reciprocamente corrigir o seu sangue, e realmente muitas vezes o hajam consubstanciado, em cada dicionário envolvem-se e pulsam desigualmente duas línguas: uma língua de feição matemática, cujos elementos e cujas alavancas e seu jogo são susceptíveis de divisão, medida e classificação, língua que será sobretudo um mediano do entendimento e da transmissão do pensamento; e uma língua de feição naturalista e estética, que é uma voz das nossas emoções, como elas imponderável e indecomponível, escapando à apreensão da análise e sistematização científica, operando seus efeitos pelo movimento de aglomerados complexos, que *in toto* nos comovem por muitos modos sem nos revelarem a sua constituição íntima, de todo esquiva à separação dos subtilíssimos elementos que em cada vocábulo se congregam e se agitam e nos agitam.

Há em toda a linguagem notas singulares destacadas, susceptíveis de distinção, enumeração e classificação coerente, e há ao mesmo tempo e no mesmo fenómeno compassos bem nutridos nos quais aquelas notas se combinam e somente em coros se ouvem, em coros condensando a sua unidade última; há em toda a linguagem uma vibração originária e fundamentalmente multitudinária, e a par, intercalando-se nas suas ondas, há elementos fixos, como petrificados; e entre as duas espécies de linguagem poderá fazer-se um confronto não muito distante daquele em que os ramos ressequidos que jazem na pasta de um ervário são o espelho baço dos mesmos ramos florindo na árvore da qual os arrancámos e onde

a seiva lhes alvoroça o viço. Em toda a linguagem há uma dispersão de estrelas inalteráveis na sua posição relativa e na sua independência e no seu volume e contorno, e há constelações dessas mesmas estrelas, dentro das quais tudo são subordinações incessantes e translações por leis ocultas; há cristalizações incorruptíveis, e entre elas, ora unindo-as ora separando-as, haverá, por um comércio subtil e misterioso, certo adejar de fadas, aladas e cantando, que mal prometem pousar e firmar-se, logo erguem vôo para outra esfera e mudam de olhar e alteram o gesto e desferem notas ignoradas.

Cada palavra terá duas articulações: uma singela, breve, em si e íntima, solitária; e a outra externa, extensa e complexa, de relação com os vizinhos, em tal conexão, que isolar um vocábulo é desmembrá-lo, e decompô-lo é mutilá-lo. Toda a palavra oficia com acólitos, serve e é servida por bandos ancilares, e sempre tem um antecedente e um conseqüente, ainda que, por absurdo que semelhante conceito pareça, o antecedente, seja a maior ou menor profundidade do silêncio em que ela se produziu, e o conseqüente seja uma mais ou menos dilatada pausa, em cujo prolongamento se perdeu ou esmoreceu para em seguida se erguer e renovar.

Sendo assim, então, para o lexicógrafo surge um problema idêntico aquele que preocuparia um pintor quando, para escolher e combinar as cores, não soubesse claramente onde havia de lhes procurar a noção e exemplo, se na poeira rútila e homogénea e inerte das barricas do droguista, se na palpação confusa e chamejante de uma tela de Rubens ou no fulgor dos lírios do campo. Conforme o demónio que os visita, acharão uns que as palavras são o resíduo, o precipitado frio de uma dissolução ebullente que cessou de se agitar; outros lhes pressentirão inquietações gregais intermináveis. E, por obediência a pressões desta natureza, cada qual, a seu modo, figurará o dicionário ou como uma ruma de achas arrancadas do tronco de uma árvore desfeita ou como uma galeria de quadros iluminada pela passagem rápida de uma luz difusa. Para uns, cada palavra terá um valor absoluto, e para outros a sua significação entrou a ser incompleta no momento em que a destacamos das aderências em que se criara e movia — ou, antes, aqui, como em toda a tentativa de sistematização, para uns a vida sobreleva à classificação e obscurece-a, e para outros a classificação limita a vida, e esclarece-a e ordena-a. E, em última análise, teremos talvez de desistir de soluções terminantes, convencidos pelo nosso próprio labor de que entre o dinamismo e a forma persistirão eternamente espaços inacessíveis à exploração e apreensão segura do nosso entendimento.

\*  
\* \*

Entretanto, na linguagem, de sua natureza sujeita à lei comum da observação da actividade cósmica, revelada e consubstanciada em suas criações concretas, entra a alastrar e, em muitos pontos, a prevalecer o exercício

deste naturalismo que, fugindo a extremos de decomposição e análise, a tempo se acautela e retrai, para considerar todo o objecto do seu exame na condição de ser vivo, íntegro e indivisível na complexidade, conjugação e solidariedade cooperativa dos seus órgãos e funções respectivas. Assistiremos talvez ao advento do naturalismo, tal qual Goethe o concebeu e o quiz, e o seguiu e praticou, limitando o labor do conhecimento das suas energias e criações a objectos mantidos no estado em que se deparam na terra, em volta de nós, podendo ser percebidos imediatamente pelos sentidos, e opondo-se este naturalmente aquele outro, como a astronomia, nada da feição do profeta de Weimar, que requiere instrumentos, cálculos e uma mecânica.

Por honra das nossas letras e das nossas escolas, não vão elas tão atrasadas que por um bem pensado e bem instruído uso daquele método, os estudiosos que as ilustram não nos ofereçam, actualmente, trabalhos de todo o ponto excelentes e educativos sobre investigações desse género — consolador sinal do tempo e promessa de largo futuro, incomensurável na descoberta de factos e leis que pressente e procura, e também ameaçador para a derruição, que começa a efectuar, de muitas edificações ostentosas, há pouco reputadas eternas e agora tocando o derradeiro termo da caducidade.

Entre estes trabalhos deveremos destacar, como um dos mais significativos dessa experiência, as notáveis investigações (6) do ilustre professor, Senhor Dr. João da Silva Correia, sobre «A Rima e a sua acção linguística, literária e ideológica».

Adoptando no seu método o naturalismo que rejeita da sua alfaia, por incompletos na apreensão e facilmente enganosos, o escalpelo e o microscópio e vai buscar os elementos essenciais irredutíveis da sua cultura às unidades orgânicas compostas que as palavras representam, essas investigações, embora gravitem em torno de um só princípio, que é a rima, constituem um salutar baptismo renovador; e pelas analogias que suscitam e pelas ramificações em que se desdobram, insinuam uma iniciação magistral no reconhecimento de leis gerais e constantes da relatividade de toda a linguagem, determinando uma revisão radical do valor das palavras que empregamos e dos motivos e efeitos da sua situação no discurso. Aqui se verifica por imediata transparência que na linguagem de uso económico como na linguagem de arte, na fala habitual como no vocabulário eleito, na subordinação à virtuosidade, ao capricho, ao torneio e à agilidade como na mais descuidada e directa naturalidade, nas formas cultivadas intencionais como nas formas orgânicas de uma espontaneidade virgem, em toda a condição em que a ingenuidade ou a nossa vontade a hajam posto, para cada palavra persistem e incessantemente a alteram certa moral e certa estética, impostas pelo convívio indeclinável com os seus semelhantes. Servindo e sendo servida numa reciprocidade interminável, quer no impulso que a articula quer na multiplicidade de formas que realiza, cada palavra acha-se pelas suas ligações obrigada a uma ininterrompida mutabilidade de atitude para exprimir

harmonias e simpatias e affectos, e discordâncias e conflitos e oposições e contrastes com as suas irmãs, todo o carácter que haja de revestir e na sua jornada e no seu movimento e agitação haja de manifestar, enquanto a seu modo e por sua influência nos nutre o pensamento e nos acorda a emoção.

Quando um dia, que já alvorece, e brilhante, se propagarem e dilataram estudos como este sobre a rima, para o qual o ilustre professor, Senhor Dr. João da Silva Correia, tão perspicaz e eruditamente se moveu por largos caminhos novos e a eles nos chamou; quando, convencidos do valor científico do seu método, empenharmos idênticos esforços no conhecimento da acção de outros princípios concorrentes na formação da linguagem e cada qual em sua órbita privativa se achar semelhantemente esclarecido; sobretudo, quando trabalhos de igual natureza nos desentranharem os tesouros que nos provérbios se contêm, sendo porventura o provérbio a modulação da fala de um povo mais significativo para a penetração dos seus ritmos preferidos — quando a paciência, a dedicação e o amor da beleza houverem percorrido todos os meandros desses infintos labirintos e nos revelarem alguns dos seus segredos, pois que o melhor do seu íntimo é mistério, do qual pouco nos será desvendado, então é bem de crer que nos inclinaremos a outorgar direitos de cidade à suposição de que uma língua e as suas criações e a sua fascinação e o seu encanto não podem nascer sãs do baralhar anguloso e dos artificios da gramática e dos dicionários e habilidades técnicas correlativas, mas são unicamente o desferir de canções etéreas, cujo vibrar em termos musicais se aprende e se reproduz, e nem por outra via serão acessíveis à nossa compreensão e, muito menos, à nossa sistematização.

#### UMA ARTE DESCURADA A LEITURA

I.—No correr de 1872—tinha eu doze anos—frequentava a aula do que naquele tempo se chamava «Português, 2.º ano» e com a «Retórica» rematava então o que nos liceus se aprendia da língua e da literatura pátria.

Este 2.º ano de português compreendia o ensino da leitura, e um dia, foi chamado à lição, para tal efeito, um dos nossos companheiros, a quem o professor, homem inteligente e bom, mandou ler duas breves passagens do *Camões*, de Garrett, a segunda das quais terminava pelo lamento do Poeta mendigando, no seu desolado

«... Dai portugueses,  
Dai esmola a Camões!»

Mal o aluno começou a ler, logo na aula se fez um silêncio profundo, vencidos todos nós por uma subtil e rápida emoção que instantaneamente se nos comunicava e nos dominava, só por virtude da voz que ali ouviamos e era um brando eco de amargura. E, quando a leitura findou, o professor, não menos embaraçado que os discípulos — eramos uns catorze ou quinze —, murmurou

breves e confusas palavras de louvor, e, ferido em seu coração como os demais, a breve trecho dava por concluído o trabalho e mandou-nos embora.

É que a nossa curta leitura, ingênua e trémula, um lampejo de elevada arte havia passado; aquele chão asfaltado, entre as quatro paredes nuas — só tinha dependurado um mapa de Portugal — transformou-se milagrosamente no tablado esplêndido onde assistimos à evocação real de um grande drama. tão profundamente se me gravou na memória, que ainda hoje o recorde bastas vezes e lhe sinto o sabor de iniciação perdurável do que é e do que vale a arte da leitura, tão singela e tão pouco abundada de cuidados e louvores. Aquele foi o meu baptismo no mistério desse divino poder. Um moço, tão moço que nem sequer suspeitava a riqueza, que Deus lhe dera, me administrou esse sacramento e na sua candura me entranhou no sangue a sensibilidade à sua graça.

**II.** — Recentemente, li que, no ensaio de uma das suas terríveis sátiras, alguém perguntou a Bernardo Shaw, o célebre dramaturgo e crítico contemporâneo, se uma actriz que acabava de recitar, interpretava o seu papel tal qual o autor o havia escrito.

— «Não», respondeu Shaw, «não o interpreta como eu o escrevi. Interpreta-o como eu queria tê-lo escrito».

Certamente, do conceito à voz e da letra à boca perfaz-se uma recriação da obra de arte, operam-se reacções de beleza complexas que nos fazem hesitar quanto ao conhecimento e designação da veia mãe das criações em seus efeitos últimos e nos deixam perplexos sobre a distinção da força que as promove e alimenta e consoma.

Assim no-lo insinuou, em acerado gracejo, um artista experimentado e prático, de seguríssimos e provados talentos.

**III.** — Isócrates, cuja arte alcançou a admiração de muitos séculos, que ainda não terminaram e prometem alongar-se infinitamente, era incapaz de falar em público, embora orador seja chamado. Não tinha calma para se expor a essas incertezas; escrevia em forma de discurso que outros liam. E estamos a ver as agonias em que o intérprete o precipitaria, conforme o talento deste ou a sua inépcia realçava ou estragava a obra do mestre cuja sorte fora confiada à voz estranha.

Sem dúvida, à arte de bem pensar e escrever bem, ou mesmo excelentemente, sobrepõe-se numa tutoria despótica e decisiva a arte de ler bem e dizer bem, que há-de ser a glória ou a ruína da arte de escrever que é sua escrava.

**IV.** — Na universidade, fui discípulo de D. António Aires de Gouveia, então Bispo de Betsaida, e, dia a dia, nas suas compassadas prelecções tive o feliz ensejo de sentir — não digo de aprender, que talentos daquela qualidade não são facilmente apropriados pelas modestas faculdades das plebes literárias — nas suas prelecções tive ensejo de sentir a irradiação penetrante que a simples entoação de uma palavra inflama e logo nos toca e deslumbra e exalta.

A esse consumado artista ouvi o elogio do Doutor José Maria de Lima e Lemos, nas exéquias solenes em que o seu passamento foi celebrado e a sua virtude honrada na Sé de Coimbra; lá se me ampliou e consumou a lição que começara suavemente nos bancos do anfiteatro escolar. Não havia mínimos de entoação naquele discurso: nem uma palavra, nem uma sílaba, nem uma letra, nem uma pausa, nem uma vírgula que não tivessem valor próprio no desferir da harmonia, entretanto exigindo valores conjugados concomitantes na atitude e no gesto. E tudo isto afinal se fundia numa atmosfera homogênea, de uma unidade vibrante; que era como um eco baixando dos astros, um ritmo soberbo, identificando-nos e possuindo-nos nas suas vagas.

O cientismo daquela época, que ardia em devoção às ideias de força, espontaneidade e sinceridade naturalistas, distinguindo mal a arte e o artifício, chamava àquele sublimado engenho retórica, convenção, ostentação e falsidade; tinha-o como colcha de damasco, desbotada e mofosa, posta à janela em dia de procissão a apregoar as riquezas do palácio. Uma velharia insípida! Mas, por mais agudos e espirituosos apodos que inventasse para amesquinhar semelhantes arrojos, entre o desdém a crítica gemia, incapaz de se libertar da garra de leão que a esmagava, e afinal não podia fugir à apreensão mais ou menos dissimulada de que ali residiam e nos sujeitavam singulares poderes de atracção.

**V.** — Lia há pouco o velho adágio: — «Quem quer bolota, trepa.» Estranhei-o; não era assim que a minha terra me habituara a ouvi-lo. O que me era familiar dizia: «Quem quer bolota atrepa.»

Neste vulgaríssimo caso microscópico considerei o que vale no significado moral e estético de uma breve frase uma singela nota musical que se contém em uma só letra. Porque, para ouvidos medianamente atentos e sensíveis, o uso de uma ou outra daquelas duas formas conduz a efeitos práticos absolutamente distintos: se a primeira, por maior energia da acentuação, toma o carácter de mandado, imperativo, a segunda, só pela interposição de uma nota mais branda, suaviza a exigência e segreda-a em modos de modesto conselho e aviso.

**VI.** — O escrito, por mais bem lançado que se desenvolva, será apenas um acanhado sistema de indução, uma notação sumária. É a voz que por aí tem de o fazer, é a voz que lhe há-de atribuir os seus valores finais e totais. E, todavia, a arte de ler caiu em abandono, que é mais fácil encontrar quem se ufane de perceber o sentido do Apocalipse que quem se delicie e nos delicie sentindo e repetindo o movimento de alma que irradia na entoação do «Bom Dia» que uma pastora nos dirigiu na estrada, ao romper da manhã.

Sem embargo da acautelada providência de muito boa gente que, crendo ainda nas virtudes da arte antiga, não imprime o quer que seja da sua lavra nem o expõe a correr mundo sem o pôr em prova numa leitura em voz alta, temos de reconhecer e deplorar que a arte da leitura entrou em tal obscuridade e ignorância, que não

raro topamos escritores de manifesto talento e autores de esmeradas obras, de todo toldando o brilho dos seus trabalhos por não haverem contado que a leitura é que terá de os revelar e julgar em sentença final. Remataram na escola primária o estudo dessa arte, e, em seguida, praticando-a na mais atropelada anarquia, houveram por mera preciosidade ridícula o que é apenas o amor e o instrumento mágico e insubstituível da clareza e contágio do nosso pensamento e da nossa alma.

Não é por muito saber e folhear e medir gramáticas e léxicos que a linguagem tem de ser lisa ou tortuosa, áspera ou veludosa, cintilante ou baça; a sua execução é vocal, a sua arte última está na flexão e disciplina da voz que lhe atribui ou nega a sua eloquência; e a voz exercita-se e avigora-se e adestra-se na leitura — juiz supremo, não só da criação literária e da representação da sua natureza e predicados, mas também da simpatia ou antipatia, coincidência ou oposição, que da linguagem hajam de resultar do comércio das afeições e inclinações e paixões dos homens.

**VII.** — Os sectários e mineiros laboriosos de certa profundidade, no seu inquérito tão ávida de investigação de motivos distantes e ocultos como propensa ao menosprezo da significação das aparências mais próximas, graduarão a leitura no rol das artes menores e superficiais — assim como o véu leve e bordado de um sacrário em cujo cálice se contém e se agitam lucubrações dantescas do nosso espírito, dramas comoventes da nossa alma, tragédias da vontade escrava do destino, o cortejo infindo das divindades poderosas que em toda a condição, sem curar da forma e sem necessidade de a invocar e respeitar, nos sujeitam à obediência do seu império e à prostração, quer se envolvam num manto inconsistente, quer nos visitem e nos imponham o seu governo na mais grosseira e desarticulada imagem.

Seja assim a leitura — concedamos — uma aparência; e nem em tal qualidade decrescerá de valor e poder.

Porque, quando se trata de julgar da natureza e faculdades das aparências, na arte, na filosofia, na moral, quiçá em religião, instigações demoníacas nos advertem de que, facilmente, a mais singela aparência assume por suas virtudes a categoria de única e derradeira evidência; e então, para bem compreender, mais confiaremos nas revelações operadas por milagre de mero senso estético que nas descobertas cientificamente cavadas por esforço de análise mecânica e de lógica.

Na instância de semelhantes pressentimentos, não duvidaria eu aplicar aqui para apreciação da linguagem, cujo termo final, o mais claro, está na leitura, a lei fundamental que um grande artista contemporâneo, o Senhor W. Rottenstein exprimiu nas suas cogitações e crenças sobre a pintura, ao cabo de aturada e brilhante experiência. Com palavras suas quero fechar esta desordenada parlenga, para que pela elevação do que do génio alheio colhi e repeti me possa ser perdoado o estendal por demais desbotado e raso em que me atardei.

Dizem assim as *Memórias* do autorizado presidente da *Royal Society of Arts*, de Inglaterra:

— «Possui-me a crença de que, se totalmente me ateno às aparências, alguma coisa do mistério da vida se insinua nas minhas obras. Em raros momentos, quando pintava, eu mesmo me senti, por assim dizer, colhido numa espécie de ritmo cósmico... Nada me parece mais profundo que a aparência. Pela devoção à aparência podemos mesmo interpretar a realidade que fica além do nosso entendimento consciente... A forma é a disciplina imposta ao universo pelo deus oculto, *A tua vontade, não a minha*; é a boa lei estética, assim como é a boa lei moral. A asserção de que «Deus fez o homem à sua imagem» é fecunda. Copiemos a imagem do homem e aproximar-nos-emos da face de Deus. Afinal, talvez que a beleza externa não seja uma coisa puramente artificial, mas uma resposta significativa à nossa interrogação do porquê e da razão da vida.» «A aparência é dinâmica, não é estática: movem-se as nuvens nos céus, as árvores curvam-se ao vento, em cada movimento se alteram as feições humanas; as ondas do mar, as aves no céu voam, as flores curvadas, pelos campos, mudam de forma de um momento para o outro, e cada mudança estabelece um novo ritmo, e sem ritmo, uma parte essencial da realidade, a obra das nossas mãos, deixou de ter vida e é nada.»

Assim é também na fala e na leitura. A leitura fabrica com os vocábulos como o pintor com as tintas, e a tonalidade sintética que da sua expressão e dos seus modos e uso resulta será quanto sabemos e podemos saber das energias finais que a movem e que só por sua intercessão e por seus efeitos se nos tornam manifestas. Pela afloração das rochas se reconhece a natureza das estratificações adjacentes; pela fala tocaremos as profundezas extremas da nossa alma que nos sejam acessíveis. De forma que a leitura não é a ostentação vazia de uma ginástica vocal, mais ou menos deleitosa e hábil: é a confissão aberta da razão de ser da vida, é a face animada de uma aspiração anímica e a encarnação sensível menos obscura das suas criações.

#### **AFEIÇOAMENTO RECÍPROCO DO PALÁCIO E DA PRAÇA NA LINGUAGEM**

No meado do século XIII, em 1247, salvo êrro, a *Vida Segunda de S. Francisco de Assis*, de Celano, <sup>(8)</sup> avisava o leitor de que o seu autor «descrevia de um modo chão e sem pretensões o que lhe fora presente, desejando acomodar-se aos de espírito mais tardio e também, se pudesse, dar prazer ao letrado».

Esta mulher, descalça e idosa, que nos seus andrajos puidos ia ao pasto, foicinha e corda ao ombro, entrou em conversa comigo, para amenizar o caminho da sua faina, e contava-me que para ela não havia festa que mais a contentasse que um bom sermão — «dito com pausa», acrescentava ela, a acentuar a qualidade das suas predilecções.

«Com pausa» significaria, se bem o interpretei, com medida, compasso e clareza, voz própria e gesto adequado,

com todos estes velhos e sabidos predicados que nós englobamos na palavra «arte», onde a arte tem cabimento e a apeteçemos e encontramos.

Fernão Lopes, o cronista, julga <sup>(9)</sup> que a história muito melhor se entende «se é perfeitamente ordenada», «seguindo a regra do filósofo».

De forma que, quer no conceito popular ingénuo, quer na tradição literária a mais remota, (Celano, muito provavelmente, apenas renovaria a tradição romana, onde a fala de Cícero e a fala da plebe não se confundem) sempre se distinguiu e haverá que distinguir linguagem de uso comum e linguagem privativa dos iniciados nas leis e mistérios da voz, coros que os dialectos cantam de contínuo, descuidadamente, e solistas que se destacam pela peculiaridade dos seus fins e virtudes e faculdades, seu génio e obras. E daqui virá no mundo da linguagem uma separação bem cavada entre rebanhos e pastores, acontecendo, como imposição da natureza, que a vida da linguagem gregal não dispensa governo que a guie, embora seja o rebanho que com o seu leite alimenta o pastor. <sup>(10)</sup>

Mal, porém, pressentimos os apartamentos da língua gregal e da língua aristocrática, logo, por muito evidente e tenaz, se nos revela a conjugação e cooperação dos impulsos daquelas duas fontes da vida, consubstanciando-se numa só criação e consumando certo hibridismo estrutural e fonético em que sob pena de estiolamento comum o palácio e a praça têm de se associar e combinar as relações e a amizade das suas influências específicas. Não é sem causa e fundamento em necessidades orgânicas impreteríveis que as plebes procuram falar em termos de gente fina enquanto, pela intercessão e conselho dos eleitos, a gente fina tenta abastecer-se e remoçar, colhendo da fala popular elementos virgens, ainda que em plena força da sua integridade de nascença. Porque um estiolamento começa e inevitavelmente prossegue onde o abuso de composição, selecção, eliminação e artifício tanto comprime que de todo desnatura e arruina o vigor e a elasticidade originários, e entretanto a imperfeição e aspereza da erupção tumultuosa originária, vagamente consciente da capacidade de se pulir e ser melhor, procura no exemplo dos eleitos libertar-se dessa confusão, frequente no fluir torrencial das criações indômitas. Incessantemente o palácio e a praça tendem a avistar-se e mover-se em sistemas de conciliação que reciprocamente os alentam e corrigem. Porque não se tocam e cruzam impunemente duas línguas, diversa ou comum que seja a sua proveniência; sempre mais ou menos permutam suas formas e cores primitivas, sempre os seus ecos propendem a tornar-se numa só voz, e deste comércio lhes ficam feições comuns, numa síntese, senão definitiva, que o dinamismo essencial das línguas não consente cristalizações, pelo menos de mais aturada resistência aos fermentos indeclináveis de mudança que repassam todas as energias cósmicas.

A reciprocidade do afeiçoamento do palácio e da praça na constituição e no uso das línguas será mesmo tão constante em seus trâmites e efeitos que se nos

torna possível determinar a contribuição capital de cada um destes dois elementos para a formação conjugada em que se amalgamam. seria o vocábulo objecto de espontaneidade gregal, e constituiria a arquitectura da sintaxe uma operação da razão e da análise e do cálculo que presidem ao labor do letrado palatino. Não o teria ignorado Fernão Lopes, antes confessadamente o propôs e confessadamente o adoptou e significou onde louvou a superioridade da história «bem ordenada», «seguindo a regra do filósofo», o que imediatamente nos induz a crer que a par ou antes da história «ordenada» haveria uma história desconexa, e que foi a capacidade de excepção que distingue o filósofo que deu encadeamento ao discurso; não foi o anarquismo gregal que o concebeu e praticou. Porventura será certo e impreterível no âmago de todo o ser um princípio matemático essencial, um laço de sequência e equilíbrio e proporção, como um esqueleto e mecânica articulada, organização vertebrada sem a qual as criações decaem e se desfazem — em toda a latitude das energias criadoras se apresentando imperativa, no cristal como no sangue e no pensamento, na cogitação e na arte, em toda a expressão concreta da nossa alma e da nossa vontade e seus feitos, sem excepção da linguagem falada e, antes, nesta mais severamente obrigando. E eis que ao letrado compete prestar esse tributo da razão à linguagem, enquanto a livre intuição da grei e o seu pulsar oferece à construção do perito a seara basta dos vocábulos que por mistério de geração cresceram do seu peito e na sua voz se modularam.

Deste modo se consorciaram os valores musicais da sensualidade e emoção e os valores representativos do facto e da ideia, os valores de inteligibilidade, sendo manifesto que a inteligibilidade, ou simplesmente a dificuldade de ser entendida, é só por si uma fealdade e perturba a graça da voz, onde de todo não a sufoca.

Daqui a importância irreductível e a legitimidade e eficiência da escola: porque lá é que se guardam e nos são transmitidos a experiência e correlativos preceitos da linguagem palaciana reflectida. E daqui, também, a restituição à actividade de muita gramática e muito dicionário e muitos outros papéis traçados de certos caturras estudiosos e formalistas que os abusos dos despotismos clássicos, amiúde estrangulando a vida, nos fizeram desamar e temer, desconfiadamente, com uma leviandade que não sabia apartar dos malefícios as vantagens e a justiça.

Agora, porém, nos emendamos da precipitação e, mais bem avisados, queremos que o letrado desça à praça a escutar-lhe o rumor e entoá-lo, enquanto o rústico virá ao palácio, a aprender com o letrado aquele cálculo e disposição ordenada que enaltece as primícias despoliadas e lhes desvenda mais brilhantemente o reflexo; por mútuas fadigas e compreensão e intimidade se completarão o que se sente e o que se aprende, o que se adivinha e o que é demonstrado, a liberdade e a regra, a aventura vital congénita e o governo tutelar discreto que a encaminha e renasce conforme o ideal que o

espírito oferece à disciplina das realidades necessárias subjacentes e aos arrojados da sua educação.

Sem dúvida, ocioso poderá parecer que se repita esta velha e banal jornada para o reconhecimento e apartamento da linguagem educada e da linguagem inculta e para a determinação das suas relações e efeitos na arte literária. Mas será talvez uma banalidade fecunda, singularmente oportuna numa época em que o capricho e a fantasia da expressão soltos à lei da natureza, tendem a contentar-se com línguas por diversos modos babilónicas — tal qual como acontece com a arquitectura das cidades modernas, nas quais a ingenuidade e a sua graça caducaram e se corromperam, sem que a substituí-las e compensá-las se fundasse o império da regra.

#### NOTAS:

- (1) — *Le Folklore* (Stock; Paris, 1924). Pág. 69.
- (2) — *Cartas inéditas de Fradique Mendes*. Pág. 25.
- (3) — J. G. Frazer, *Sur les traces de Pausanias*. Versão francesa de Jorge Roth. Paris, 1927.
- (4) — Ricardo Paget, *Babel or the Past, Present and Future of human Speech* (Londres, 1930, pag. 13, 27 e 54).
- (5) — Ronald Campbell Mactie, *The Art of Keeping Well*, pag. 192 e 193.

(6) — Publicadas na *Biblos*, na *Labor*, etc.. Mais desenvolvidamente na *Revista Escolar*.

(8) — Segundo versão inglesa de A. G. Ferrers Howell (Methuen & C.ª; Londres, 1908). Pag. 145.

(9) — Vide: *Literatura portuguesa*, do Sr. Aubrey Bell, na versão portuguesa dos Srs. Agostinho de Campos e Barros e Cunha. Pag. 97.

(10) — Das interposições estridentes e violentas a que se pode dar lugar a coabitação, no mesmo lugar e entre a mesma gente, de uma linguagem palaciana e uma linguagem gregal, não raro se mostrando uma em condição de domínio e outra em qualidade de submissão — destes extremos que pela desarmonia nos mortificam o ouvido e pela incongruência desnorream o pensamento são testemunho eloquente as observações do sr. Romier, verificando que, «pelo gosto da centralização administrativa», «em numerosos casos a linguagem actual é um elemento sobreposto aos dados de origem, e às vezes sem relação com estes. As povoações dos Carpatos, de raça eslava e religião bizantina na sua maioria, falam um dialecto latino, enquanto os eslavos, que chegaram a esta região muito antes que os latinos a deixassem, nunca tiveram comunidade alguma de sangue, de história nem de costumes com estes últimos.

«O francês foi a língua literária dos ingleses, até ao século XIV. A Renânia, que toda ela hoje fala alemão, sofreu a influência dos romanos muito antes da Bretanha, e ninguém se atrevia a pretender precisamente que os bretões, os normandos, os flamengos e os lorenos, os franc-continios, borgonheses os gascões e mesmo os auvernheses, sem falar das nossas outras províncias (da França) tenham qualquer parentesco de compleição ou de espírito com os napolitanos e os andaluzes, porque, na hora presente, uns e outros se servem de palavras da mesma origem». L. Romier. *Plaisir de France*. (Hachette; Paris, 1932). Pag. 89-90.

# bibRIA

# Arte Nova – Uma «revolução estética» QUE CHEGOU À MEALHADA EM 1911

Noémia Barreto Leitão  
José Machado Lopes

Licenciados em História – Arqueologia, membros do GEDEP (Grupo Etnográfico de Defesa do Património da Região da Pampilhosa) e do GAAC (Grupo de Arqueologia e Arte do Centro – Coimbra)

## «ARTE NOVA», UMA NOVA ARTE

Uma mágica, uma filosofia, uma ética, um evangelho, um comportamento. Como que um fogo de artifício, fugaz, passa pela «Belle Époque» anunciando um mundo novo entre dois séculos.

Se não nasceu do simbolismo, ligou-se-lhe porque par. Simbolismo, a revolução do verso livre, o movimento que laqueou o cordão umbilical dos «alexandrinos», jorrandos em cânticos sem grilhetas.

«Arte Nova» é vontade de evoluir, é hostilidade contra academismos, é seiva jovem contra a cristalização.

Lutar frente a uma arte formal (de circunstância), torna-se «aventura» que os pioneiros da «Arte Nova» assumiram com fé, audácia, recolhimento e vanguardismo.

Os seus criadores foram autênticos apóstolos, logo convictos (fanáticos...) de uma missão social com aspirações generosas. De onde, um espírito profundamente humorístico nas inúmeras interligações homem / arte, arte / sociedade.

«Arte Nova» – romper com o passado, novas técnicas, novos materiais – para um renovar da vida.

«Arte Nova» – algo que se fizesse sentir a todos os níveis do quotidiano.

«Arte Nova» – obra total (Gesamtkunstwerk dos alemães).

## IDADE MÉDIA, ESSA INSPIRADORA

«Logo que o arco quebrado foi empregue nas ruas, transpôs-se às Igrejas; logo que o arco de volta inteira foi utilizado na rua, apareceu depois no templo; logo que o pináculo foi posto sobre a janela do celeiro, também se ergueu sobre a torre do sino; logo que o tecto de caixotão esteve em moda nos salões, passou às naves...» (1)

Assim, os princípios arquitectónicos que haviam permitido erguer catedrais esplendorosas – princípios inteligentes e pragmáticos – deveriam servir de lição.

Isto além do outro grande exemplo do artesanato medieval, esses tempos místicos que irmanavam arquitectos e artesãos na obra comum cujo fim era elevar a alma na procura da beleza suprema.

Daí o horror à agressividade da máquina trazida pela revolução industrial, à condição infra-humana do operariado, à civilização onde tudo dependia do lucro. «A sociedade capitalista moderna embota a sensibilidade e mata a alma dos homens» (2).

Daí a cruzada pelo revigorar da sociedade industrial, mas no respeito pela verdade e a vivência dignas – «se se quer despertar nos homens o seu sentido de beleza e a sua compreensão de arte há que, antes do mais, modificar as suas condições de vida» (3).

Acaba a distinção entre artes maiores e menores. Reabilita-se o artesanato. O artista participa realmente na vida da sociedade. A arte passa a questão pública e, cultivá-la, uma das mais importantes missões do Estado. A arte (cultura) representa uma necessidade social e desprezã-la porá em perigo a própria identidade. A arte não é privilégio dos artistas, dos amadores e das classes ditas «cultas», mas faz parte da herança e é «propriedade» de todos os homens. A arte provém do trabalho, da habilidade prática do artífice, coisas que a máquina veda, abrindo um fosso entre o operário e a obra.

Tal como na Idade Média, os arquitectos trabalham em estreita colaboração com pintores, escultores, autores de frescos e vitrais, canteiros. Só desse elo se podem produzir obras moldadas pela vida, latejantes e quentes. Só assim se cria uma arquitectura e objectos adaptados à vida quotidiana, logo com formas iminentemente úteis. «A Arte resulta da alegria do Homem a realizá-la» (4). «A Arte consiste na expressão de uma alma boa e grande» (5).

Esta nova estética rodeia-se de grandes preocupações sociais – o desejo de aliar o Povo à renovação das artes, para o libertar da escravatura da fábrica, num ambiente de ousadia e pureza que lhe traga a paz das confrarias, das ligas, para uma arquitectura orgânica e mestra, onde tudo é artesanal e interdependente. Logo, as formas de produção medievais.

Contudo, uma simples atenuação filantrópica (um pouco «tudo pelo Povo, nada com o Povo»), um evangelho social, um mero espírito de reforma à mistura com um estreito tradicionalismo burguês (diletantes que produzem coisas só ao alcance dos ricos e de que só os

cultos gozam). Além de que esqueceram que apenas aceitando a máquina e conquistando-a espiritualmente, ela podia ser dominada.

A «Arte Nova», nos seus seguidores, foi um violento ataque à ordem estabelecida (capitalismo), mas nunca pondo em causa os seus pressupostos, como que se houvesse desejado expor os males e lutar contra eles, mas para evitar convulsões revolucionárias profundas — nem sequer beliscou os alicerces.

Apesar disso, essa utopia revelou-se arauto fecundo, a quem se deve algo de representativo e de mudança nas sociedades do Ocidente fim de século.

### JAPÃO, INFLUÊNCIA DO EXÓTICO

Tanto mais longínquo para a época, o Japão exorcizou os artistas europeus através das suas estampas e cerâmicas coloridas, cheias de fervor pela natureza transposta na sua verdade, natureza engenhosamente ordenada sem deformações, cores emolduradas por linhas tanto decorativas como descritivas, composições de tendência aritmética, grafismo construtivo, unidade de estilo.

Estampas pertença de uma arte popular.

### A NATUREZA IGNORA A LINHA RECTA

#### Naturismo e estilização — artes decorativa e aplicada

A «Arte Nova» é, por essência, um fenómeno de decoração. A vontade de interpretar a Natureza, leva ao esquema com superfícies de cores quase uniformes, fechadas nas linhas de contorno. A «Arte Nova» imobiliza o natural nas linhas imutáveis. Sintetiza, em suma.

A flor, a árvore, as folhagens, as lianas, os pavões, são temas abordados com graça ondulante, com sensual e delicada suavidade. Isto evoca o feminino, a mulher, que também aparece enleada nos seus longos cabelos, torneada e franzida de flores (liz, iris, papoila, trepadeiras, fetos).

Traduz-se assim, a flexibilidade da planta, a mobilidade da água, mas na ânsia de tornar «sólido» o frágil.

Arquitectura, azulejaria, vitrais, jóias, cerâmica, vidros, estuque, mobiliário, ilustrações, estampas, cartazes, gravuras, livros, encadernação, cenários, pintura, ferros forjados e fundidos, escultura, tapeçaria, vestuário, papel de parede, tudo este fenómeno da «Arte Nova» sabe aflorar criando formas inéditas.

### EXPANSÃO E VITALIDADE

«Arte Nova», confinada entre dois séculos, conhece o seu auge em 1900. Passagem efémera, de uma só geração, porém marcante e prenhe de efervescência.

Tanto percebida quanto os muitos nomes com que foi baptizada: «Modern Style» ou «Liberty» (Inglaterra — William Morris, John Ruskin), «Jugendstil» (Alemanha — Max Klinger, Max Liebermann e Kandinsky), «Stile Nuovo» ou Stile Floreale (Itália — António Vandone, Comencini e Alessandro Mazzucoteli), «Arte Jovem», (Espanha — Gaudi),

Secessionstill (Áustria — Gustave Klint, Hodler), «Art Nouveau» (França/Bélgica — Gallé, Horta, Van der Velde).

Com os seus particularismos pessoais e nacionais, radicou-se por toda a Europa (quase simultaneamente), atravessando o Atlântico rumo aos Estados Unidos da América (Tiffany Style).

Bateu às portas de Portugal, chegando mesmo à Mealhada que ousará fazer perdurar essa jóia arquitectónica, como símbolo e mensagem que encerra (vide foto 1).

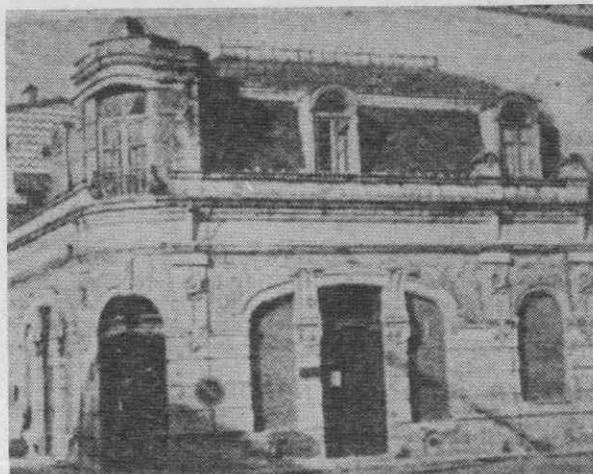


Foto 1 (Machado Lopes)

A «Arte Nova», fonte do séc. XX, não sobreviveu fruto das convulsões desta velha Europa, nas metamorfoses económicas e sociais, um triunfo da eufórica sociedade industrial e da sua maquinaria, na asfixia do artesanato, na explosão do cubismo.

Mas hoje, quando o Homem (desorientado) se procura a si próprio no tempo e na História, talvez reencontre na «Arte Nova» aquele fascínio e magia anunciadores de um desejo de evasão face à vida ritmada pela máquina e pelas florestas de cimento...

### A «ARTE NOVA» CHEGOU À MEALHADA

A obra colectiva permanece, enquanto os homens passam, no fundo quase sempre anónimos.

Quem desenhou o belo exemplo de arquitectura «Arte Nova» no Largo do Município?...

Quem afeiçoou a cantaria e esculpiu os sublimes relevos com motivos vegetais?...

Quem fez os painéis de azulejos?...

Para que não quede no esquecimento, para que os nomes dos seus criadores se não percam e fiquem realmente ligados à obra:

### JAYME IGNÁCIO DOS SANTOS — ARQUITECTO (\*)

Nascido na freguesia de Mira-Gaia em 1874.

Curso da Escola de Belas Artes do Porto.

(\*) — Dados gentilmente cedidos por Abraão Borges e Esposa D. Albertina Simões Cravo Borges, esta sobrinha de D. Teresa Cunha dos Santos. Endereço: Quinta de Santo António — Estrada da Taboeira / Esgueira 2800 AVEIRO.



(Cópia tratada por Foto-Rei / Mealhada)

Casou em Aveiro com D. Teresa Cunha dos Santos (falecida em Aveiro a 20 de Abril de 1960).

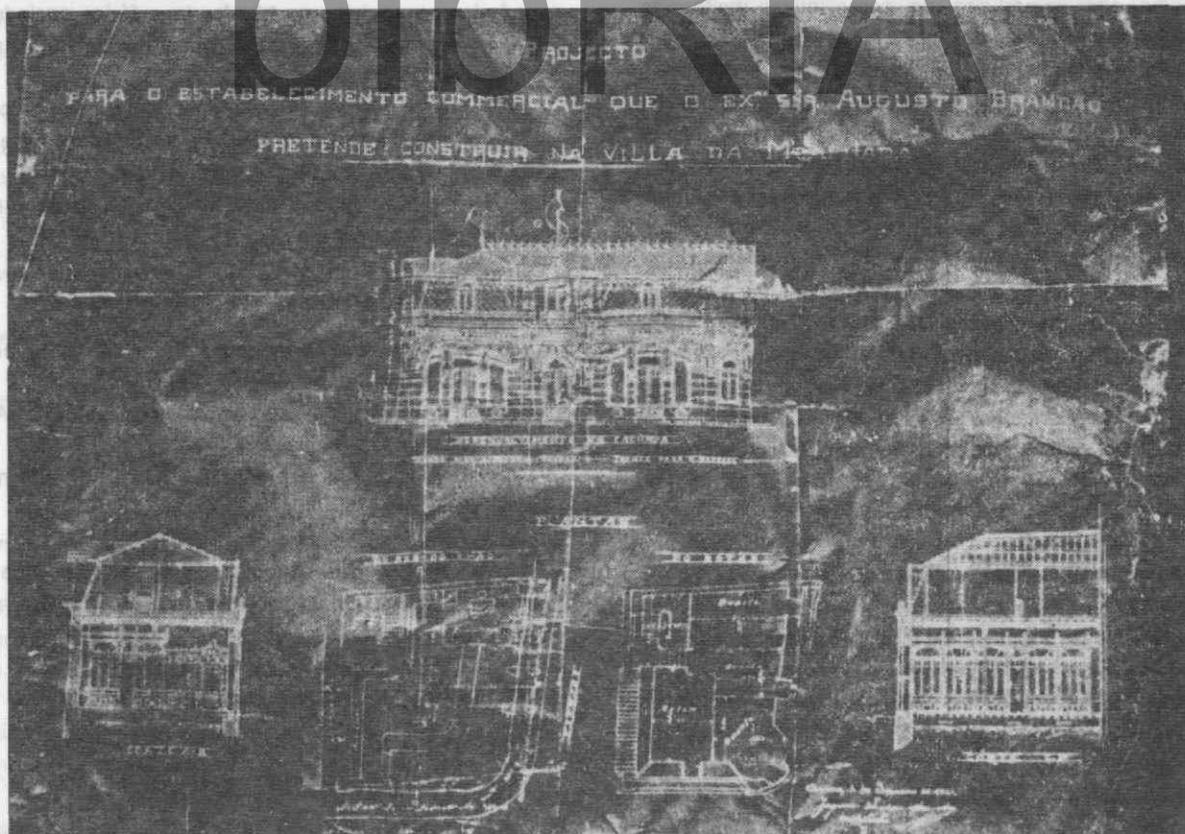
Como profissional de arquitectura, trabalhou em Coimbra, Lisboa e Aveiro, nesta última cidade ao tempo da presidência do Dr. Lourenço Peixinho.

Faleceu aos 68 anos, a 3 de Setembro de 1942, jazendo no cemitério velho de Aveiro (jazigo de família). Não deixou filhos.

#### ANTÓNIO FÉLIX MACHADO – CANTEIRO (?)



(Cópia tratada por Foto-Rei / Mealhada)



PLANTA DA CASA «ARTE NOVA» assinada pelo Arquitecto Jayme I. dos Santos (documento inédito – 1908 – gentilmente cedido pelo Dr. Seabra de Bastos, actual proprietário da Casa (Foto-Rei / Mealhada)

António Félix Machado, nasceu em Quiaios, concelho de Figueira da Foz, pelas 15 horas do dia 12 de Maio de 1875. Filho de Manuel Custódio Moço e de Luísa Ferreira Alho. Neto paterno de Félix Custódio e Ana Rodrigues Abreu. Neto materno de António Machado e de Antónia Ferreira Alho.

Aprendizagem precoce da arte junto dos mestres canteiros de Ançã.

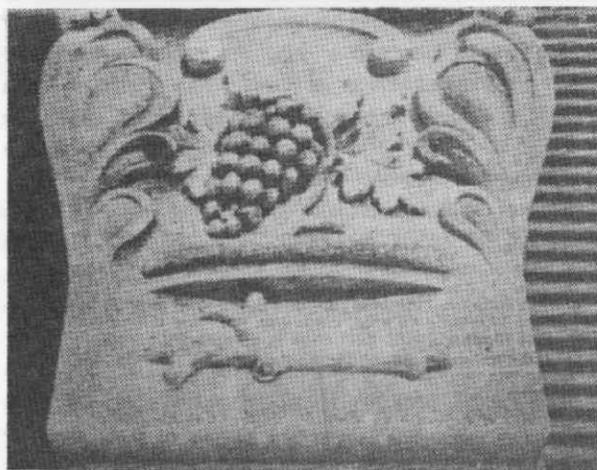
Em 1921, aos 46 anos, casou com Albertina Duarte Ferreira (1918-1959), natural da Mealhada.

Oficina de cantaria sita na rua da Estação-Mealhada, com inúmeras encomendas (frontões da Câmara Municipal – vide foto 2 – e do edifício «Portão», por exemplo).

Vem a falecer a 29 de Julho de 1945, jazendo no cemitério da Vila da Mealhada.



Cantaria – pormenor. (Foto de Machado Lopes)



Cantaria – pormenor. (Foto de Machado Lopes)

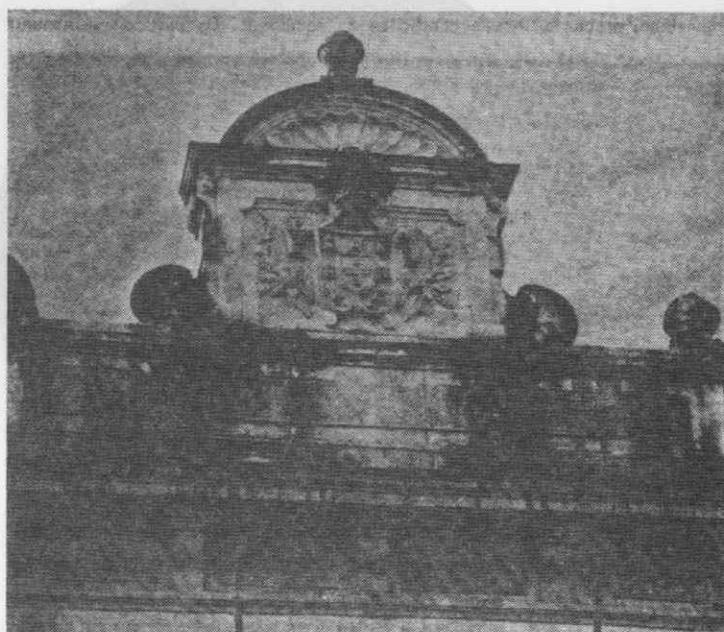


Foto-Rei / Mealhada

Câmara Municipal da Mealhada.  
Pormenor do Frontão

## AZULEJOS

### Fábrica da Fonte Nova – Aveiro (8) (9)

Um surto de prosperidade atinge Aveiro pela década 1850/60, pormenor de que não podemos alhear o movimento regenerador (1851). Nova era se avizinha, graças às novas condições da sociedade. Os particulares assu-



Painel de azulejos – pormenor

(Foto de Machado Lopes)

mem o seu papel face à quebra hegemónica da Igreja e não hesitam em dividir entre si as terras das «cercas» conventuais através de uma compra quantas vezes simbólica. Multiplicam-se as unidades fabris, as actividades da pesca e do sal progridem.

Aveiro, centro estratégico e entreposto por excelência, joga com o mar, os canais, as estradas e ferrovia.

Matéria prima também existe na terra, no barro que vai ajudando a erguer essa cidade. A tradição cerâmica radica-se e perdura.

E assim nasceu a «Fábrica da Fonte Nova», junto ao canal do mesmo nome (zona nascente da cidade) ou também conhecido por canal do Côjo, no seguimento da Fábrica do Côjo (séc XVIII).

Fundada em 1882 por Carlos da Silva Melo Guimarães, depressa grangeou fama. Dali saíram belas faianças, azulejos do mais fino recorte, talhas e peças decorativas, para além da simples louça utilitária.

Foi cadinho onde se revelaram nomes de grandes artistas como Licínio Pinto, Francisco Pereira, A. J. Mota, M. Paulino.

No dealbar do nosso século (1904), entra em decadência, João Aleluia, artista, pintor na «Fonte Nova», perante o fantasma do desemprego, congrega mais três companheiros de trabalho e funda a Fábrica dos Santos Mártires (1905).

Manuel Pedro da Conceição passa a ser o novo proprietário da «Fonte Nova», permanecendo aqui ao serviço Licínio Pinto e Francisco Pereira.

Em 1928 deixa de laborar e acaba por ser devorada por violento incêndio.

No campo da azulejaria, ainda hoje se podem admirar trabalhos ímpares saídos desta fábrica um pouco por todo o lado: Mealhada (estilo floral – «Arte Nova»), Casa dos Morgados Pedricosa – Aveiro (painéis de temática histórica / 1890 – nove cenas dos Lusíadas a azul e branco, Casa de Santa Zita – Aveiro (molduras, temas monumental, etnográfico e alegórico – laivos de «Arte Nova», datadas de 1808/9 e assinadas por Licínio Pinto), Estação dos Caminhos de Ferro – Aveiro (valiosíssimos medalhões em temas etnográficos, históricos e monumentais, datados de 1910/20 e assinados por Francisco Pereira e Licínio Pinto), Mercearia de António Nunes d'Ana – Aradas (tema floral), etc..

Os painéis da Mealhada, embora só datados (1911), podem muito bem atribuir-se a Francisco Pereira e Licínio Pinto, mercê da finura, bom gosto e criatividade.

#### BIBLIOGRAFIA

BATTERSBY Martin – «Art Nouveau», ed. Hamlyn - London 1969 / 81 / 84, col. «The Colour Library of Art».

BOSSAGLIA Rossana – *Le Mobilier Art Nouveau*, ed. Grange Batelière - Paris – Alpha Décoration.

CASSOU J., E. Languini e N. Pavsner – *Les Sources du XX Siècle*, ed. Deux Mondes – 1961.

CHAMPINGNEULLE B. – *A Arte Nova*, Verbo – 1984.

CIRICI Alexandre – *Arte Nova*, In «História da Arte», public. Alfa – 1972, vol. IX, pags. 61 a 104.

HAUSER A. – *História Social da Literatura e da Arte*, Editora Mestre Jou, S. Paulo – 1972, Tomo II.

HITCHCOCK H. R. – *Architecture Nineteenth and Twentieth Centuries*, ed. Harmondsworth – 1958.

HOFSTATTER H. H. – *Jugendstil, Druckkunst*, Baden-Baden – 1968.

JULIAN P. – *Esthètes et Magiciens, l'Art Fin de Siècle*, ed. Perrin – 1969.

MADSEN S. Tschudi – *L'Art Nouveau*, ed. Hachette – 1967. Ed. Bibliot. Univ. Inova - Porto – 1967.

..... – *Sources of Art Nouveau*, Oslo / New York – 1956.

PEVSNER N. – *Pioneers of Modern Movement*, Londres – 1936.

RHEIMS M. – *L'Objet 1900*, ed. Arts et Métiers Graphiques – 1964.

SELZ e M. Constantine – *Art. Nouveau*, New York – 1959.

#### NOTAS:

(1) – RUSKIN John – *As Sete Lâmpadas da Arquitectura* (1847).

(2) – CARLYLE Thomas – *Past and Present*, 1843.

(3) – RUSKIN John – *Stones of Venice*, III; Works, 1904, XI, p. 201.

(4) – MORRIS William – *As Artes Decorativas* – A sua relação com a Vida Moderna.

(5) – RUSKIN John – *Ibidem*.

(6) – Fotografia «Ceia» de José M. Seia – Castelo Branco.

(7) – Dados gentilmente cedidos pela Senhora D. Maria Judite Duarte Marques, residente na Mealhada, funcionária da Tesouraria da Câmara Municipal, neta de Albertina Duarte Ferreira.

(8) – Amável contributo do sr. João Salgueiro, residente em Aveiro e técnico cerâmico junto da «Azulana, Fábrica de Azulejos de Anadia, Lda.».

(9) – FONTE BIBLIOGRÁFICA:

NEVES Amaro – *Aveiro, História e Arte*, 1984.

Boletim da ADERAV, n.º 11, Maio / 1984.

Boletim da Câmara Municipal de Aveiro, n.º 1, Março / 1983.

Jornal *Litoral*, 15-10-1955, «Arca de Antiguidades» (a propósito das Bodas de Ouro das Fábricas Aleluia).

# MARQUES GOMES

NOTAS  
BIOGRÁFICAS

Amaro Neves



Esta revista, pela colaboração de diversos autores, teve em ANTOLOGIA AVEIRENSE uma das rubricas mais apreciadas e que constitui como que uma GALERIA dos nossos mais distintos homens de letras, abarcando todo o distrito de Aveiro. Motivos diversos — e alguns, infelizmente, prendem-se com a perda de colaboradores, ceifados cegamente pela lei da morte — contribuíram para que a rubrica tenha adormecido, há quase uma dezena de anos.

No entanto, porque outros nomes, ao mesmo nível, merecem ser evocados, propomo-nos relançar a ANTOLOGIA AVEIRENSE, pois honrando os nossos maiores que, assim, se vão «da lei da morte libertando», honramos também todo o espaço e as gentes que fazem desta parcela do Território uma unidade coesa, culta e rica, das mais evoluídas do País. A melhor prova, certamente, está neste vasto lote de figuras distintas, mesmo a nível nacional, quantas vezes difícil de seleccionar.

\*  
\* \*

JOÃO AUGUSTO MARQUES GOMES nasceu em Aveiro a 6 de Fevereiro de 1853, filho do Dr. Francisco Tomé Marques Gomes (nome de projecção local, nascido também em Aveiro, em 1799, e que aqui desempenhou diversos cargos administrativos, nomeadamente na Misericórdia) e da sua segunda mulher, Ana Cândida de Barros e Almeida, moradora na freguesia da Vera Cruz.

Cedo mostrou particular interesse pelo passado Aveirense e, nessa perspectiva, muito cedo ainda, fez o seu baptismo jornalístico no “Distrito de Aveiro” em crónicas avulsas que, com frequência, o obrigavam a vasculhar os arquivos e a consultar papeis velhos.

Por isso, atendendo a que tais tarefas não são, em geral, muito do agrado da juventude, atraída por outros centros de interesse, com alguma surpresa e muito apreço Cândido de Figueiredo (!) se lhe referia louvando o seu entusiasmo «em revolver empoadas crónicas, decifrar os gregotins dos velhos forais, sondar da epigrafia, sentir

nas mãos o peso e na pituitária o bafio dos infólios heráldicos, numismáticos e etnográficos».

Em resultado desse amor pela historiografia local e beneficiando também de papeladas avulsas recolhidas por seu pai e avô, complementadas com consultas permanentes às fontes documentais, MARQUES GOMES publicou o seu primeiro livro — “Memórias de Aveiro” — em 1875, apenas com 22 anos de idade. E se é verdade que uma ou outra falha se nota nessa obra e algumas informações foram posteriormente corrigidas, não é menos verdade que, durante muitas dezenas de anos, foi esse livro uma espécie de bíblia para os Aveirenses amantes da sua Terra, por onde perpassam os principais acontecimentos e bem assim a vida associativa dos meados de Oitocentos, alicerçada em fundamentos históricos da evolução Aveirense. A partir de então, de alguma forma compensada pelo êxito da publicação, a sua actividade jornalística e histórica alargou-se: aquela para além dos limites do Distrito; esta cada vez mais profunda e exigente, obrigando-o a recorrer, com frequência, aos principais arquivos nacionais.

Como jornalista de muitos méritos, colaborou regularmente, entre outros: “Concelho de Gaia”, “O Arquivo Popular”, “Actualidade”, “Jornal do Comércio”, “O Conimbricense”, “O Comércio do Porto”, “Ilustração Portuguesa”, “Ilustração Moderna”, etc., etc.

Não foi, todavia, o jornalismo que maior projecção trouxe a MARQUES GOMES. O seu nome situou-se justamente, entre os académicos da “Real Academia de História” e da “Academia de Ciências de Lisboa”.

Neste aspecto, relevam-se, entre as cerca de quarenta obras impressas, os títulos seguintes: “A Exposição Distrital de Aveiro, em 1882”; “O Distrito de Aveiro”; “Lutas Caseiras — História dos acontecimentos políticos em Portugal, de 1834 a 1851”; “Aveiro, berço da Liberdade”; “Subsídios para a História de Aveiro”; “Centenário da Revolução de 1820 — integração de Aveiro nesse glorioso centenário”; volume complementar da “História de Portugal” dirigida por Pinheiro Chagas; “Vista Alegre — memória histórica”, etc.



Marques Gomes, à esquerda, em 1928, junto ao «Menino do Jardim» (escultura de polémica proveniência) quando este se encontrava no canto norte do pátio do claustro do antigo Mosteiro de Jesus (Museu Regional desde 1911).  
À direita, Alberto Souto, que na direcção do Museu substituiu Marques Gomes.

Quase todas as vilas do Distrito mereceram a sua reflexão, casos havendo em que, localidade a localidade, fez apontamentos do maior interesse, interligando um passado remoto que nem sempre era fácil de deslindar.

Personalidades Aveirenses foram objecto de cuidada recolha, passando a ser divulgadas figuras que, a não ser assim, podiam cair no esquecimento do cidadão comum, quando os mais jovens quisessem saber o que os havia feito merecer tais honras públicas. De entre estes, — e exceptuem-se, sem dúvida, os casos da Beata Joana, Princesa de Portugal, e de José Estêvão—referiremos Mendes

Leite, Manuel Firmino, D. Manuel Correia de Bastos Pina, Castro Matoso, Araújo e Silva, Barbosa de Magalhães...., para não alongar uma lista interminável de figuras que hoje têm lugar na toponímia de Aveiro e de algumas vilas do Distrito.

Das figuras e dos factos, da arte e da história, e um pouco de tudo, do quotidiano da região como dos acontecimentos mais salientes do nacional e até do estrangeiro, MARQUES GOMES ia dando conta no seu mais que todos querido jornal "Campeão das Províncias", de que foi a verdadeira alma e segredo de sobrevivência. Mas

foi mais ainda. Um autêntico estudioso das artes nacionais coleccionando e valorizando, advertindo e intervindo, sempre que o bem público o exigia, promovendo e defendendo os valores da nossa terra. Assim, foi ele a alma dessa extraordinária exposição que em Aveiro se fez, em 1882, para comemorar o centenário da morte de Pombal. Voltou novamente a estar à frente da famosa exposição de artes decorativas de 1895, também realizada em Aveiro. Apoiou artistas e empresas ligadas à vida das artes, em especial a tradicional actividade da cerâmica – casos da Fábrica da Fonte Nova, da Fábrica de Porcelana da Vista Alegre e mais tarde, dos Santos Mártires / Aleluia.

Dirigiu agremiações de carácter religioso e cultural. Esteve à frente das celebrações do IV centenário da morte de Santa Joana. Bateu-se pela ideia de criação de um museu regional, em Aveiro, ideia que se arrastava desde os tempos da mocidade. Defendido publicamente na década de 70, com Joaquim de Melo Freitas e Joaquim de Carvalho, entre outros, teve a sorte de ver concretizado esse sonho, logo após a implantação da República. A ele coube, muito em especial, a tarefa de organizar o único museu que Aveiro tem desde 1911 e fê-lo com dedicação e competência reconhecidas. De resto foi ele próprio o seu primeiro director e aquele que mais profundamente marcou tão notável instituição. Referindo-se a todo esse trabalho desenvolvido, escrevia o Aveirense prémio Nobel da Medicina, Prof. Egas Moniz (2): «Não me canso de louvar a iniciativa do homem que pôde realizar esta obra, por certo a maior que nos últimos anos foi levada a cabo nesta cidade e é, por muitos títulos, um dos grandes beneméritos desta terra: MARQUES GOMES». Por este simples bosquejo bio-bibliográfico se poderá certamente concluir que a cidade e a região não têm sabido honrar, como merecia, a figura notável que foi MARQUES GOMES. Ele que nunca se dispôs a servir cargos públicos que lhe roubassem o tempo de que tanto precisava para estudar, por amor, a terra que tanto estimava, deixou obra de tal forma grande que, até hoje, nada de semelhante foi feito e dificilmente se poderão fazer estudos do passado regional sem ter que se recorrer à dedicação desse emérito filho de Aveiro, aqui falecido em 1931.

## TEXTOS

### I

«Formoso é o aspecto da cidade que, sentada num extenso tapete de verdura, sob o azul dum céu puríssimo, vê deslizar a seus pés as plácidas águas da ria a que dá o seu nome, desse extenso lago em que se unem em fraternal abraço às águas do Oceano com as do Vouga.

A sua posição topográfica, as suas salinas, os férteis campos que a cercam, e as recordações do seu passado glorioso, colocam-na à altura de disputar beleza às mais formosas, como disse um ilustrado escritor contemporâneo. (3)

Aveiro vista anteriormente não desdiz em nada das impressões que se recebem ao visitá-la de longe, não obstante ser demasiado pequeno o número dos seus monumentos, e modestíssimos todos os edifícios que a embelezam. Apesar da sua remota fundação, não tem o aspecto duma cidade antiga; aqui não se encontra um único vestígio de qualquer edificação secular; as ruas são na maior parte tortuosas, porém desassombradas e os largos e praças, por não serem espaçosos, não deixam de ser elegantes. Aveiro está muito demodada do que foi noutras eras; não tem a riqueza de então; porém, sim a elegância que custa a encontrar em cidades desta ordem, para o que muito concorrem os seus pitorescos arrabaldes e as suas salinas».

\*  
\* \*

«Actualmente é bastante lamentável o estado da nossa barra; e podem ser fatais as suas consequências, porque Aveiro, já há muito defecado da sua grandeza, baqueará de todo senão forem tomadas enérgicas providências, que produzam os melhoramentos de que o porto necessita.

No melhoramento da barra não está só a salvação da ria, desse lago imenso, que com a sua fertilidade sustenta milhares de famílias; está também a desta cidade, não só porque o seu comércio consiste quase unicamente na exportação do seu sal, como também porque dentro em pouco ela se tornaria um foco de infecção.

Se as coisas assim continuarem, não tardará muito que a fome bata à porta de muita gente.

O elemento da pesca já vai escasseando consideravelmente, e muitos dos marnoteiros falam em abandonar as salinas, não só porque o sal está por um diminuto preço em vista de estar em grande parte paralizada a sua exportação, como também pela dificuldade que se encontra em muitas partes da ria, de não haver águas com as condições necessárias para o seu fabrico. (4)

### II

## MALHADA DOS SANTOS MÁRTIRES

As malhadas são os pontos das margens da ria de Aveiro, onde se faz a descarga dos moliços que da mesma são extraídos e cuja importância é enorme.

À malhada dos Santos Mártires, sem dúvida a mais importante de todas e uma das mais antigas que Aveiro tem, anda ligado, como a tantos outros melhoramentos concelhios, o nome sempre reverenciado e querido do Sr. Conselheiro Manuel Firmino d'Almeida Maia.

Quando este entrou pela primeira vez para a Câmara Municipal, em 1860, sendo eleito presidente dela, um dos seus primeiros cuidados foi construir a malhada dos Santos Mártires e o ramal da estrada que comunica com as principais povoações do concelho, tirando, assim do centro da cidade, e muito principalmente do bairro do

Alboi o trânsito dos carros que transportavam aquele magnífico adubo. Antes de findo o biénio para que fôra eleito, 1860-1861, estava concluído o grande melhoramento, para cuja realização foi mister vencer não pequenas dificuldades em que se dispenderam 5.321\$10 rs., despesa bem diminuta, atendendo aos benefícios que dela resultaram. (...)»

### UM TRECHO DO ROSSIO DE S. JOÃO

Novas edificações estão de contínuo, alegrando e embelezando este lindo e espaçoso largo, em tempos antigos quase que exclusivamente destinado a corridas de touros e a exercícios militares da guarnição da cidade. Por ocasião da guerra Peninsular acampou ali por alguns dias uma divisão do exército inglês que veio em nosso auxílio e que tomou parte na tomada do Porto, defendido por Sout.

No prédio de dois andares que forma esquina, está hoje instalado o comando do distrito de reserva, prédio

construído sobre os escombros duma casa que foi posta a saque em 1828 por ser propriedade dum Liberal, abastado negociante da nossa praça que muito concorreu para a evolução de 16 de Maio desse ano, pelo que teve de emigrar para não ser preso e morto.

*NOTA — Textos respigados da colaboração avulsa no «Campeão das Províncias», recolhidos sob o título «Monumentos, retratos, paisagens» — (em vol. de fotocópias).*

### NOTAS:

(1) — Citação feita por Eduardo Cerqueira, in Arquivo do Distrito de Aveiro, vol. XIX, Aveiro — 1953 (Artigo intitulado *João Augusto Marques Gomes*).

(2) — Egas Moniz — *Divulgações sobre Arte*, in *Ao lado da Medicina*, pág. 177, Lisboa, 1940. Trata-se de conferência realizada na sessão de Arte de 16 de Janeiro de 1916, no Museu Regional de Aveiro.

(3) — A. Teixeira de Vasconcelos.

(4) — Nota — Estes textos foram extraídos da introdução das «Memórias de Aveiro», editado, em Aveiro, em 1875.



AVEIRO — Missa campal e rectificação do Juramento de Bandeira, pelos recrutas do Regimento de Infantaria n.º 24, em 20 de Janeiro de 1907, efectuado no Largo do Rossio. À esquerda a antiga capela de S. João. À direita, a única casa de 2.º andar é a que Marques Gomes refere no texto.

# Dominicanos de Aveiro, no século XVI

(Elementos para a obra DOMINICANOS EM PORTUGAL [DEP])

Homenagem a P.<sup>e</sup> João G. Gaspar

## I PRELIMINARES

1. Desde a obra de Barbosa Machado <sup>(1)</sup>, compendiando Luís de Sousa <sup>(2)</sup>, Pedro Monteiro <sup>(3)</sup>, Lucas de Santa Catarina <sup>(4)</sup>, — alguns títulos e nomes que Inocêncio, acintosamente, prostergeu do seu Dicionário, repetindo: «taes escriptos que ninguém lê, e que mui poucos conservam» <sup>(5)</sup> — o que se vem publicando dos Dominicanos em geral, são generalidades repetitivas, muitas assás falheiras, quando não erradas. Neste pequeno agro cultural, impõe-se a necessidade de obra básica, renovadora e actualizadora da bio-bibliografia dominicana portuguesa. Nisso se vem empenhando o ARQUIVO HISTÓRICO DOMINICANO PORTUGUÊS com suas edições <sup>(6)</sup> e Encontros <sup>(7)</sup>. De presente, empenha-se em DOMINICANOS EM PORTUGAL [DEP], onde há e haverá a preocupação de carrear novas fontes documentais e mais amplas cronologias da bio-bibliografia.

2. Merecem os Dominicanos Portugueses uma tal obra?

Não ignoramos o que se tem dito e escrito, denegando a memória de quem, ao menos, é credor de simples justiça. Os Frades Dominicanos, em que pese a alguns escritores, felizmente poucos e bem ultrapassados, constituíram, maximè no século XVI, ilustríssima teoria de sabedores teólogos e filósofos, autores espirituais e de história e de livrinhos populares, de assinalável audiência, e que se constituíram como que tradução por escrito ou continuação por escrito do seu múnus querigmático tão indissolivelmente unido ao nome oficial do Instituto: Frades Pregadores <sup>(8)</sup>.

3. São de três ordens os frades Dominicanos de Aveiro:

- Os que têm o nome da terra, Aveiro;
- Os que nasceram nesta terra, Aveiro;
- Os que, no tempo, foram integrando o convento de Nossa Senhora da Misericórdia de Aveiro.

Na primeira categoria, como é evidente, temos os frades que aparecem com o nome de Aveiro associado

ao nome próprio. Talvez um ou outro até não seja natural de Aveiro, mas estamos convictos de que no séc. XVI, a maioria era também da terra cujo nome têm. Quais são esses aveirenses? Que se sabe de novo sobre eles? Este o princípio de resposta dado pelo presente estudo destacado do conjunto de nomes que constituirão o livro DOMINICANOS EM PORTUGAL [DEP].

Na segunda categoria, alinhar-se-ão aqueles frades que nasceram em Aveiro, cidade, distrito, diocese. Onde colher esses nomes, essa a grande dificuldade por falta de assentos das vidas conventuais. Alguns nomes se poderão colher nas *Profissões* de Lisboa e de Benfica, únicos chegados até nós e que editámos <sup>(9)</sup>; mas é legítimo supor que o grosso dos Dominicanos naturais de Aveiro teria passado pelo Noviciado de Aveiro, cujas actas de profissão se desconhecem ou se perderam para sempre.

Na terceira categoria de Frades Dominicanos de Aveiro, como facilmente se compreenderá, contam-se aqueles frades, naturais ou não, que, no tempo, foram constituindo o convento da Misericórdia ou de S. Domingos de Aveiro. Os não naturais foram aveirenses pelo coração, pelas vidas aqui em retalhos. E muitos foram, dada a característica da mobilidade dos mendicantes, transferidos de convento para convento com facilidade autorizada pelas *Constituições*, ignorando o voto de estabilidade dos Monges <sup>(10)</sup>. Recordá-los é prestar-lhes agradecido preito pelo rico património espiritual-cultural que nos legaram. Uma homenagem de inteira justiça e uma homenagem que se torna compromisso. Quem se não sentirá comprometido em registar e agradecer a benemérita actividade desses aveirenses de 1.<sup>a</sup>, de 2.<sup>a</sup> e de 3.<sup>a</sup> apanhas — afinal aveirenses ilustres pela sua bio-bibliografia, colectiva, comunitária, e individual?

4. Mas como conhecer esses abençoados trabalhadores, criadores de tanto do nosso património sócio-cultural-religioso?

Temos apenas o registo de algumas Profissões de Lisboa e de Benfica; faltam, porém, iguais registos dos Noviciados de Aveiro, Santarém, Azeitão e Évora. Além

de tais registos, faltam todos os outros registos, que é de supor que existiram: Estudos, assignações, graças, óbitos, missões, etc. . Uma perda total!

Tentámos suprir estas inexistentes fontes, que seriam completas para o simples inventário dos nomes de Frades de Aveiro e das suas actividades, e tão só se nos deparou uma fonte aliás inadvertida e até, ao primeiro parecer, inútil: Os *prazos* diversos e algumas outras escrituras referentes a propriedades e compromissos testamentários ou de capelas, etc. Nesses documentos de responsabilidade comunitária, a comunidade comparecia perante o tabelião e este indicava solenemente, por forma pública, o nome do frade presente e alguns dos seus cargos, ao menos os principais, de Prior, Subprior, Mestre, Procurador, Vigário, etc. .

De documentos destes, inteiramente patrimoniais, fomos extraindo Listas de Frades por ordem cronológica. Constitui uma primeira série de fichas para DOMINICANOS EM PORTUGAL.

Aos nomes de Frades por Lista cronológica foi atribuído um número, sob que se ordenam os elementos por ordem cronológica. E constitui uma série de fichas por ordem numérica.

Para atribuir este número aos respectivos nomes, ordenou-se uma série de fichas por ordem alfabética dos Apelidos. Constitui uma terceira série de fichas. Debaxo de cada número, por ordem cronológica, vão-se somando os diversos informes novos e da bibliografia existente, de maneira a constituir um todo de toda a riqueza que for possível congregar.

5. No presente estudo apenas se registam dados novos sobre cada nome, a que, em DEP, se juntarão outros contributos, especialmente bibliográficos.

6. Mas este é um trabalho que solicita e agradece a colaboração de todo o estudioso, aqui principalmente do estudioso Aveirense. Haverá nomes de Dominicanos gloriosos para as terras, que serão omissos nesta resenha ou incompletos. Se entre os ilustres descendentes culturais dos Dominicanos Aveirenses de 500, algumas notícias novas se colherem, já nos consideraremos pagos e reparagos destas canseiras de horas e horas debruçados sobre textos originais, nem sempre fáceis, e os milhares de fichas a multiplicar.

Vale 23.X.1986.

*frei ANTONIO DO ROSÁRIO, op.*

## II – SIGLAS USADAS

ACP	– Actas dos Capitulos Provinciais.
ADB	– Arquivo Distrital de Braga.
ADP	– Arquivo Distrital do Porto.
AHDP	– Arquivo Histórico Dominicano Português
AMAP	– Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Guimarães
ASE	– Arquivo da Sé de Évora
AUC	– Arquivo da Universidade de Coimbra
Bat	– Batalha, convento
BME	– Biblioteca Municipal de Elvas
C., c.	– Capítulo

Cart DP	– Cartório Dominicano Português
Comp	– Compartmento
Const	– Constituição
CR	– Corporações Religiosas
CST	– Colégio de S. Tomás, de Coimbra
Cx	– Caixa
Doc	– Documento
E	– Estante
HSD	– História de S. Domingos
IR	– Institutos Religiosos
L. l.	– Livro
M., m.	– Maço
Matr. Ord.	– Matrículas de Ordens
Miseric	– Misericórdia, convento de Nossa Senhora da
Ms.	– Manuscrito
P., p.	– Parte
S.	– Sala ou São ou Santo
SD	– S. Domingos
SDA	– S. Domingos de Aveiro.
SDC	– S. Domingos de Coimbra
SDG	– S. Domingos de Guimarães
SDL	– S. Domingos de Lisboa
SM	– Série Monástica
SDS	– S. Domingos de Santarém
SSS	– S. Sebastião de Setúbal
TT	– Arquivo Nacional da Torre do Tombo

## III – ELENCO DE NOMES DE DOMINICANOS – AVEIRO

### AFONSO DE AVEIRO (DEP. 942)

- 1509.V,1 – Aparece como simples frade no convento da Misericórdia <sup>(11)</sup>.  
 1509.XII,22 – Sem indicação do convento (Aveiro?), ordenado de Subdiácono ou de Epistola, em Braga <sup>(12)</sup>.

### AIRES DE AVEIRO (DEP. 939)

- 1509.V,1 – Simples frade no conv. da Misericórdia <sup>(13)</sup>.  
 1510.I,11 – Simples frade no mesmo convento <sup>(14)</sup>.

### ÁLVARO DE AVEIRO (DEP. 702) (I) e (II) e (III)?

- 1503.III,11 – Do convento de Aveiro, ordena-se de Epistola ou Subdiácono em Braga <sup>(15)</sup>.  
 1509.V,1 – Simples frade no conv. da Misericórdia <sup>(16)</sup>.  
 1510.I,11 – Simples frade no mesmo convento <sup>(17)</sup>.  
 1529.V,31 – Doutor no convento S. D. do Porto <sup>(18)</sup>.  
 1532.II,15 – Prior no mosteiro da Batalha <sup>(19)</sup>.  
 1536.VI,3 – Doutor em S. Domingos de Coimbra <sup>(20)</sup>.  
 1538.I,2 – É vigário no mesmo convento <sup>(21)</sup>.  
 1554.IX,4 – Simples frade no convento do Porto <sup>(22)</sup>.  
 1557.IX,25 – Na mesma <sup>(23)</sup>.  
 1558.VI,14 – Na mesma <sup>(24)</sup>.  
 1559.VIII,3 – Na mesma <sup>(25)</sup>.  
 1560.IX,2 – Na mesma <sup>(26)</sup>.

### ANDRÉ DE AVEIRO (DEP. 589) (I) e (II)?

- 1522.X,10 – Simples frade no conv. da Misericórdia <sup>(27)</sup>.  
 1524.XI,8 – Na mesma <sup>(28)</sup>.  
 1525.I,21; II, 6.7.16 – Na mesma <sup>(29)</sup>.  
 1526.I,18 – Frade no convento de S. Domingos de Santarém <sup>(30)</sup>.  
 1526.III,7 – Na mesma <sup>(31)</sup>.

- 1526.IV,2 – Na mesma <sup>(32)</sup>.  
 1526.IV,9 – Na mesma <sup>(33)</sup>.  
 1526.V,7 – Na mesma <sup>(34)</sup>.  
 1526.VII,5 – Na mesma <sup>(35)</sup>.  
 1528.IX,10 – Frade no convento de S. Domingos do Porto <sup>(36)</sup>.  
 1528.XI,12 – Frade no convento da Misericórdia <sup>(37)</sup>.  
 1528.XI,13 – Frade em S. Domingos do Porto <sup>(38)</sup>.  
 1529.IV,20 – Na mesma <sup>(39)</sup>.  
 1530.II,16 – Na mesma <sup>(40)</sup>.  
 1530.III,11 – Do conv.?, ordena-se de Evangelho ou Diácono em Braga <sup>(41)</sup>.  
 1530.III,24 – Frade no conv. de S. Domingos do Porto <sup>(42)</sup>.  
 1530.V,9 – Frade no conv. da Misericórdia de Aveiro <sup>(43)</sup>.  
 1536.V,9 – Frade no mesmo convento <sup>(44)</sup>.

#### ANTÓNIO DE AVEIRO (DEP. 321) (I) e (II)

- 1518.I,21 – Simples frade no convento da Batalha <sup>(45)</sup>.  
 1519.IX,21 – Do convento de?, ordena-se de Epístola ou de Subdiácono em Braga <sup>(46)</sup>.  
 1520.II,13 – Simples frade no mosteiro da Batalha <sup>(47)</sup>.  
 1520.III,3 – Do convento de?, ordena-se de Evangelho ou Diácono em Braga <sup>(48)</sup>.  
 1520.V,31 – Simples frade na Batalha <sup>(49)</sup>.  
 1521.IV,12 – Na mesma <sup>(50)</sup>.  
 1522.I,28 – Simples frade no conv. de S. Domingos de Lisboa <sup>(51)</sup>.  
 1525.IX,7 – Na mesma <sup>(52)</sup>.  
 1528.I,29 – Simples frade na Batalha <sup>(53)</sup>.  
 1528.III,23 – Na mesma <sup>(54)</sup>.  
 1552.X,13 – Simples frade em Aveiro, conv. da Misericórdia <sup>(55)</sup>.  
 1555.II,16 – Na mesma <sup>(56)</sup>.

#### CIPRIANO DE AVEIRO (DEP. 456)

- 1522.III,27 – Simples frade em S. Domingos de Santarém <sup>(57)</sup>.  
 1522.V,9 – Na mesma <sup>(58)</sup>.

#### DIOGO DE AVEIRO (DEP. 2110)

- 1542.XII,23 – Dominicano, ora morador em Olivença, ordena-se de Evangelho ou Diácono <sup>(59)</sup>.  
 1543.VIII,8 – Simples frade do conv. da Misericórdia de Aveiro <sup>(60)</sup>.  
 1550.X,30 – Simples frade na Batalha <sup>(61)</sup>.  
 1551.VI,8 – Na mesma <sup>(62)</sup>.  
 1551.VIII,17 – Na mesma <sup>(63)</sup>.  
 1552.X,18 – Na mesma <sup>(64)</sup>.  
 1554.VI,3 – na mesma <sup>(65)</sup>.

#### DOMINGOS DE AVEIRO (DEP. 355) (I) e (II) e (III)?

- 1519.II,22 – Simples frade do convento da Batalha <sup>(66)</sup>.  
 1534.XII,30 – Simples frade do conv. da Misericórdia, de Aveiro <sup>(67)</sup>.

- 1547.XII,29 – Na mesma <sup>(68)</sup>.  
 1549.VII,16 – Simples frade do Colégio de S. Tomás, de Coimbra <sup>(69)</sup>.

#### DUARTE DE AVEIRO (DEP. 48)

- 1501.XII,28 – Do convento de S. Domingos de Santarém, ordena-se de Evangelho ou Diácono, em Braga <sup>(70)</sup>.  
 1502.I,31 – Simples frade do conv. de S. Domingos de Santarém <sup>(71)</sup>.

#### ESTÊVÃO DE AVEIRO (DEP. 941)

- 1509.V,1 – Simples frade do conv. da Misericórdia, de Aveiro <sup>(72)</sup>.

#### FERNANDO DE AVEIRO (DEP. 293) (I) e (II)?

- 1517.X,9 – Simples frade de S. Domingos de Lisboa <sup>(73)</sup>.  
 1518.VI,16 – Na mesma <sup>(74)</sup>.  
 1519.XII,6 – Na mesma <sup>(75)</sup>.  
 1520.I,15 – Na mesma <sup>(76)</sup>.  
 1521.II,26 – Na mesma <sup>(77)</sup>.  
 1521.VI,6 – Na mesma <sup>(78)</sup>.  
 1521.VII,22 – Na mesma <sup>(79)</sup>.  
 1521.IX,19 – Na mesma <sup>(80)</sup>.  
 1522.X,21 – Frade no conv. da Miseric. de Aveiro <sup>(81)</sup>.  
 1523.IV,8 – Subprior no convento de S. Domingos do Porto <sup>(82)</sup>.  
 1523.IV,13 – Na mesma <sup>(83)</sup>.  
 1523.IV,18 – Na mesma <sup>(84)</sup>.  
 1525.I,18 – Simples frade de S. Domingos de Lisboa <sup>(85)</sup>.  
 1527.? – Simples frade no conv. da Misericórdia de Aveiro <sup>(86)</sup>.  
 1527.II,18 – Subprior em S. Domingos de Santarem <sup>(87)</sup>.  
 1527.III,17 – Na mesma <sup>(88)</sup>.  
 1527.IV,2 – Na mesma <sup>(89)</sup>.  
 1527.IV,9 – Na mesma <sup>(90)</sup>.  
 1527.V,7 – Na mesma <sup>(91)</sup>.  
 1527.VII,5 – Na mesma <sup>(92)</sup>.  
 1527.XII,16 – Na mesma <sup>(93)</sup>.  
 1532.VI,8 – Simples frade no conv. da Misericórdia de Aveiro <sup>(94)</sup>.  
 1532.VI,18 – Na mesma <sup>(95)</sup>.  
 1532.VIII,26 – Simples frade do conv. da Misericórdia de Aveiro <sup>(96)</sup>.  
 1532.IX,23 – Na mesma <sup>(97)</sup>.  
 1533.IX,29 – Subprior do conv. da Misericórdia de Aveiro <sup>(98)</sup>.  
 1534.X,7 – Frade? no mesmo convento <sup>(99)</sup>.  
 1534.XII,15 – Na mesma <sup>(100)</sup>.  
 1535.II,8 – Subprior no mesmo convento <sup>(101)</sup>.  
 1535.X,25 – Na mesma <sup>(102)</sup>.  
 1536.II,4 – Na mesma <sup>(103)</sup>.  
 1536.III,11 – Na mesma <sup>(104)</sup>.  
 1536.XI,8 – Simples frade no mesmo conv. da Misericórdia de Aveiro <sup>(105)</sup>.

- 1537.X,26 – Na mesma <sup>(106)</sup>.  
 1539.I,28 – Na mesma <sup>(107)</sup>.  
 1540.II,17 – Na mesma <sup>(108)</sup>.  
 1540.XI,22 – Subprior no mesmo conv. da Misericórdia de Aveiro <sup>(109)</sup>.  
 1542.I,24 – Subprior na mesma <sup>(110)</sup>.  
 1542.VIII,6 – Subprior na mesma <sup>(111)</sup>.  
 1542.XII,4 – Subprior na mesma <sup>(112)</sup>.  
 1543.II,13 – Subprior na mesma <sup>(113)</sup>.  
 1543.VII,26 – Subprior na mesma <sup>(114)</sup>.  
 1543.VIII,26 – Subprior na mesma <sup>(115)</sup>.  
 1543.X,15 – Subprior na mesma <sup>(116)</sup>.  
 1543.X,23 – Subprior na mesma <sup>(117)</sup>.  
 1543.XII,11 – Subprior na mesma <sup>(118)</sup>.  
 1544.I,7 – Subprior na mesma <sup>(119)</sup>.  
 1547.X,21 – Simples frade do conv. da Misericórdia de Aveiro <sup>(120)</sup>.  
 1563.III,20 – Na mesma <sup>(121)</sup>.  
 1575.X,29 – Frade simples na mesma <sup>(122)</sup>.

**FRANCISCO DE AVEIRO (DEP. 367) (I) e (II) e (III)?**

- 1519.X,7 – Simples frade do convento da Batalha <sup>(123)</sup>.  
 1520.III,3 – Do conv. da Batalha?, ordena-se de Missa ou Presbítero em Braga <sup>(124)</sup>.  
 1520.V,31 – Simples frade do convento da Batalha <sup>(125)</sup>.  
 1520.XII,2 – Na mesma <sup>(126)</sup>.  
 1520.XII,20 – Na mesma <sup>(127)</sup>.  
 1521.VII,22 – Simples frade de S. Domingos de Lisboa <sup>(128)</sup>.  
 1522.I,28 – Simples frade na mesma <sup>(129)</sup>.  
 1522.X,10 – Simples frade do conv. da Misericórdia de Aveiro <sup>(130)</sup>.  
 1524.XI,8 – Simples frade na mesma <sup>(131)</sup>.  
 1525.I,21 – Simples frade do conv. da Misericórdia de Aveiro <sup>(132)</sup>.  
 1525.II,6 – Na mesma <sup>(133)</sup>.  
 1526.I,18 – Na mesma <sup>(134)</sup>.  
 1527.XII,14 – Simples frade de S. Domingos do Porto <sup>(135)</sup>.  
 1530.IX,18 – Simples frade de Aveiro, Misericórdia <sup>(136)</sup>.  
 1531.II,3 – Na mesma <sup>(137)</sup>.  
 1531.X,17 – Simples frade de S. Domingos do Porto <sup>(138)</sup>.  
 1532.VI,8 – Simples frade do conv. da Misericórdia de Aveiro <sup>(139)</sup>.  
 1532.VI,18 – Na mesma <sup>(140)</sup>.  
 1532.IX,23 – Na mesma <sup>(141)</sup>.  
 1574.X,7 – Na mesma <sup>(142)</sup>.  
 1574.XII,15 – Na mesma <sup>(143)</sup>.  
 1535.II,8 – Na mesma <sup>(144)</sup>.  
 1536.I,29 – Simples frade do convento de S. Domingos do Porto <sup>(145)</sup>.  
 1536.III,11 – Simples frade do conv. da Misericórdia de Aveiro <sup>(146)</sup>.  
 1536.V,9 – Na mesma <sup>(147)</sup>.  
 1537.IX,25 – Simples frade do convento de S. Domingos do Porto <sup>(148)</sup>.  
 1538.VII,18 – Na mesma <sup>(149)</sup>.  
 1539.VII,3 – Na mesma <sup>(150)</sup>.  
 1540.II,17 – Simples frade no conv. da Misericórdia de Aveiro <sup>(151)</sup>.

- 1540.XII,30 – Subprior de S. Domingos do Porto <sup>(152)</sup>.  
 1543.IV,19 – Simples frade do convento de Azeitão <sup>(153)</sup>.  
 1543.VIII,13 – Na mesma <sup>(154)</sup>.  
 1548.III,5 <sup>(155)</sup>; 1549.VIII,30 <sup>(156)</sup>; 1549.X,26 <sup>(157)</sup>; 149.XI,4 <sup>(158)</sup>; 1550.I,4 <sup>(159)</sup>; 1550.II,19 <sup>(160)</sup>; 1552.III,20 <sup>(161)</sup>; 1554.XII,29 <sup>(162)</sup>: aparece como simples frade do convento de S. Domingos do Porto.  
 1556.IV,14 <sup>(163)</sup>; 1558.VIII,12 <sup>(164)</sup>; 1564.XI,26 <sup>(165)</sup>; 1565.IV,10 <sup>(166)</sup>; 1567.V,21 <sup>(167)</sup>: documenta-se como simples frade do convento da Misericórdia de Aveiro.  
 1580.XII,12 – Simples frade do convento de S. Domingos de Abrantes <sup>(168)</sup>.

**GASPAR DE AVEIRO (DEP. 2033) (I) e (II) e (III)?**

- 1542.VIII,6 <sup>(169)</sup>; 1542.IX,4 <sup>(170)</sup>; 1543.II,13 <sup>(171)</sup>; 1543.VIII,8 <sup>(172)</sup>; 1543.X,15 <sup>(173)</sup>; 1543.X,23 <sup>(174)</sup>; 1543.XII,11 <sup>(175)</sup>; 1544.I,7 <sup>(176)</sup>: em todos estes docs. aparece como simples frade do convento da Misericórdia de Aveiro.  
 1557.IV,30 – Simples frade no convento de S. Domingos de Coimbra <sup>(177)</sup>.  
 1557.IV,30 – Na mesma <sup>(178)</sup>.  
 1558.II,8 – Na mesma <sup>(179)</sup>.  
 1558.II,10 – Na mesma <sup>(180)</sup>.  
 1558.III,12 – Procurador do mesmo conv. de Coimbra <sup>(181)</sup>.  
 1558.V,5 – Simples frade no convento de S. Domingos de Coimbra <sup>(182)</sup>.  
 1559.III,8 – Na mesma <sup>(183)</sup>.  
 1559.V,8 – Na mesma <sup>(184)</sup>.  
 1559.V,12 – Profissão em S. Domingos de Lisboa <sup>(185)</sup>.  
 1560.II,24 – Simples frade em Coimbra, convento de S. Domingos <sup>(186)</sup>.  
 1565.IX,4 – Subprior do convento de S. Domingos de Guimarães <sup>(187)</sup>.  
 1569.I,8 – Subprior do convento de S. Domingos do Porto <sup>(188)</sup>.  
 1569.X,19 – Na mesma <sup>(189)</sup>.  
 1570.IV,15 – Na mesma <sup>(190)</sup>.  
 1570.X,16 – Subprior em S. Domingos de Guimarães <sup>(191)</sup>.  
 1571.IV,11 – Na mesma <sup>(192)</sup>.  
 1571.V,18 – Na mesma <sup>(193)</sup>.  
 1571.XI,10 – Do convento de S. Domingos de Guimarães assignado a Subprior do convento da Serra de Almeirim pelo CapP de Santarém <sup>(194)</sup>.  
 1573.II,11 – Prior do convento de S. Domingos de Azeitão <sup>(195)</sup>.  
 1582.III,3 – Simples frade, convento de S. Domingos de Lisboa <sup>(196)</sup>.  
 1583. ? – Subprior no convento de S. Domingos de Lisboa <sup>(197)</sup>.  
 1583.I,4 – Na mesma <sup>(198)</sup>.  
 1583.III,21 – Na mesma <sup>(199)</sup>.  
 1587.III,9 – Simples frade do convento de S. Domingos de Lisboa <sup>(200)</sup>.  
 1591.V,4 – Assignado como Vigário do conv. de S. Sebastião de Setúbal pelo CapP de Benfca <sup>(201)</sup>.  
 1592.XI,11 – Prior do conv. de S. Sebastião de Setúbal <sup>(202)</sup>.  
 HSD: Acompanhou D. Sebastião a África <sup>(203)</sup>.

**GOMES DE AVEIRO (DEP. 944)**

- 1519.XII,28 – Simples frade do conv. da Misericórdia de Aveiro <sup>(204)</sup>.  
 1525.II,16 – Na mesma <sup>(205)</sup>.

**JERÓNIMO DE AVEIRO (DEP. 614)**

- 1527.IX,15 – Simples frade do conv. da Batalha <sup>(206)</sup>.  
 1569.III,10 – Simples frade do conv. de S. Domingos de Coimbra <sup>(207)</sup>.

**JOÃO DE AVEIRO (DEP. 936) (I) e (II) e (III)?**

- 1502.V,21 – Frade do convento de S. Domingos de Vila Real, ordena-se de Epístola ou Subdiácono em Braga <sup>(208)</sup>.  
 1504.VII,28 – Simples frade do conv. da Misericórdia de Aveiro <sup>(209)</sup>.  
 1510.I,21 – Na mesma <sup>(210)</sup>.  
 1545.I,30 – Doutor no convento da Misericórdia de Aveiro <sup>(211)</sup>.  
 1545.XI,10 – Simples frade no conv. de S. Domingos de Elvas <sup>(212)</sup>.  
 1550.VIII,9 – Na mesma <sup>(213)</sup>.  
 1562.VII,27 – Simples frade no conv. de S. Domingos de Azeitão <sup>(214)</sup>.  
 1563.I,7 – Prior do conv. da Misericórdia de Aveiro <sup>(215)</sup>.  
 1563.IX,19 – Na mesma <sup>(216)</sup>.  
 1565.IV,10 – Simples frade do conv. da Misericórdia de Aveiro <sup>(217)</sup>.  
 1568.XII,23 – Procurador do convento da Misericórdia de Aveiro <sup>(218)</sup>.  
 1570.II,24 – Subprior do convento da Misericórdia de Aveiro <sup>(219)</sup>.  
 1572.XII,16 – Simples frade do conv. da Misericórdia de Aveiro <sup>(220)</sup>.  
 1575.X,29 – Na mesma <sup>(221)</sup>.  
 1579.IX,20 – Assignado para Confessor das Monjas de Aveiro pelo CapP da Batalha <sup>(222)</sup>.  
 1582.I,4 – Simples frade no conv. da Misericórdia de Aveiro <sup>(223)</sup>.

**LOPO DE AVEIRO (DEP. 781) (I) e (II)?**

- 1532.III,2 – Simples frade no conv. de S. Domingos de Santarém <sup>(224)</sup>.  
 1532.IX,28 – Na mesma <sup>(225)</sup>.  
 1538.IX,18 – Simples frade do Colégio de S. Tomás, de Coimbra <sup>(226)</sup>.  
 1543.I,3 – Simples frade do convento da Batalha <sup>(227)</sup>.  
 1543.X,11 – Na mesma <sup>(228)</sup>.  
 1543.XI,22 – Na mesma <sup>(229)</sup>.  
 1544.II,1 – Na mesma <sup>(230)</sup>.  
 1544.IV,24 – Na mesma <sup>(231)</sup>.  
 1544.VI,5 – Na mesma <sup>(232)</sup>.  
 1544.X,20 – Na mesma <sup>(233)</sup>.  
 1544.XI,3 – Na mesma <sup>(234)</sup>.

- 1545.II,27 – Na mesma <sup>(235)</sup>.  
 1545.IV,5 – Na mesma <sup>(236)</sup>.  
 1556.III,4 – Prior do convento de S. Domingos de Coimbra <sup>(237)</sup>.  
 1558.I,22 – Procurador do convento da Misericórdia de Aveiro <sup>(238)</sup>.  
 1562.IV,6 – Prior de S. Domingos de Santarém <sup>(239)</sup>.  
 1562.IV,16 – Na mesma <sup>(240)</sup>.  
 1562.IV,30 – Apresentado, Prior na mesma <sup>(241)</sup>.  
 1563.IV,24 – Doutor, Prior na mesma <sup>(242)</sup>.  
 1563.V,29 – Mestre, Prior na mesma <sup>(243)</sup>.  
 1563.VI,8 – Mestre, Prior na mesma <sup>(244)</sup>.  
 1563.VI,30 – Mestre, Prior na mesma <sup>(245)</sup>.  
 1563.VII,20 – Mestre, Prior na mesma <sup>(246)</sup>.  
 1564.IX,18 – Mestre, Prior na mesma <sup>(247)</sup>.  
 1566.IV,30 – Mestre, Prior na mesma <sup>(248)</sup>.  
 1566.VIII,7 – Mestre, na mesma <sup>(249)</sup>.  
 1567.IX,14 – Definidor do CapP de Lisboa, sendo Reitor do Colégio de S. Tomás, de Coimbra <sup>(250)</sup>.  
 HSD. Vários informes <sup>(251)</sup>.

**LOURENÇO DE AVEIRO (DEP. 535)**

- 1524.III,10 – Simples frade no conv. de S. Domingos de Lisboa <sup>(252)</sup>.

**LUÍS DE AVEIRO (DEP. 794) (I) e (II)?**

- 1532.X,7 – Simples frade de S. Domingos de Santarém <sup>(253)</sup>.  
 1558.VIII,12 – Simples frade no conv. da Misericórdia de Aveiro <sup>(254)</sup>.

**MANUEL DE AVEIRO (DEP. 863) (I) e (II)**

- 1534.XII,19 – Do convento de S. Domingos de Évora, ordena-se de Epístola ou Subdiácono em Évora <sup>(255)</sup>.  
 1536.VII,29 – Simples frade do conv. de S. Domingos de Elvas <sup>(256)</sup>.  
 1537.IX,25 – Simples frade do conv. de S. Domingos do Porto <sup>(257)</sup>.  
 1542.VI,12 – Simples frade do conv. de S. Domingos de Elvas <sup>(258)</sup>.  
 1542.VII,4 – Professor em Lisboa <sup>(259)</sup>.  
 1543.IV,9 – Simples frade do conv. de S. Domingos de Elvas <sup>(260)</sup>.  
 1543.VII,12 – Na mesma <sup>(261)</sup>.  
 1543.VII,14 – Na mesma <sup>(262)</sup>.  
 1544.II,11 – Na mesma <sup>(263)</sup>.  
 1544.VII,29 – Na mesma <sup>(264)</sup>.  
 1544.XI,10 – Na mesma <sup>(265)</sup>.  
 1555.II,7 – Simples frade do conv. de S. Domingos de Abrantes <sup>(266)</sup>.  
 1555.III,29 – Simples frade do conv. de S. Domingos de Santarém <sup>(267)</sup>.  
 1555.IX,7 – Simples frade do conv. de S. Domingos de Abrantes <sup>(268)</sup>.

1568.XII,23 – Simples frade do conv. da Misericórdia de Aveiro (269).

1572.XII,16 – Na mesma (270).

#### MARCOS DE AVEIRO (DEP. 360)

1519.V,26 – Simples frade do conv. de Santarém (271).

1529.V,22 – Simples frade no convento de S. Domingos de Lisboa (272).

#### MARTINHO DE AVEIRO (DEP. 550) (I) e (II)?

1525.V,27 – Pregador do convento de S. Domingos do Porto (273).

1531.II,3 – Doutor do convento da Misericórdia de Aveiro (274).

1539.I,28 – Na mesma (275).

1540.XII,30 – Doutor, Pregador no conv. de S. Domingos do Porto (276).

1542.XI,16 – Na mesma (277).

1543.VI,2 – Na mesma (278).

1563.I,7 – Doutor? no convento da Misericórdia de Aveiro (279).  
HSD: Informes (280).

#### NICOLAU DE AVEIRO (DEP. 129)

1509.V,1 – Simples frade do conv. da Misericórdia de Aveiro (281).

1514.III,20 – Simples frade de S. Domingos de Lisboa (282).

1515.II,1 – Na mesma (283).

1515.II,9 – Na mesma (284).

1515.V,19 – Na mesma (285).

1515.X,10 – Na mesma (286).

1515.X,14 – Na mesma (287).

1516.I,18 – Na mesma (288).

1516.VI,20 – Simples frade do conv. da Misericórdia de Aveiro (289).

#### PEDRO DE AVEIRO (DEP. 133) (I) e (II) e (III)?

1509.V,1 – Simples frade no conv. da Misericórdia de Aveiro (290).

1510.III,22 – Dominicano, ordena-se de Epístola ou subdiácono em Braga (291).

1514.III,24 – Simples frade do conv. de S. Domingos de Azeitão (292).

1515.II,1 – Simples frade do conv. de S. Domingos de Lisboa (293).

1518.VIII,10 – Simples frade em S. Domingos de Azeitão (294).

1519.XII,28 – Simples frade no conv. da Misericórdia de Aveiro (295).

1520.V,3 – Simples frade do conv. de S. Domingos de Santarém (296).

1523.IV,8 – Simples frade do conv. de S. Domingos do Porto (297).

1523.IV,13 – Na mesma (298).

1523.IV,18 – Na mesma (299).

1525.IV,11 – Dominicano, ordena-se de Evangelho ou Diácono, em Braga (300).

1527.XII,14 – Simples frade no conv. de S. Domingos do Porto (301).

1528.V,28 – Na mesma (302).

1528.V,29 – Na mesma (303).

1528.IX,10 – Na mesma (304).

1528.XI,13 – Na mesma (305).

1529.IV,20 – Na mesma (306).

1529.V,31 – Na mesma (307).

1530.II,16 – Na mesma (308).

1530.III,24 – Na mesma (309).

1530.IV,18 – Simples frade do conv. da Misericórdia de Aveiro (310).

1530.V,9 – Na mesma (311).

1531.II,3 – Na mesma (312).

1531.X,17 – Simples frade do conv. de S. Domingos do Porto (313).

1535.IX,1 – Na mesma (314).

1535.IX,9 – Na mesma (315).

1536.I,29 – Na mesma (316).

1536.V,9 – Simples frade do conv. da Misericórdia de Aveiro (317).

1537.IV,13 – Simples frade do conv. de S. Domingos do Porto (318).

1537.IX,26 – Na mesma (319).

1538.VII,18 – Na mesma (320).

1539.I,28 – Simples frade do conv. da Misericórdia de Aveiro (321).

1540.II,17 – Na mesma (322).

1540.XI,22 – Na mesma (323).

1550.II,28 – Na mesma (324).

1574.II,9 – Simples frade do conv. de S. Domingos do Porto (325).

1575.IX,23 – Simples frade do conv. de S. Domingos de Lisboa (326).

1579.I,26 – Simples frade do conv. de S. Domingos do Porto (327).

1579.II,4 – Na mesma (328).

#### RODRIGO DE AVEIRO (DEP. 177)

1515.II,9 – Simples frade do conv. de S. Domingos de Lisboa (329).

1550.II,28 – Simples frade do conv. da Misericórdia de Aveiro (330).

#### SEBASTIÃO DE AVEIRO (DEP. 259) (I) e (II) e (III)?

1515.II,16 – Simples frade do convento da Batalha (331).

1517.II,13 – Prior do conv. da Batalha (332).

1517.III,8 – Na mesma (333).

1517.IV,15 – Na mesma (334).

1517.IV,29 – Na mesma (335).

1517.V,6 – Na mesma (336).

1517.V,8 – Na mesma (337).

- 1517.V,16 – Na mesma <sup>(338)</sup>.  
 1517.VIII,10 – Prior do convento da Batalha <sup>(339)</sup>.  
 1517.X,5 – Na mesma <sup>(340)</sup>.  
 1517.X,10 – Na mesma <sup>(341)</sup>.  
 1517.XI,5 – Na mesma <sup>(342)</sup>.  
 1517.XII,16 – Na mesma <sup>(343)</sup>.  
 1517.XII,20 – Na mesma <sup>(344)</sup>.  
 1518.I,2 – Na mesma <sup>(345)</sup>.  
 1518.I,30 – Na mesma <sup>(346)</sup>.  
 1519.VII,17 – Prior do convento de S. Domingos de Lisboa <sup>(347)</sup>.  
 1519.XII,6 – Na mesma <sup>(348)</sup>.  
 1520.I,25 – Doutor e Prior na mesma <sup>(349)</sup>.  
 1520.I,30 – Na mesma <sup>(350)</sup>.  
 1521.II,26 – Na mesma <sup>(351)</sup>.  
 1521.VI,6 – Na mesma <sup>(352)</sup>.  
 1521.VII,22 – Na mesma <sup>(353)</sup>.  
 1521.IX,19 – Na mesma <sup>(354)</sup>.  
 1522.I,8 – Na mesma <sup>(355)</sup>.  
 1522.I,28 – Na mesma <sup>(356)</sup>.  
 1522.III,19 – Simples frade do convento do Porto <sup>(357)</sup>.  
 1522.III,20 – Doutor e Prior do conv. de S. Domingos de Santarém <sup>(358)</sup>.  
 1522.VI,30 – Doutor e Prior de S. Domingos de Lisboa <sup>(359)</sup>.  
 1525.I,18 – Na mesma <sup>(360)</sup>.  
 1527.IV,2 – Doutor e Prior do conv. de S. Domingos de Santarém <sup>(361)</sup>.  
 1527.IV,9 – Na mesma <sup>(362)</sup>.  
 1527.X,3 – Doutor do Colégio de S. Tomás de Coimbra <sup>(363)</sup>.  
 1527.X,21 – Frade Dominicano de Guimarães, ordena-se de Evangelho em Braga <sup>(364)</sup>.  
 1528.XI,12 – Doutor e Prior do convento da Misericórdia de Aveiro <sup>(365)</sup>.  
 1530.IV,18 – Na mesma <sup>(366)</sup>.  
 1530.V,9 – Na mesma <sup>(367)</sup>.  
 1531.II,3 – Na mesma <sup>(368)</sup>.  
 1532.VIII,26 – Na mesma <sup>(369)</sup>.  
 1532.IX,23 – Na mesma? Ou simples frade? <sup>(370)</sup>.  
 1534.XII,7 – Simples frade do conv. de S. Domingos de Santarém <sup>(371)</sup>.  
 1536.III,11 – Dominicano de Évora, ordena-se de Evangelho ou Diácono, em Évora <sup>(372)</sup>.  
 1536.V,9 – Prior do conv. da Misericórdia de Aveiro <sup>(373)</sup>.

- 1540.XII,15 – Simples frade do conv. de S. Domingos de Santarém <sup>(374)</sup>.  
 1547.VIII,3 – Na mesma <sup>(375)</sup>.  
 1547.VIII,6 – Na mesma <sup>(376)</sup>.  
 1548.III,5 – Simples frade de S. Domingos de Coimbra <sup>(377)</sup>.  
 1552.?, ? – Posse da sua herança pelo convento da Misericórdia de Aveiro <sup>(378)</sup>.  
 1565.XI,10 – Simples frade do conv. de S. Domingos do Porto <sup>(379)</sup>.  
 1565.XI,22 – Na mesma <sup>(380)</sup>.  
 1565.XII,15 – Na mesma <sup>(381)</sup>.  
 1588.V,6 – Simples frade do conv. de S. Domingos de Lisboa <sup>(382)</sup>.  
 HSD: Morre prior do conv. de S. Domingos de Vila Real <sup>(383)</sup>.

#### VASCO DE AVEIRO (DEP. 240)

- 1516.VI,20 – Simples frade do conv. de S. Domingos de Lisboa <sup>(384)</sup>.  
 1517.X,9 – Na mesma <sup>(385)</sup>.  
 1518.X,6 – Simples frade do conv. de S. Domingos de Santarém <sup>(386)</sup>.  
 1519.II,12 – Na mesma <sup>(387)</sup>.  
 1519.V,26 – Na mesma <sup>(388)</sup>.  
 1523.IV,8 – Simples frade do conv. de S. Domingos do Porto <sup>(389)</sup>.  
 1523.IV,13 – Na mesma <sup>(390)</sup>.  
 1523.IV,18 – Na mesma <sup>(391)</sup>.  
 1528.III,6 – Simples frade de S. Domingos de Azeitão <sup>(392)</sup>.  
 1528.VIII,11 – Na mesma <sup>(393)</sup>.  
 1529.V,25 – Na mesma <sup>(394)</sup>.  
 1529.V,29 – Na mesma <sup>(395)</sup>.  
 1530.VIII,29 – Na mesma <sup>(396)</sup>.  
 1530.VIII,29 – Na mesma <sup>(397)</sup>.

#### VICENTE DE AVEIRO (DEP. 602)

- 1527.VI,1 – Simples frade do conv. de S. Domingos de Azeitão <sup>(398)</sup>.

– E QUEM CONHECE MAIS DOMINICANOS COM O NOME DE AVEIRO NO SÉCULO XVI ?

#### NOTAS:

- (1) – MACHADO, D. B. – *Biblioteca Lusitana*, I-IV, nova ed. por M. Lopes de Almeida, Coimbra.  
 (2) – SOUSA, L. de – *História de S. Domingos*, I-III Partes, cit. ed. de 1866. Há nova ed. por M. Lopes de Almeida, Lelo, Porto.  
 (3) – MONTEIRO, P. – *Claustro Dominicano*, III Lanço, Lisboa 1735.  
 (4) – SANTA CATARINA, L. de – *IV Parte da História de S. Domingos*, cit. ed. de 1866.  
 (5) – INOCÊNCIO F. da Silva – *Dicionário Bibliográfico Português*, v. g., com um não dominicano, I, 108. Gritante de injustiça as afirmações despicientes sobre Fr. Luís de Granada.

- (6) – ver : – *Pergaminhos dos Conventos Dominicanos*, I série, 1; – *Cartório Dominicano Português* (CartDP), dividido por séculos e estes por fascículos; subdividido por matérias, como Bartholomaeana Monumenta, De Studiis Monumenta, Sororum Monumenta; – *Arquivo Histórico Dominicano Português*, Registo, Estudos Informação. Vem editando *Actas dos Encontros sobre história Dominicana e Índices*.  
 (7) – Realizaram-se três, com as respectivas *Actas* cit. na nota anterior. Prepara-se o IV Encontro, que se revestirá da magnitude de Congresso Internacional, em 1969, em Braga.  
 (8) – *Livro das Constituições e Ordenações*, Pro manuscrito, trad. por Fr. A. Vieira, op. (1969), p. 9, Cons. Fundamental, § II: Assim a Ordem dos Irmãos Pregadores, fundada por S. Domingos \*tomou

consciência, desde o início, de que foi instituída especialmente por causa da pregação e da salvação das almas". Prólogo das *Primeiras Constituições*.

- (9) – Livro das *Profissões de S. D.º de Lx.ª* (1516-1599), AHDP, Porto 1974, em CartDP.XVI-5.  
– *Profissões Sancti Dominici de Benfica*, (1551-1599), AHDP, Porto 1981, em CartDP.XVI-12.
- (10) – Uma estabilidade monacal e canônica foi superada pelo espírito apostólico dominador das *Constituições*.  
"Participando da missão apostólica, assumimos também a vida dos Apóstolos segundo a forma concebida por S. Domingos... constituem, na sua síntese, a própria vida da Ordem: Vida Apostólica" *Const. I, § IV*.
- (11) – AUC.SDA (Miseric.) 1, 31 v: Escritura.  
(12) – ADB.Matr.Ord. VI, 72 v.  
(13) – AUC.SDA (Miseric.) 1, 31 v: Escritura.  
(14) – AUC.SDA (Miseric.), 18 v, 7 v: Doação.  
(15) – ADB.Matr.Ord. V, 238.  
(16) – AUC.SDA (Miseric.) I, 31 v: Escritura.  
(17) – AUC.SDA (Miseric.), 28, 7 v: Doação.  
(18) – ADP.SM.SDP.38, 41 v: Contrato.  
(19) – TT. Bat 2, 93 v: Aforamento.  
(20) – AUC.SDC.1,25: Venda e Prazo; mais: 3,44.  
(21) – AUC.SDC.1,29: Prazo; mais: 3,49.  
(22) – ADP.SM.SDP.24,48 v: Prazo.  
(23) – ADP.SM.SDP.24,50 v: Prazo.  
(24) – ADP.SM.SDP.24,55 v: Prazo.  
(25) – ADP.SM.SDP.24,61: Prazo.  
(26) – ADP.SM.SDP.24,64: Renúnciação.  
(27) – AUC.SDA (Miseric.) 55,28: Prazo.  
(28) – AUC.SDA (Miseric.) 35,99 v: ?  
(29) – AUC.SDA (Miseric.) 35,43.44.46.49: Prazo.  
(30) – TT.Comp.1,SDS,600,42: Prazo.  
(31) – TT.Comp.1,SDS,600,48?: Prazo.  
(32) – TT.Comp.1,SDS,597,200: Prazo.  
(33) – TT.Comp.1,SDS,600,75: Prazo.  
(34) – TT.Comp.1,SDS,597,189 v: Prazo.  
(35) – TT.Comp.1,SDS,597,86: Prazo.  
(36) – ADP.SM.SDP.33,21: Prazo.  
(37) – AUC.SDA (Miseric.) 35,60 v: Prazo.  
(38) – ADP.SM.SDP.33,23: Prazo.  
(39) – ADP.SM.SDP.38,39: Prazo.  
(40) – ADP.SM.SDP.27,2: Prazo.  
(41) – ADB.Matr.Ord. IX, cad. 13, f.13.  
(42) – ADP.SM.SDP.84,43 v: Contrato Prazo.  
(43) – AUC.SDA (Miseric.) 35,66: Prazo.  
(44) – AUC.SDA (Miseric.) 35,68: Prazo.  
(45) – TT.Bat. 2,14 v. 16 v. 21 v: Prazos.  
(46) – ADB.Matr.Ord. VII, cad. 8, f.n/n.  
(47) – TT.Bat.2,22 v: Renúnciação.  
(48) – ADB.Matr.Ord. VII, cad 10, f.n/n.  
(49) – TT.Bat.2,32: Escambo; ibid. f.33 v: Renúnciação: f. 35, 36 v. 38 v: Aforamentos.  
(50) – TT.Bat.2,38 v: Escambo.  
(51) – TT.SDL.55,74 v: Prazo.  
(52) – TT.SDL.55,22: Prazo.  
(53) – TT.Bat.2,67 v: Aforamento.  
(54) – TT.Bat.2,63 v: Aforamento.  
(55) – AUC.SDA (Miseric.) 38,209: Prazo.  
(56) – AUC.SDA (Miseric.) 40,222: Aforamento; TT.CR.SDS.M.XIV,35: Prazo.  
(57) – TT.Comp.1,SDS.598,106 v: Prazo; TT.CR.SDS.M.XIV,35: Prazo.  
(58) – TT.CR.SDS.M.XIV,36: Prazo.  
(59) – ADB.Matr.Ord. XI, cad.5, f.12.  
(60) – AUC.SDA (Miseric.) 35,20: Prazo.  
(61) – TT.Conv.de Santa Joana.1,176 v: Procuração.  
(62) – TT.Bat. 2,270 v: Prazo.  
(63) – TT.Bat. 2,275 v: Prazo.  
(64) – TT.Bat. 2,194: Prazo.  
(65) – TT.Bat. 2,197 v: Prazo.  
(66) – TT.Bat. 2,19 v: Prazo; *Ibidem* 20 v: Instrumento.  
(67) – AUC.SDA (Miseric.) 34,?: Prazo.  
(68) – AUC.SDA (Miseric.) 40,218: Prazo.  
(69) – AUC.CST. Cx.1: Prazo.  
(70) – ADB.Matr.Ord.V,188.  
(71) – TT.Comp.1,SDS.602,24.43: Prazos.  
(72) – AUC.SDA (Miseric.) 1,31 v: Escritura.  
(73) – TT.SDL.55,54: Prazo.  
(74) – TT.SDL.55,60: Prazo.  
(75) – TT.SDL.55,55 v: Prazo.

- (76) – TT.SDL.55,16: Prazo.  
(77) – TT.SDL.55,59: Prazo.  
(78) – TT.SDL.55,63: Prazo.  
(79) – TT.SDL.55,66 e 66 v: Prazo.  
(80) – TT.SDL.55,68 v: Prazo.  
(81) – AUC.SDA (Miseric.) 35,30 v: Prazo.  
(82) – ADP.SM.SDP.38,1: Prazo.  
(83) – ADP.SM.SDP.33,1 v: Prazo.  
(84) – ADP.SM.SDP.38,1: Prazo.  
(85) – TT.SDL.55,12: Prazo.  
(86) – AUC.SDA (Miseric.) 35,102: Tombo.  
(87) – TT.Comp.1,SDS,600,42: Prazo.  
(88) – TT.Comp.1,SDS,600,2: Prazo.  
(89) – TT.Comp.1,SDS,597,200: Prazo.  
(90) – TT.Comp.1,SDS,600,75 v: ?  
(91) – TT.Comp.1,SDS,597,189 v: ?  
(92) – TT.Comp.1,SDS,600,86: Prazo.  
(93) – TT.Comp.1,SDS,597,27 v: Prazo.  
(94) – AUC.SDA (Miseric.) 35,70: Prazo.  
(95) – AUC.SDA (Miseric.) 39,67: Prazo.  
(96) – AUC.SDA (Miseric.) 1,41 v: Concerto.  
(97) – AUC.SDA (Miseric.) 1,35,38 v: Prazo.  
(98) – AUC.SDA (Miseric.) 1,35,75 v: Prazo.  
(99) – AUC.SDA (Miseric.) 1,35,76 v: Aforamento.  
(100) – AUC.SDA (Miseric.) 1,35,78 v: Aforamento.  
(101) – AUC.SDA (Miseric.) 1,35,80 v: Aforamento.  
(102) – AUC.SDA (Miseric.) 1,35,107: Concerto.  
(103) – AUC.SDA (Miseric.) 1,35,119: Prazo.  
(104) – AUC.SDA (Miseric.) 35,92 v: Prazo.  
(105) – AUC.SDA (Miseric.) 35,82 v: Aforamento.  
(106) – AUC.SDA (Miseric.) 34,40: Prazo.  
(107) – AUC.SDA (Miseric.) 35,98: Contrato.  
(108) – AUC.SDA (Miseric.) 35,67: Contrato.  
(109) – AUC.SDA (Miseric.) 35,3: Prazo.  
(110) – AUC.SDA (Miseric.) 39,75: Prazo.  
(111) – AUC.SDA (Miseric.) 35,24: Prazo.  
(112) – AUC.SDA (Miseric.) 35,11: Aforamento.  
(113) – AUC.SDA (Miseric.) 35,30: Aforamento.  
(114) – AUC.SDA (Miseric.) 40,210: Concerto.  
(115) – AUC.SDA (Miseric.) 1,48: Prazo.  
(116) – AUC.SDA (Miseric.) 35,144: Aforamento.  
(117) – AUC.SDA (Miseric.) 35,123: Aforamento.  
(118) – AUC.SDA (Miseric.) 35,136: Aforamento.  
(119) – AUC.SDA (Miseric.) 35,151: Aforamento.  
(120) – AUC.SDA (Miseric.) 40,225: Prazo.  
(121) – AUC.SDA (Miseric.) 35,167 v: Prazo.  
(122) – AUC.SDA (Miseric.) 36,12 v: Aforamento.  
(123) – TT.Bat. 2,28v: Aforamento.  
(124) – ADB.Matr.Ord. VII, cad. 10, f.n/n.  
(125) – TT.Bat. 2,31.32.33 v: Prazos.  
(126) – TT.Bat. 2,35: Aforamento.  
(127) – TT.Bat. 2,36 v: Aforamento.  
(128) – TT.SDL.55,64 v. 66: Prazo.  
(129) – TT.SDL.55,74 v: Prazo.  
(130) – AUC.SDA (Miseric.) 35,28.33.35: Prazos.  
(131) – AUC.SDA (Miseric.) 35,39 v: ?  
(132) – AUC.SDA (Miseric.) 35,49: Prazo.  
(133) – AUC.SDA (Miseric.) 35,? 44.45.46: Prazos.  
(134) – AUC.SDA (Miseric.) 35,40 v: Prazo.  
(135) – ADP.SM.SDP.38,28: Prazo.  
(136) – AUC.SDA (Miseric.) 35,54.56: Prazos.  
(137) – AUC.SDA (Miseric.) 35,62 v: Prazo.  
(138) – ADP.SM.SDP.40,132: Prazo.  
(139) – AUC.SDA (Miseric.) 35,70: Prazo.  
(140) – AUC.SDA (Miseric.) 39,67: Prazo.  
(141) – AUC.SDA (Miseric.) 35,58 v: Prazo.  
(142) – AUC.SDA (Miseric.) 35,76: Aforamento.  
(143) – AUC.SDA (Miseric.) 35,38 v: Aforamento.  
(144) – AUC.SDA (Miseric.) 35,78 v: Aforamento.  
(145) – ADP.SM.SDP.40,162: Prazo.  
(146) – AUC.SDA (Miseric.) 35,92 v: Prazo.  
(147) – AUC.SDA (Miseric.) 35,68: Prazo.  
(148) – ADP.SM.SDP.40,128: Prazo.  
(149) – ADP.SM.SDP.26,17: Prazo.  
(150) – ADP.SM.SDP.38,54: Consentimento.  
(151) – AUC.SDA (Miseric.) 35,67: Contrato.  
(152) – ADP.SM.SDP.38,55 v: Venda.  
(153) – TT.S.22.E6.Azeitão SD.2,54: Composição.  
(154) – TT.S.22.E6.Azeitão SD.2,57: Prazo.  
(155) – ADP.SM.SDP.8,11-13: Doação.  
(156) – ADP.SM.SDP.24,22 v: Prazo.

- (157) – ADP.SM.SDP.24,26: Renúnciação.  
(158) – ADP.SM.SDP.24,29: Conhecimento.  
(159) – ADP.SM.SDP.24,33 v e 35: Prazos.  
(160) – ADP.SM.SDP.24,37: Prazo.  
(161) – ADP.SM.SDP.8,137: Prazo.  
(162) – ADP.SM.SDP.24,38 v: Prazo.  
(163) – AUC.SDA (Miseric).34,96: Prazo.  
(164) – AUC.SDA (Miseric).34,226: Prazo.  
(165) – AUC.SDA (Miseric).2,?: Lembrança.  
(166) – AUC.SDA (Miseric).34,10: Renúnciação.  
(167) – AUC.SDA (Miseric).36,15 v: Renovação.  
(168) – TT.IR,22, Abrantes, SD.51,79: Arrendamento.  
(169) – AUC.SDA (Miseric).35,24: Prazo.  
(170) – AUC.SDA (Miseric).35,16: Prazo.  
(171) – AUC.SDA (Miseric).35,30: Aforamento.  
(172) – AUC.SDA (Miseric).35,20: Prazo.  
(173) – AUC.SDA (Miseric).35,144: Prazo.  
(174) – AUC.SDA (Miseric).35,123: Aforamento.  
(175) – AUC.SDA (Miseric).35,186: Aforamento.  
(176) – AUC.SDA (Miseric).35,151: Aforamento.  
(177) – AUC.SDC.1,124; 3,143,4,59: Prazos.  
(178) – AUC.SDC.13,96: Procuração.  
(179) – AUC.SDC.15,1: Posse.  
(180) – AUC.SDC.1,127 v: Prazo.  
(181) – AUC.CST Cx. 1: Obrigação.  
(182) – AUC.SDC.1,131: Prazo.  
(183) – AUC.CST Cx. 1: Obrigação.  
(184) – AUC.SDC.12,17: Contrato.  
(185) – AHDP.Profissões SDL.(CartDP.XVI-5) 187.  
(186) – AUC.SDC.4,73: Prazo.  
(187) – AMAP.SDG1 (B-17.3.37) 334: Prazo.  
(188) – ADP.SM.SDP.24,113: Prazo.  
(189) – ADP.SM.SDP.24,115 v: Prazo.  
(190) – ADP.SM.SDP.24,119 v: Prazo.  
(191) – AMAP.SDG.1 (D-17.3.37) 129: Prazo.  
(192) – AMAP.SDG.1 (B-17.3.37) 229: Prazo.  
(193) – AMAP.SDG.1 (B-17.3.37) 261.265: Prazos.  
(194) – TT. Ms. Livraria 733, ed. ACP (Cart DPXVI-10) 83.  
(195) – TT.S.22.E.6. Azeitão, SD.-, 273: Contrato.  
(196) – TT.SDL.58,?: Contrato.  
(197) – TT.Comp.25.Maçõ 6, doc. n/ n; Docs. para Justiça.  
(198) – TT.SDL.58,49 v: Contrato.  
(199) – TT.SDL.56,102: Prazo.  
(200) – TT.SDL.56,106: Prazo.  
(201) – TT. Ms. Livraria 733, ed. ACP (CartDPXVI-10) 474, 14.  
(202) – TT. Comp. 1SSS 638,5: Escambo.  
(203) – HDS.P.II.L.VI.C.12, ed. 1866.IV,494.  
(204) – AUC.SDA (Miseric).34,44: Aforamento.  
(205) – AUC.SDA (Miseric).34,44,45 v: Prazos.  
(206) – TT. Bat. 2,68 v: Prazo.  
(207) – AUC.SDC.1,166: Prazo. Ou: Abreu?  
(208) – ADB. Matr. Ord. V,230.  
(209) – AUC.SDA (Miseric).28,16: Contrato.  
(210) – AUC.SDA (Miseric).28,7 v: Doação.  
(211) – AUC.SDA (Miseric).35,134: Aforamento.  
(212) – BME.Ms.192,39: Prazo.  
(213) – BME.Ms.192,284 v: Escambo.  
(214) – TT.S22.E.6. Azeitão SD.2,339: Escambo.  
(215) – AUC.SDA (Miseric).40,367: Testamento.  
(216) – AUC.SDA (Miseric).35,162: Quitação.  
(217) – AUC.SDA (Miseric).34,10: Renúnciação.  
(218) – AUC.SDA (Miseric).36,1: Aforamento.  
(219) – AUC.SDA (Miseric).34,21: Prazo.  
(220) – AUC.SDA (Miseric).34,17: Prazo.  
(221) – AUC.SDA (Miseric).36,12 v: Aforamento.  
(222) – TT. Ms. Livraria 773, ed. ACP(CartDP.XVI-10) 305,14.  
(223) – AUC.SDA (Miseric).38,?: Aforamento.  
(224) – TT. Comp.1.SDS.598,199 v: Contrato.  
(225) – TT. Comp.1SDS.599,79 v: Prazo.  
(226) – AUC.CST.Cx4, tresl. de 1712.VII,29.  
(227) – TT. Bat.2,132: Quitação.  
(228) – TT. Bat.2,160: Prazo.  
(229) – TT. Bat.2,154 v: Aforamento.  
(230) – TT. Bat.2,138 v: Aforamento.  
(231) – TT. Bat.2,162: Prazo.  
(232) – TT. Bat.2,146: Prazo.  
(233) – TT. Bat.2,41: Prazo.  
(234) – TT. Bat.2,156: Aforamento.  
(235) – TT. Bat.2,143 v: Prazo.  
(236) – TT. Bat.2,148: Prazo.  
(237) – AUC.SDS.2,123: Posse.  
(238) – AUC.SDA (Miseric).40,295: Treslado.  
(239) – TT. Comp.1.SDS.598,2 v: Posse.  
(240) – TT.CR.SDS.M.XVI,3: Posse.  
(241) – TT. Comp.1.SDS.598,253: Prazo.  
(242) – TT. Comp.25.SDS.11,42: Prazo.  
(243) – TT. Comp.25.SDS.11,37: Prazo.  
(244) – TT. Comp.25.SDS.11,40: Prazo.  
(245) – TT. Comp.25.SDS.11,46: Prazo.  
(246) – TT. Comp.1.SDS.599,220 v: Prazo.  
(247) – TT. Comp.25.SDS.1,52.  
(248) – TT. Comp.25.SDS.1,52: Prazo.  
(249) – TT. Comp.25.SDS.1,52.55: Prazos.  
(250) – TT. Ms. Livraria 733, ed. ACP(CartDP.XVI-10) 1.  
(251) – HSD.P.II.L.III.C.10, ed. 1866,I,261; P.III,L.VI,C.7, ed. cit. IV,476.  
(252) – TT.SDL.55,80,82: Prazo.  
(253) – TT.CR.SDS.M.XVI,3: Prazo.  
(254) – AUC.SDA (Miseric).38,226: Prazo.  
(255) – ASE. Matr. Ord. 5.III,55.  
(256) – BME.Ms.192,75: Permutação.  
(257) – ADP.SM.SDP.40,128: Prazo.  
(258) – BME.Ms.192,174: Obrigação.  
(259) – AHDP.Profissões de SDL, ed. CartDP.XVI-5,83.  
(260) – BME.Ms.192,2: Concerto.  
(261) – BME.Ms.192,119: Prazo.  
(262) – BME.Ms.192,26: Consentimento.  
(263) – BME.Ms.192,138 v: Declaração.  
(264) – BME.Ms.192,175 v: Prazo.  
(265) – BME.Ms.192,39: Prazo.  
(266) – TT.IR. Abrantes.SD.2,89: Prazo.  
(267) – TT.CR.SDS.M.XV,25: Prazo.  
(268) – TT.IR. Abrantes.SD.5,9: Arrendamento.  
(269) – AUC.SDA (Miseric).36,1: Aforamento.  
(270) – AUC.SDA (Miseric).39,17: Prazo.  
(271) – TT. Comp.1.SDS.597,220: Prazo.  
(272) – TT.SDL.55,109: Prazo.  
(273) – ADP.SM.SDP.33,42 v: Prazo.  
(274) – AUC.SDA (Miseric).35,62 v: Prazo.  
(275) – AUC.SDA (Miseric).35,98: Contrato.  
(276) – ADP.SM.SDP.38,35 v: Venda.  
(277) – ADP.SM.SDP.34,6 v: Prazo.  
(278) – ADP.SM.SDP.34,7 v: Prazo.  
(279) – AUC.SDA (Miseric).40,367: Testamento.  
(280) – HSD.P.II.L.III.c.9; ed. 1866.III,259.  
(281) – AUC.SDA (Miseric).1,31 v: Escritura.  
(282) – TT.SDL.55,53: Prazo.  
(283) – TT.SDL.55,50 v: Prazo.  
(284) – TT.SDL.55,51 v: Prazo.  
(285) – TT.SDL.55,1: Prazo.  
(286) – TT.SDL.55,5: Prazo.  
(287) – TT.SDL.55,6: Prazo.  
(288) – TT.SDL.55,8 v: Prazo.  
(289) – TT.SDL.55,10 v: Prazo.  
(290) – AUC.SDA (Miseric).1,31 v: Escritura.  
(291) – ADB. Matr. Ord. VI, cad.11,19 v.  
(292) – TT.S.22.E.6. Azeitão, SD.2,143: Prazo.  
(293) – TT.SDL.55,50: Prazo.  
(294) – TT.S.22.E.6. Azeitão, SD.2,13: Prazo.  
(295) – AUC.SDA (Miseric).1,31 v: Escritura.  
(296) – TT. Comp.1.SDS.600,163 v: Prazo.  
(297) – ADP.SM.SDP.38,1: Prazo.  
(298) – ADP.SM.SDP.33,1 v: Prazo.  
(299) – ADP.SM.SDP.38,2: Prazo.  
(300) – ADB. Matr. Ord. VIII, cad.5.f.15 v.  
(301) – ADP.SM.SDP.38,28: Prazo.  
(302) – ADP.SM.SDP.33,19: Prazo.  
(303) – ADP.SM.SDP.38,31: Prazo.  
(304) – ADP.SM.SDP.33,21: Prazo.  
(305) – ADP.SM.SDP.33,23: Prazo.  
(306) – ADP.SM.SDP.38,39: Prazo.  
(307) – ADP.SM.SDP.38,41 v: Prazo.  
(308) – ADP.SM.SDP.27,2: Prazo.  
(309) – ADP.SM.SDP.38,43 v: Contrato. Prazo.  
(310) – AUC.SDA (Miseric).35,54: Prazo.  
(311) – AUC.SDA (Miseric).35,66: Prazo.  
(312) – AUC.SDA (Miseric).35,62 v: Prazo.  
(313) – ADP.SM.SDP.40,132: Prazo.  
(314) – ADP.SM.SDP.38,49: Consentimento.  
(315) – ADP.SM.SDP.52,418: Prazo.  
(316) – ADP.SM.SDP.40,162: Prazo.  
(317) – AUC.SDA (Miseric).35,68: Prazo.  
(318) – ADP.SM.SDP.12,606: Prazo.

- (319) – ADP.SM.SDP.40,128: Prazo.  
(320) – ADP.SM.SDP.26,16: Prazo.  
(321) – AUC.SDA (Miseric).35,98: Contrato.  
(322) – AUC.SDA (Miseric).35,17: Contrato.  
(323) – AUC.SDA (Miseric).35,3: Prazo.  
(324) – AUC.SDA (Miseric).34,64: Prazo.  
(325) – ADP.SM.SDP.24,174: Prazo.  
(326) – TT.SDL.56,87: Prazo.  
(327) – ADP.SM.SDP.24,168 v: Prazo.  
(328) – ADP.SM.SDP.24,172: Prazo.  
(329) – TT.SDL.55,51 v: Prazo.  
(330) – AUC.SDA (Miseric).34,64: Prazo.  
(331) – TT. Bat. 4,226: Prazo.  
(332) – TT. Bat. 2,8: Prazo.  
(333) – TT. Bat. 2,5: Prazo.  
(334) – TT. Bat. 2,1,258: Prazo.  
(335) – TT. Bat. 2,18: Prazo.  
(336) – TT. Bat. 2,10 v: Prazo.  
(337) – TT. Bat. 2,8: Aforamento.  
(338) – TT. Bat. 2,6: Prazo.  
(339) – TT. Bat. 2,3 v: Prazo.  
(340) – TT. Bat. 2,12: Prazo.  
(341) – TT. Bat. 2,13: Arrendamento.  
(342) – TT. Bat. 2,13 v: Contrato.  
(343) – TT. Bat. 2,17: Avença.  
(344) – TT. Bat. 2,9: Prazo.  
(345) – TT. Bat. 2,21 v: Prazo.  
(346) – TT. Bat. 2,14 v. 16 v: Prazos.  
(347) – AHDP. Profissões SDL, ed. CartDP-XVI-5,7,8,9.  
(348) – TT.SDL.55,55 v: Prazo.  
(349) – TT.SDL.55,16: Prazo.  
(350) – TT.SDL.55,57: Prazo.  
(351) – TT.SDL.55,59: Prazo.  
(352) – TT.SDL.55,63: Prazo.  
(353) – TT.SDL.55,64 v. 66 v: Prazos.  
(354) – TT.SDL.55,68 v: Prazo.  
(355) – TT.SDL.55,17 v: Prazo.  
(356) – TT.SDL.55,74 v: Prazo.  
(357) – ADP.SM.SDP.37,56: Prazo.  
(358) – TT.CR.SDS.M.XIV,34: Venda.  
(359) – TT.SDL.55,77: Prazo.  
(360) – TT.SDL.55,12: Prazo.  
(361) – TT. Comp.1.SDS.597,20 v: Prazo.  
(362) – TT. Comp.1.SDS.600,75 v: Prazo.  
(363) – AUC.CST. Cx.1: Prazo; SDC.1,3: Prazo; SDC.12,190: Prazo.  
(364) – ADB. Matr. Ord. VIII, cader. 11, f.41.  
(365) – AUC.SDA (Miseric).35,60 v: Prazo.  
(366) – AUC.SDA (Miseric).35,64: Prazo.  
(367) – AUC.SDA (Miseric).35,66: Prazo.  
(368) – AUC.SDA (Miseric).35,62 V: Prazo.  
(369) – AUC.SDA (Miseric).1,41 v: Concerto.  
(370) – AUC.SDA (Miseric).35,58 v: Prazo.  
(371) – TT.CR.SDS.M.XV,5: Contrato; TT. Comp.1.SDS.601,116: Contrato.  
(372) – ASE. Matr. Ord.V.5.III,81 v.  
(373) – AUC.SDA (Miseric).35,68: Prazo.  
(374) – TT.CR.SDS.M.XV,8: Prazo.  
(375) – TT. Comp.1.SDS.589,86: Prazo.  
(376) – TT.CR.SDS.M.XV,17: Prazo.  
(377) – AUC.SDS.1,99 v: Prazo.  
(378) – AUC.SDS.34,148: Posse.  
(379) – ADP.SM.SDP.24,104 v: Procuração.  
(380) – ADP.SM.SDP.24,88: Prazo.  
(381) – ADP.SM.SDP.24,94: Prazo.  
(382) – ADP.SM. Ancede.50,42 v: Procuração.  
(383) – HSD.P.II,L.III,C.9, ed.1866, III,258.  
(384) – TT.SDL.55,10 v: Prazo.  
(385) – TT.SDL.55,54: Prazo.  
(386) – TT. Comp.1.SDS.598,81 v: Prazo; 598,83: Escambo.  
(387) – TT. Comp.1.SDS.600,67: Prazo.  
(388) – TT. Comp.1.SDS.597,220: Prazo.  
(389) – ADP.SM.SDP.38,1: Prazo.  
(390) – ADP.SM.SDP.33,1 v: Prazo.  
(391) – ADP.SM.SDP.38,1: Prazo.  
(392) – TT.S.22.E.6. Azeitão, SD.2,36 v: Prazo.  
(393) – TT.S.22.E.6. Azeitão, SD.2,99 v: Tratado.  
(394) – TT.S.22.E.6. Azeitão, SD.2,33: Contrato.  
(395) – TT.S.22.E.6. Azeitão, SD.2,34: Prazo.  
(396) – TT.S.22.E.6. Azeitão, SD.2,38 v: Prazo.  
(397) – TT.S.22.E.6. Azeitão, SD.2,40 v: Prazo.

bibRIA

# Formação da Ria e Povoamento da Região de Aveiro

*Palavras proferidas na freguesia da Gafanha da Encarnação pelo Padre João Gonçalves Gaspar*

Começo por afirmar que me sinto feliz por me encontrar no meio de vós, para nos entretermos a adivinhar um pouco e a recordar alguma coisa sobre a pré-história e a história da nossa região e das vossas Terras; penso que será útil para todos. Também me cumpre agradecer às pessoas que possibilitaram esta nossa comunicação de conhecimentos; embora modesta, por minha parte, é uma iniciativa de índole cultural.

Para não me demorar num longo preâmbulo, direi desde já que o tema geral — «Formação da ria e povoamento da região de Aveiro» — será parcelado em diversas alíneas: — Formação da ria e da zona envolvente; Porto de Aveiro; Nome da Gafanha; Povoamento.

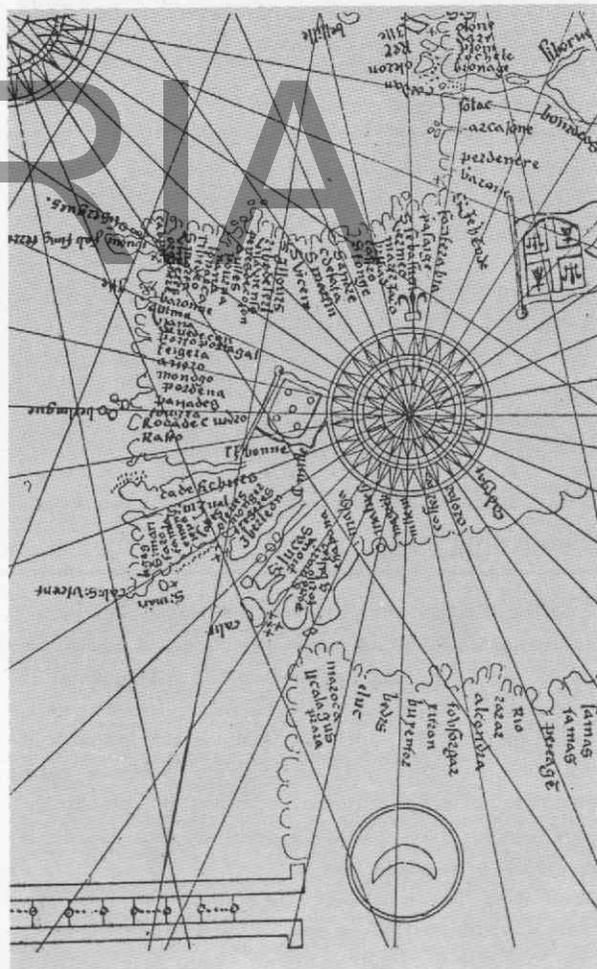
## A — FORMAÇÃO DA RIA E DA ZONA ENVOLVENTE

Em Aveiro — e em toda a zona litoral que a envolve — o substracto natural sofreu uma evolução mais ou menos recente, que foi delimitando a costa marítima e a ria com linhas muito diversas das que existiam há milhares de anos. Aventa-se hoje a hipótese de que, cerca de 18.000 anos antes de Cristo, o mar encontrar-se-ia a cento e trinta metros abaixo do seu nível actual, estando descoberta a maior parte da plataforma continental dos nossos dias, que formaria então uma vasta planície, cortada por alguns rios e rica de vegetação selvagem. Nos milénios seguintes, em virtude do degelo dos grandes glaciares pelo aquecimento do clima, ter-se-ia dado a subida do nível do mar: primeiro, rápida, numa progressão de cerca de oito milímetros por ano; depois, a partir de 5.000 anos antes de Cristo, mais vagarosa. No ano 2.000, o nível das águas já se encontraria próximo do actual.

Em vista de semelhante fenómeno, o oceano avançou uns quarenta quilómetros; entre Gaia e o Cabo Mondego ficou, porém, uma baía, onde desaguavam os rios Caster, Antuã e Boco, além de várias ribeiras. Os rios Vouga, Águeda e Cértima iam ter a um largo e comprido braço de mar que, desde Angeja e Cacia, avançava até ao Marnel, em Lamas do Vouga. Simultaneamente,

iniciara-se e continuava o processo de aluvião e assoreamento, que levaria à regressão do mar e à configuração da costa dos nossos dias.

Pela leitura de documentos do século X, pode facilmente concluir-se que, nesta ocasião, ainda a costa



Portulano do final do século XIV, registando já o nome de Aveiro (AUERO), entre as povoações do litoral português. — Cf. Atlas do Visconde de Santarém, fl. 36

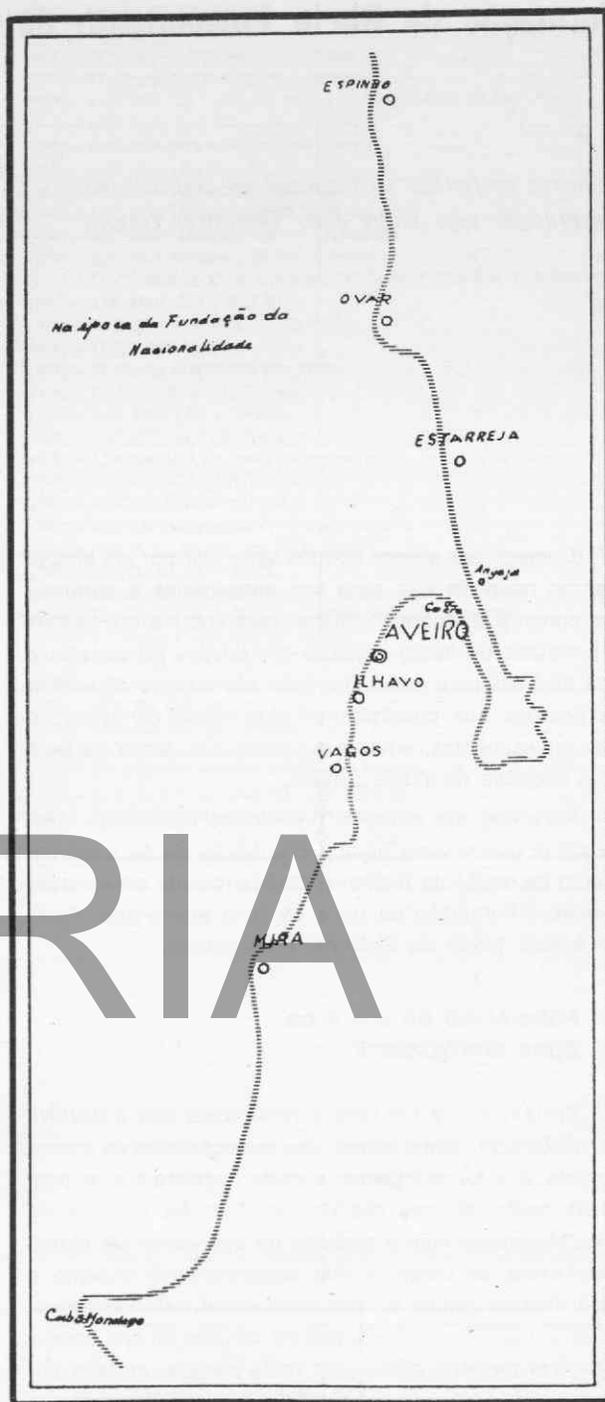
mantinha a forma de uma comprida baía, onde continuava a salientar-se, entre diversos braços de mar, o que se prolongava até ao Marnel. É mesmo de presumir que a linha do litoral tenha continuado numa posição média constante entre os anos 2.000 antes de Cristo e 1.000 depois de Cristo. Contudo, não parou a sedimentação no fundo da baía e dos seus diversos canais; estavam mesmo em formação dois grandes cabedelos: um a norte, onde viriam a fixar-se, desde Gaia, as povoações de Espinho, Ovar e Murtosa; e outro a sul, onde hoje se encontram as Gafanhas e as terras vizinhas de Vagos e Mira até ao Cabo Mondego. E, se os dois cabos de areia não se ligaram, apesar da sua emersão e prolongamento graduais, isso ficou a dever-se ao fluxo e refluxo das marés e às correntes fluviais que vinham da região do Vouga.

Posteriormente, começaria a desenvolver-se um novo cordão litoral, que viria a tornar quase rectilínea a costa entre Gaia e o Cabo Mondego; a corrente marítima, de norte para sul, e as forças eólicas transportavam areias, que fizeram crescer essa extensa restinga no sentido do comprimento, isolando assim, pouco a pouco, um pedaço de mar que estagnava entre ela e a costa anterior. Formaram-se também bancos de areia na baía, que viriam a originar as ilhas da Testada, da Murraceira, dos Ovos, da Tranqueira, do Monte Farinha e outras — algumas delas já referenciadas no século XV.

No interior, uma densa mata florestal era ladeada por velhas povoações, como Soza, Ouca, Romão, Cantanhede, Arcos, Avelãs, Águeda, Eixo, Esqueira e Aveiro; com o andar dos tempos, tais localidades foram-se ligando entre si por diversas vias de comunicação, embora rudimentares, sendo de referir a carreteira que de Coimbra se dirigia a Aveiro, passando por Cantanhede e Mâmoa Rasa (hoje, Mamarrosa), e ainda aquela que, cruzando com a anterior no sítio da actual Palhaça, ia de Soza para Águeda. Tais caminhos, se serviam para a deslocação das pessoas, eram também aberturas nos matagais e ocasionariam o aparecimento de novas aldeias.

## B — PORTO DE AVEIRO

As vicissitudes de Aveiro e da sua região têm estado sobremaneira ligadas às condições da nossa barra; por isso, até podemos acompanhar o índice populacional de Aveiro — vila e cidade — pelas flutuações na localização da referida barra. Assim, por 1200, estando em formação a nova linha da costa pelo depósito de areias, a barra achava-se na actual Torreira; nos fins do século XV, encontrava-se quase obstruída perto de São Jacinto, e uma peste, ocasionada pela estagnação das águas, dizia-mo Aveiro, que se via reduzida a cerca de 3.000 habitantes; à volta de 1530, a barra estava fixada na Costa Nova do Prado e os habitantes de Aveiro ascenderam a uma cifra jamais atingida até então. Era tal o progresso que, em 1572, a população alcançava o número total aproximado de 13.000 habitantes.



O litoral entre Espinho e o Cabo Mondego, na época da fundação da Nacionalidade.

Dada a situação favorável do estado da barra, o elevado e progressivo índice comercial e marítimo tornou-se por demais evidente, neste século XVI. «Assim como Lisboa se converteu num dos primeiros portos do mundo — escreveu Marques Gomes — do mesmo modo Aveiro se transformou num dos melhores de Portugal»; porque o comércio nesta época foi «a única causa do seu esplendor, tal era o número de navios que vinham buscar sal das suas marinhas e os que ela possuía com destino à pesca do bacalhau no banco da Terra Nova».

E o mesmo autor compara estatisticamente: — «De Lisboa, com destino à Índia, saíram, desde 1522 a 1557, 228 naus e 20 caravelas; e de Aveiro, para diferentes portos, saíram mais de 150».

Apenas dois exemplos:

Por um documento que regista o pagamento dos direitos de ancoragem em Arnhemuiden, anteporto de Midelburgo, na província holandesa da Zelândia, sabe-se que, em 1544, de 6 de Junho a 12 de Dezembro, aí aportaram oito embarcações cujos mestres — Jorge Fernandes, Pedro Fernandes, Pedro Jorge, Mateus Fernandes e André Dias — eram de naturalidade aveirense. Não foram muitos; contudo, cerca de quinze anos antes, Aveiro ocupava o primeiro lugar entre os 208 barcos portugueses que aí ancoraram: 44 de Aveiro, 34 de Viana do Castelo, 33 de Vila do Conde, 17 de Setúbal, 16 de Lisboa, 12 do Porto e 7 de Faro.

E, por um rol de 1552, conclui-se que o porto de Aveiro armava navios de pequena tonelagem, não só para a pesca do bacalhau, mas também para o transporte de mercadorias de e para a Irlanda, a Inglaterra, a Flandres, a Galiza e as Ilhas; aí se enumeram 36 naus e navios e 34 caravelas, com uma tonelagem total de 5.100 tonéis ou toneladas.

Tornava-se fácil que, em virtude deste assombroso movimento portuário, nos estaleiros de Aveiro se construíssem navios de diversos tamanhos, mesmo de alto bordo; era uma indústria que necessariamente cresceria na medida da procura e se aperfeiçoaria cada vez mais.

Todavia, um tempestuoso inverno, em 1575, concorreu para a decadência comercial de Aveiro. Quase obstruída a barra, a nossa navegação teve de se reduzir a pequenas embarcações. Por outra parte, a pesca e sobretudo a produção do sal foram prejudicadas pela dificuldade na entrada da água do mar e pela retenção da água doce.

Posteriormente, nos meados do século XVII, a barra, semi-entulhada, encontrava-se na Vagueira e, em 1756, caminhava ainda mais para sul, para perto do limite do concelho de Mira, e Aveiro voltava a decrescer para cerca de 10.000 habitantes, e até, para cerca de 7.000 em 1774, senão mesmo para 4.000 ao findar do século XVIII. Era o retrocesso progressivo numa região.

Entretanto, sucessivas representações foram entregues ao Governo com vista a que este desse remédio a tão deplorável situação. É que os aveirenses sabiam — e todos nós sabemos — que o estado da barra concorria para a vida, o desenvolvimento e a liberdade da nossa terra. El-Rei D. José I, em 27 de Maio de 1756, atendendo à pretensão de D. José de Mascarenhas, duque de Aveiro, e às reclamações dos nossos antepassados, resolveu criar a Superintendência da Barra e lançar o imposto real para ser pago por todas as Câmaras da Comarca de Esgueira, a fim de se custearem as despesas com a abertura de uma nova barra em São Jacinto.

Os trabalhos não se puderam então fazer, devido a uma grande cheia: as ilhas e as salinas da ria, os campos do Baixo-Vouga e os bairros chãos de Aveiro

ficaram inundados por muito tempo, em virtude da grossa enchente de 26 de Novembro a 8 de Dezembro de 1757; as águas represadas causaram enormes danos. Buscando remédio para a situação, o capitão-mor de Ílhavo, que era o aveirense João de Sousa Ribeiro da Silveira, foi autorizado a abrir à sua custa um regueirão na areia, onde antes, na Vagueira, tinha estado a barra; a obra ficou pronta em 8 de Dezembro de 1758, passando as grandes embarcações a chegar a Aveiro, o que aumentou o tráfego. Mas tudo isto se tornaria muito precário...

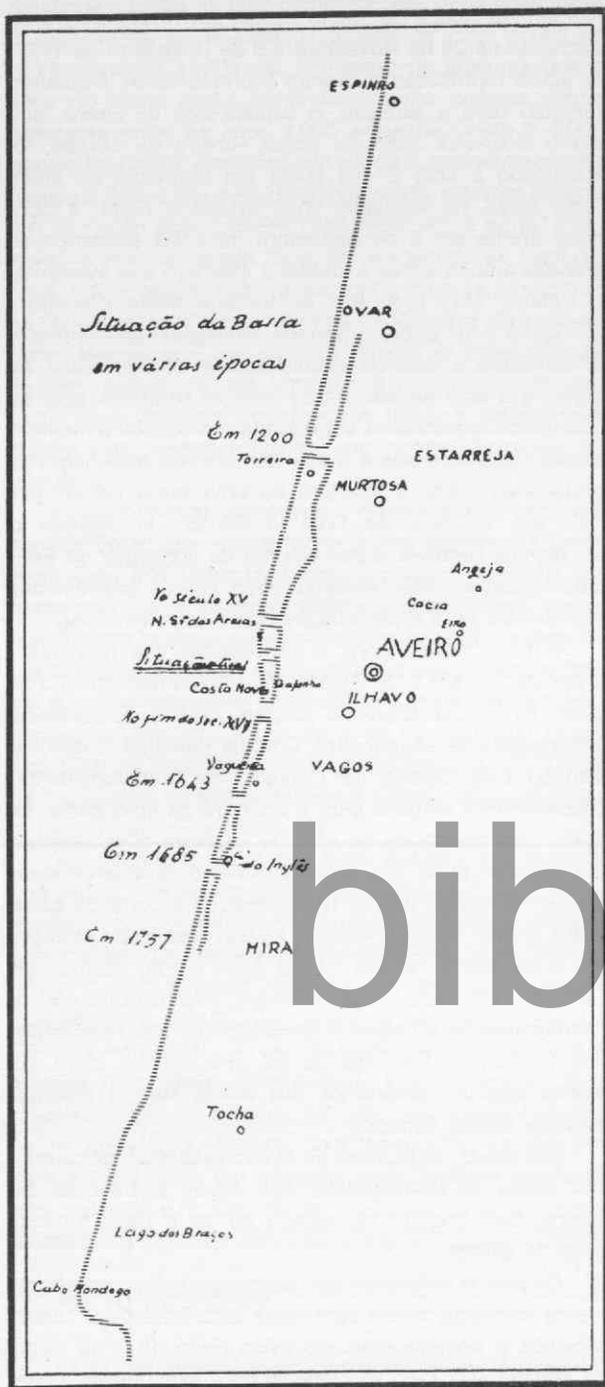
Doze anos após, o Senado Municipal representou a El-Rei sobre a falta de estabilidade e de segurança da barra; e a este pedido outros mais se seguiram, pois os infortúnios ocasionados sobressaltavam constantemente a região. Os aveirenses e a sua Câmara não desistiam das pretensões sobre a abertura de uma barra capaz; por isso, em 16 Abril de 1794, a Câmara encarregou o Dr. Manuel Joaquim Lopes Negrão de conseguir do Príncipe Regente — mais tarde D. João VI — as providências necessárias para a efectivação das desejadas obras.

Ante a miséria geral e as doenças que dizimavam a população, em 2 de Janeiro de 1802 o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, depois Conde de Olivares, encarregava os engenheiros Coronel Reinaldo Oudinot e Capitão Luís Gomes de Carvalho de, separadamente, procederem a estudos para a abertura da nova barra, os quais logo desistiram do sítio da Vagueira e escolheram um outro perto de São Jacinto, próximo da anterior localização no século XVI, a 17.600 metros a norte da barra velha. O Eng. Oudinot enviaria ao Governo o seu projecto em 6 de Março; e, em 17 de Abril, o Eng. Gomes de Carvalho remeteria a sua «Memória descritiva ou notícia circunstanciada do plano e processo dos efectivos trabalhos hidráulicos empregados na abertura da barra de Aveiro segundo ordens de Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor».

Entretanto, os homens de Aveiro estavam impacientes por causa da insalubridade das águas pantanosas da laguna, pelo prejuízo no fabrico do sal e pelas inundações da cidade.

Os planos definitivos dos dois engenheiros, essencialmente idênticos, foram aprovados pelo Príncipe D. João; recebida a comunicação em aviso régio de 5 de Julho do mesmo ano, logo se começaram a executar os trabalhos. Para maior facilidade da obra, fora mesmo ordenada a demolição das antigas muralhas de Aveiro, que ameaçavam ruína, cuja pedra foi aplicada na barra; diríamos hoje que foi esta uma triste decisão que a urgência e as condições do tempo obrigaram a tomar.

Após porfiados esforços, não sem graves desgostos e contrariedades, às sete horas da tarde do dia 3 de Abril de 1808 abriu-se finalmente a barra nova, facto de excepcional importância para o futuro de Aveiro e de toda a sua região. Do acontecimento lavrou-se um auto, que tem a data de 15 de Abril e foi subscrito por Miguel Joaquim Pereira da Silva; depois de referir os trabalhos preparatórios e a maneira como se fez o rompimento da duna de areia, prossegue o documento: — «As águas que



Situação da barra de Aveiro em várias épocas

cobriam as ruas da praça, desta cidade, os bairros do Albói e da Praia, abaixaram três palmos de altura dentro de vinte e quatro horas e outro tanto em o seguinte espaço, e em menos de três dias já não havia água pelas ruas (...) e toda a cidade ficou respirando melhor ar por estas providências com que o Céu se dignou socorrê-la e a seus habitantes com esta grande obra da barra».

Assim ficou estabilizada a barra, depois sucessivamente melhorada com outras obras e com a construção do porto marítimo, até aos nossos dias. Desde 1931 até 1936, lançaram-se os primeiros molhes de defesa;

todavia, intensificado o tráfico de barcos de pesca longinqua e costeira, houve necessidade de efectuar novos trabalhos de dragagem e abrigo, de dotar o porto com diversos cais acostáveis e com diversas infra-estruturas. Em 1958, deram-se por concluídos os actuais molhes, mais avançados, que protegem a barra e que a tornaram capaz de oferecer condições de utilização franca e quase permanente para o movimento de um porto apto a servir as actividades económicas fixadas nas margens da ria e nas suas redondezas. Desde então, o porto de Aveiro tomou uma nova feição e o índice da sua evolução não deixou de crescer. Presentemente, já não deve ser encarado como um porto de carácter regional restrito, mas sim de utilidade para zonas territoriais mais vastas... senão mesmo de interesse para Espanha e para a Europa Central; por isso, os vultosos trabalhos que presentemente decorrem farão dele um porto de grande nível.

### C – NOME DE GAFANHA

Uma questão que não deixa de espreitar a nossa curiosidade é, outrossim, a de saber a origem das palavras, designadamente os nomes de pessoas e de povoações e o que eles radicalmente significam. Tantos e tantos antropónimos, se fossem bem entendidos e bem assimilados, indicariam, só por si, programas para toda a vida.

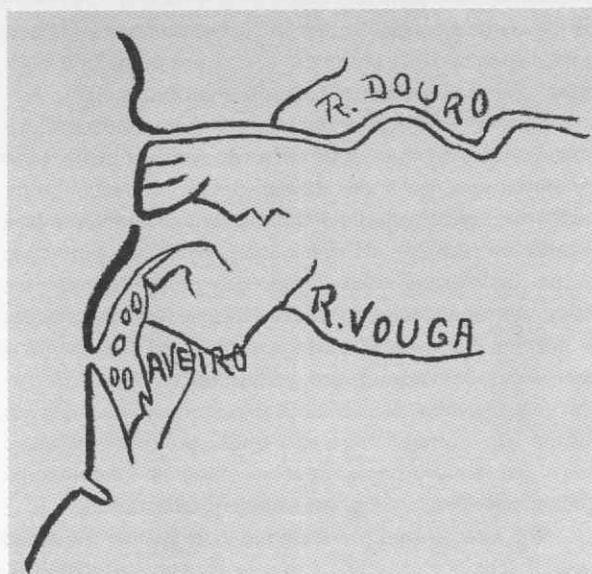
Aquí, no decorrer do tema a que me propus, decidi debruçar-me agora sobre o significado da palavra **Gafanha** e sobre o porquê da sua primitiva e secular aplicação a esta extensa zona chã, senão mesmo pantanosa, à beira do mar e da ria.

1. O Padre João Vieira Resende, que faleceu em 1959, com 78 anos, e foi pároco da Gafanha da Encarnação desde 1928 até 1948, escreveu um livro precioso para o conhecimento destas terras e da sua história, a que deu o título de **Monografia da Gafanha**; esse livro foi publicado, em primeira edição, no ano de 1938 e, numa segunda edição, «correcta e aumentada», em 1944. Extraímos dele as seguintes palavras:

— «As areias, que primitivamente marginavam a ria e que os ventos arrastavam, pouco a pouco foram-se fixando, devido à acção dos lodos que as marés nas preias-mares nelas depositavam. A terraplanagem exercida pelos ventos sobre as areias e a sua fixação feita pela humidade das águas e pelos lodos arrastados pelas marés começaram a preparar o campo, a princípio pantanoso, mas que desde logo permitiu que germinassem as primícias da exuberante vegetação, que constitui agora a fertilíssima campina das Gafanhas. A princípio, porém, os pauis marginaes à ria, apenas eram revestidos aqui e acolá por alguns juncos e fenos, muito raquiticos, devido à inundaçào das águas e pobreza dos terrenos. Mais ao largo existiam também pinheiros tortos e encarquilhados, devido às mesmas causas.

Os lodos, lentamente acumulados sobre os terrenos palustres, tornavam-se necessariamente mais compactos e férteis, facilitando assim o seu enxugamento e consequen-

temente o alargamento da gleba, já rica de húmus, para o desenvolvimento do junco. Desde então começou a ser cobiçada e explorada a riqueza deste tesouro encoberto, que os homens tão tardiamente, ainda agora, andam a explorar. Começou, pois, a actual flora e vegetação desta região pelo junco, **gramata**, fenos e pinheiros. O terreno pantanoso marginal à ria era impotente para produzir



A laguna segundo o mapa de Alvares Seco, 1560. Não existia o braço de Mira.

mais, mas já representava uma riqueza apreciável, sobretudo para as classes pobres. Se o movimento marítimo da ria, feito por navios, era intermitente devido à inconsistência da barra, outro tanto não acontecia com as embarcações de pequena cabotagem, que a cruzavam em todos os sentidos, exercendo uma vasta função mercantil de alta importância. O sal, o peixe, o moliço vadeavam constantemente a vasta laguna do Vouga, levando aos esteiros da periferia um manancial de riqueza, que alastrava e abastecia povoações bastante distanciadas.

Também coube a vez ao junco, e nos esteiros de Estarreja, Cacia, Aradas, Ílhavo e Vagos, mobilizavam-se verdadeiras flotilhas para o transporte da cobiçada planta. E então era ver os lavradores, na estação própria, a apetrechar os seus barcos com todas as alfaias agrícolas e marítimas para o corte ou roça do junco. Entre estas alfaias a principal era a gadanha, com que cortavam, roçavam ou gadanhavam — é o termo — o junco. Nas suas viagens à praia do junco, é de presumir que as tripulações dos barcos se combinassem, como ainda hoje fazem, para ir ao dito junco, às diversas ilhas do formoso delta vouguense. Fixado o dia para a ceifa do junco, lá iam de gadanha às costas a caminho dos esteiros e das ribeiras, onde os barcos empavesados e elegantes esperavam os donos e a maré para a viagem de condução. E todos a postos, de camisa de estopa e ceroula curta, sobre a proa, lá iriam gritando no seu alarido característico das gentes da beira-mar: — Vamos lá, vamos lá

com Deus **gadanhar** à praia do junco, que, depois de beneficiar os nossos gados nas noites frias de inverno, irá fecundar os nossos campos, esterilizados pelas últimas colheitas. E este **gadanhar** (cortar com a gadanha) repetia-se cem, mil vezes pelo longo perpassar dos tempos. É natural, porém, que a repetição da palavra, combinada com a tendência imanente dos povos para corromper ou deturpar frases ou palavras, arrastasse aqueles povos iletrados, por uma comodidade, ou por um capricho, ou por tendência, a substituir no vocábulo **gadanhar** o D por F. Deu-se aqui a troca de letras como muitas vezes acontece com certas palavras. É assim que ouvimos dizer **fruta** por flauta, **prantar** por plantar, **sentto** por sinto, **pansamento** por pensamento. É a aplicação da figura sintaxe — antítese.

E aqueles povos, no decorrer dos tempos, ou por corrupção, ou por comodidade, ou por simples capricho, ou por «snobismo» — como acontece em casos idênticos — ou por qualquer outro motivo, deixaram de usar a frase **vamos gadanhar**, para a substituírem por estouta **vamos gafanhar**. e tantas vezes se repetiu o **vamos gafanhar** (por **vamos gadanhar**) que com o tempo, por comodidade ou brevidade, já não se dizia **vamos gafanhar**, mas sim **vamos à gafanha**, como se se dissesse **vamos à gafanha do junco** por **vamos à gadanha** (gadanhagem, corte) **do junco**. E aqueles lavradores continuariam a ir à praia ao corte, à ceifa, à gadanhagem, à gadanha, à **Gafanha** do junco. E mais tarde já não iriam só à **Gafanha** ao junco; iriam também à **Gafanha** para outros labores das suas agitadas ocupações. Manuel das Neves, que por muito tempo, ensinou a ler, escrever e contar na Gafanha da Encarnação, onde faleceu em 1927, com 83 anos de idade, contava que, quando menino, vinham por aqui, com frequência, umas mulherzinhas cortar e apanhar feno e junco que levavam para as suas terras e que, a esta acção de cortar com o foicinho, aplicavam o termo de **gafanhar**. Note-se **gafanhar** e não **gafanhar** (...)

A Gafanha, pois já não era uma acção; era a denominação desse extenso território areento, estéril, **separado do mundo**, e que o braço do homem fecundou e tornou rico. E eis como uma alfaia agrícola — a gadanha — na sua aplicação da ceifa, e com a simples troca de uma letra, apadrinhou em tão boa hora aquela região, que agora é um manancial inexaurível de riquezas. A gadanha tem, pois, uma formosa e rica afilhada. É a Gafanha». (1.<sup>a</sup> edição, pgs. 13-15; 2.<sup>a</sup> edição, pgs. 10-12).

O Padre Vieira Resende não apresenta outros exemplos iguais ou semelhantes em que o processo semântico tivesse evoluído da mesma forma e, pelo muito repetir e repisar, parece não estar seguro daquilo que afirma. É natural, no campo das suposições. A sua explicação, porém, é uma das várias hipóteses que tentam responder a esta questão.

2. Uma outra suposta etimologia de Gafanha é aquela de que nos dá conta Pinho Leal no III Volume do seu «Portugal Antigo e Moderno», editado em 1874, basean-

do-se precariamente num **diz-se**: — «Dizem alguns que o seu nome provém de **gafar** (palavra árabe), tributo que se paga pela passagem de um rio, em barca ou ponte do Estado, porque aqui havia já antigamente uma ponte de madeira para a comunicação com a terra do E. e N. do esteiro; vinha então a ser **lugar onde se paga o gafar** (ou ao qual se não pode ir sem pagar o **gafar**)».

Seguindo de perto Pinho Leal, também Américo Costa, no VI Volume do «Dicionário Chorográfico de Portugal Continental e Insular», editado em 1938, apontou a mesma etimologia.

3. Uma terceira hipótese é a que faz derivar a palavra Gafanha do radical **gaf**. Esta região arenosa seria, em séculos passados, uma zona onde se deixariam ou abandonariam — não para os curar mas quiçá para os deixar morrer num clima agreste, húmido e insalubre — os doentes que infelizmente houvessem contraído a terrível moléstia da gafa ou da lepra; a Gafanha seria por isso uma terra de gafos. O referido Pinho Leal — também seguido por Américo Costa — escreveu: — «Parece que a primeira povoação que aqui houve foi um hospital de gafos, que lhe deu o nome»; mas este autor logo se

inclina para a versão anterior, pois — diz ele — «os antigos portugueses denominavam **gafaria** (e não **gafanha**) ao hospital dos gafos». E eu acrescento, perguntando: — Como é que se compreende que a caridade cristã medieval, nesses tempos em que até havia instituições para tratarem os referidos doentes, poderia consentir que tais pessoas, tão carecidas de cuidados, de carinho e de amor evangélico, fossem desamparadas nos infundos areais incultos ou nos pântanos doentios e enclausuradas entre os canais da ria, sem o mínimo conforto para viver? Seria uma desumanidade, um crime social, um purgatório doloroso... para não dizer um inferno antecipado.

Além disso, não se encontrou até agora qualquer fonte histórica que demonstre tal asserção; em nenhuma parte se afirma que nas areias da ria se «depositavam» gafos, tanto mais que havia no País hospitais próprios, onde a vida era aceitável e até privilegiada, mercê da protecção e dos recursos advindos de sucessivos legados régios e de outras doações. Conhecem-se as principais gafarias: o hospital de S. Lázaro em Lisboa e os de Coimbra, Guimarães, Santarém, Évora, Lafões, Leiria, Óbidos, Torres Novas e Odivelas. No século XVI, a lepra foi considerada extinta em Portugal; passado muito tempo, voltando a surgir um número considerável de doentes, fundou-se na Tocha, em 1947, o Hospital-Colónia Rovisco Pais.

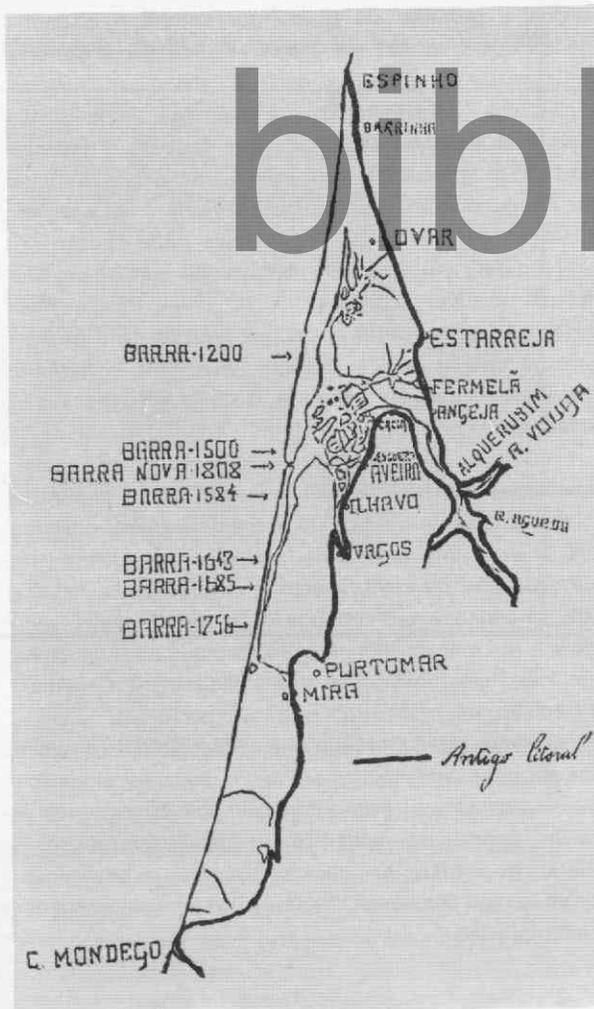
Pelo que se refere à Gafanha, não vamos nós supor que os colonos do Conde de Aveiras, no século XVII, eram portadores da nefasta doença; isso não se coadunaria com a robustez necessária aos homens e às mulheres que desejavam agricultar as areias e mourear na ria.

4. O Dr. Joaquim Tavares da Silveira, notário-advogado, natural do lugar da Fogueira, da freguesia de Sangalhos, em carta que, em 1942, dirigiu ao Padre João Vieira Resende e que este publicou na segunda edição da **Monografia da Gafanha**, escreveu, dando a sua opinião sobre o assunto:

— «Não possuo referências antigas ao nome (da Gafanha). Num documento de 1758 chamava-se-lhe, porém, **Gafanha**, atribuindo-se a toda a região, que tem mais de cem quilómetros quadrados de superfície, apenas catorze vizinhos ou fogos e cento e quarenta pessoas de sacramento! Esta interessante forma **Gafanha** leva-me naturalmente a relacionar esse nome com o adjectivo **gafenho**, também pronunciado **gafanho**, que existe na língua (a par dos sinónimos **gafento** e **gafeirento**) para significar **gafado**, doente de gafeira. (...)

Sabe-se que uma das consequências da gafeira, ou seja a lepra, doença tão horrorosa nas pessoas como nos animais, é fazer cair o pelo, tornando a pele nua, seca, ronha e deixando apenas aqui e ali (quando deixa...) um ou outro tufozito de fios sem vigor. Na espécie humana recurva e encalvinha os dedos das mãos (e às vezes dos pés) que ficam hirtos e enganchados.

Ora, a vegetação, que é o pelo da terra, desapareceu por completo da Gafanha, ou mal se notava nuns raros pinheiritos tortos e enfezados da sua parte norte. Era uma região árida, estéril, parecendo **gafada** (gafenha) e maldita



O antigo litoral entre Espinho e o Cabo Mondego, segundo a carta geológica de Delgado e Choffat. Posições da barra desde 1200 até 1756.

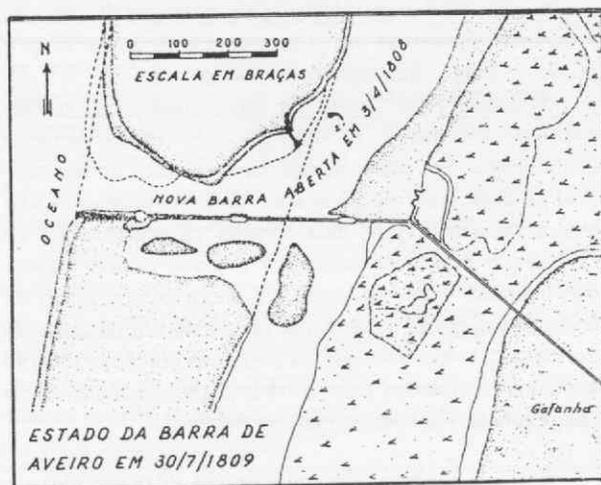
por Deus. Uma metáfora tirada daquele triste espectáculo dos indivíduos leprosos (principalmente do glabrisimo da pele, semelhante à superfície calva das areias, e também talvez do recurvamento rígido dos dedos, de que os pinheiros contorcidos davam ideia) deve, a meu ver, ter dado origem ao nome da **Gafanha» (Monografia da Gafanha, 2.ª edição, pgs. 13-14, nota).**

Pelo étimo original a que se reporta, O Dr. Joaquim da Silveira — como vemos — não se afasta da hipótese anterior — dando-lhe embora outra explicação.

5. Pinho Leal, que — repito — escreveu em 1874, no propósito de explicar a origem da palavra Gafanha, transmite-nos ainda um certo boato, que não vi subscrito por mais alguém, mas que ele terá recolhido nesta região, como era seu costume: — «Ainda há outra versão — escreve; é que uma infeliz mulher que tinha morfeia, vendo-se desprezada de todos (que fugiam dela com horror), viera habitar, só, para este sítio, que dela tomou o nome, pois os de Aveiro lhe chamavam a **Gafanha».**

Desconheço o fundamento desta suposição, transmitida pelo célebre corógrafo; todavia, aqui também a anoto, com a finalidade de não a deixar em claro.

6. O Prof. Doutor José Leite de Vasconcelos, no III Volume da «Etnografia Portuguesa», conclui que a palavra **Gafanha** «seria, na origem, um nome zoológico ou aparentado biológica e metaforicamente com o gafanhoto», depois de escrever: — «Tratando-se da etimologia de **gafanhoto**, escreve Gonçalves Viana (**Apostilhas aos dicionários**», I, 489) que tal palavra tem aspecto de diminutivo (cf. **perdigoto**), a que corresponde o aumentativo de **gafanhão** (gafanhoto grande), e supõe que devemos admitir como palavra primitiva **gafanho** ou **gafanha**; a primeira não a pôde abonar, ao passo que a segunda a abona com o nome da nossa sub-região, e alega paralelos na toponímia, a saber, **Gafanhão** (em Castro Daire) e **Gafanhoeira** (em Arraiolos e Évora). Pela minha parte — continua Leite de Vasconcelos — adi-



Planta da barra de Aveiro em 1809

ciono **Gafanhas** (no Redondo) e **Gafanhoeiras** (em Reguengos de Monsaraz). Julgo muito sensata a explicação apresentada pelo nosso grande filólogo — prossegue — ao contrário de outras que se têm proposto; a ela me inclino e direi em seu apoio mais o seguinte: que **Gafanha** era na origem nome comum prova-o o receber o artigo definido (a Gafanha)». (pgs. 331-332).

Eis aqui a opinião de um célebre erudito, publicada em 1941.

7. O Padre Manuel Maria Carlos, natural da Nazaré, que também se tem debruçado sobre este difícil problema, escrevendo no mensário «Timoneiro», de Setembro/Outubro de 1980, fez derivar a palavra **Gafanha** de **Gafânia**, como «mania» deu manha, ou «cicónia» deu cegonha, ou «sómniu» deu sonho, ou «Britânia» deu Bretanha, ou ainda «Alemânia» deu Alemanha; Gafânia, por sua vez, teria provindo semanticamente de **gafano**. Gafano seria o homem destas terras que se sentia ou estava gafado, isto é, agarrado ou submetido pela doença ou por outras razões, mesmo de Justiça, e impedido de se deslocar para fora, sem que previamente pagasse a portagem no esteiro ou conseguisse autorização para isso.

8. Pedro José Marques, no seu «Diccionario Geographico abbreviado das oito provincias dos Reinos de Portugal e Algarves», publicado em 1853, ainda registou, decerto com alguma razão, o topónimo **Galafanha**, para informar que se tratava de uma zona da freguesia e do concelho de Vagos; nessa ocasião, porém, já vulgarmente se dizia «Gafanha». Muito mais tarde, em 1938 — portanto já em nossos dias — no VI Volume do seu «Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular», Américo Costa apontou igualmente o mesmo topónimo «Galafanha», remetendo para a palavra «Gafanha» a sua explicação; decerto não queria que se perdesse uma palavra que julgaria anterior à então corrente e vulgar.

«Galafanha» sempre me serviu de pista para, em confronto com outros nomes de locais ou povoações relacionados com «água», descobrir algo mais consentâneo com esta região e com os primitivos juncos nascediços ou ervas selvagens, que por aqui foram aparecendo ao deus-dará e reproduzindo-se sem qualquer entrave. Dentro dos meus limitados conhecimentos, agrada-me ver essa palavra como um composto originário de dois antigos étimos ou radicais diferentes — «gala» e «fânia» — ambos de procedência pré-romana que, como outros, continuariam a ser comuns no linguajar do povo, por vezes com feição latina. Vou passar a deter-me neles, separadamente.

**GALA.** No século XII antes de Cristo, na região setentrional dos Alpes deparamos com a presença de povos indo-europeus, vindos para aí da região superior do rio Danúbio, que ficaram conhecidos pelo nome de «Celtas» — palavra derivada semanticamente do vocábulo comum «gala» ou «cala», que os Gregos transcreveram por «Keltói». Pelos séculos VII e VI, em vagas sucessivas emigraram pelo rio Ródano e foram até Massília (Marselha), no território que, pela sua presença, se ficou a chamar «Gália»;

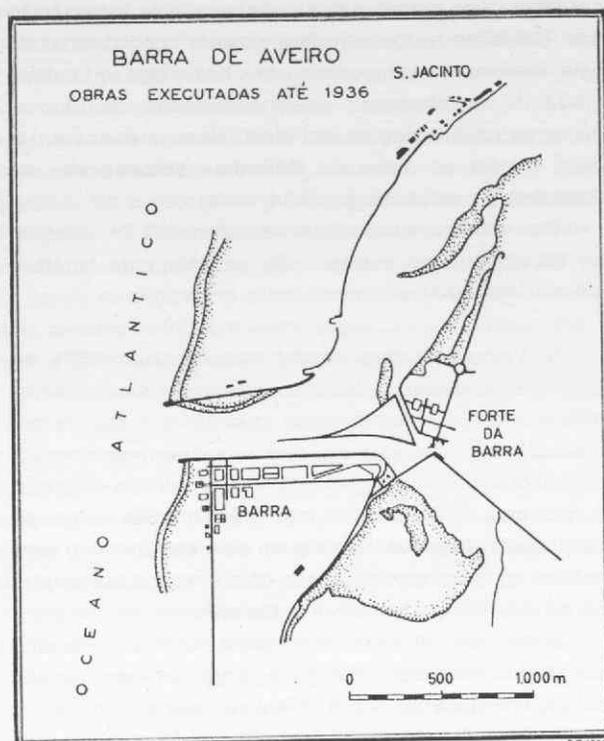
subiram também para as Ilhas Pretânicas (ou Britânicas) – Albion e Ierné – tanto pelo Reno e pelo Sena como pelo Garone e pelo mar, e lá deixaram testemunhos, nomeadamente na designação do «País de Gales»; em seguida, idos de Massília, penetraram, por um lado, na Itália e, por outro, na Península Hispânica. Heródoto, historiador helénico do século V antes de Cristo, chama «Celtas» aos povos que viviam desde Gibraltar até à Europa Central. Caminhando sempre para ocidente, alcançaram uma vasta zona que ficou conhecida por «Callécia» ou «Galécia» (Galiza) e que ia, para sul, até «Callem» (Gaia). Nos meados do século IV antes de Cristo, indo mais para oriente, invadiram a Macedónia e a Grécia; derrotados, passaram à Ásia Menor depois da morte do Imperador Alexandre Magno (323) e foram-se apoderando de uma grande região, conhecida posteriormente por «Galácia». É, pois, naturalíssimo que por toda a Europa – e não só – se conservem, nos diversos idiomas modernos, numerosos radicais e étimos de origem céltica.

Como os povos primitivos aprenderam a falar por onomatopeia, imitando os sons característicos da natureza e do barulho das coisas, as palavras antigas eram quase todas monossilábicas ou dissilábicas; além disso, as consoantes, que por justificação são letras para soarem juntamente com os caracteres principais do alfabeto – as vogais – aparecem-nos por vezes diferentes ou variáveis. No caso de «gala», também encontramos variantes como «ala», «cala», «pala», «sala», «tala», «vala»... – todos a quererem significar zona lacustre, terra pantanosa ou lamacentada, região de argila ou barro. Exemplificando, anotam-se alguns topónimos e outras palavras portuguesas, em que talvez entre este radical, vulgaríssimo entre os celtas, que era um povo habituado a viver à beira de rios, de lagos e de mares: – Alavário ou Talavário → Taveiro e Aveiro; Talábriga; Alviela; Alagoa; Lagoa; Alavóo → Avô (povoação) e Albói; Alafoen → Lafões; Alamenara → Almiar; Alazira → Lezíria; Alavos → Lavos; Alverca; Álamo; Lami-gueiro; Calafate; Cale → Gaia; Cale (corrente de água); Gala; Sala → Sá (povoação); Pala (povoação); Calado (altura da parte imersa do barco); Caladunum (citânia junto de Montalegre; Leixões; Leça; Lima; Liz; Leiria; Vala; Vale; etc..

Não será, de facto, toda essa zona das Gafanhas uma grande «Gala», maior do que a dos arredores da Figueira da Foz, pois acompanha toda a ria de Aveiro, desde Ovar e Murtosa até ao sul de Mira? Terrenos pantanosos, foram sucessivamente habitados por colonos e preparados para a produção do sal e para a exploração agrícola. O topónimo «gala», muito anterior ao aparecimento destas terras, teria sido importado ou teria vindo com as pessoas que aqui se foram radicando.

Resta-me que me detenha sobre o outro radical, donde surgiu a palavra FÂNIA.

A terminação deste vocábulo em IA indica tratar-se de um plural, de um conjunto ou de um colectivo. Assim aconteceu com «Spânia», que os Gregos e os Romanos também escreveram «Ispânia ou Hispânia» e que designa a Península Ibérica. Spânia terá a sua origem em «span»



Obras da barra realizadas até 1936.

que, nas línguas primitivas, queria dizer palma da mão, aludindo à grande planura, ou entrada para o continente europeu. Fixando-nos no étimo colectivo «fânia», podemos naturalmente concluir que teria derivado de «fan».

«Fan», ou o seu antepassado ou contemporâneo «pan» – porque certos povos, como os árabes, não tendo a consoante «p», substituíram-na por «f» (até os Gregos tinham o «pfi»), significaria leque entre os Celtas e mesmo entre os Egípcios. Ainda hoje em inglês, «fan» é leque ou coisa parecida; no português antigo, não se usava «fânio» para designar uma espécie de junco semelhante ao papiro, planta essa própria das margens dos rios e dos lugares inundados? Há vocábulos e dicionários que continuam a registá-la. E no Brasil ainda hoje se chama «fan-fan» a um arbusto selvagem que prolifera na Amazônia. É fácil de ver a parecença do leque com o papiro e afins... que abrem em leque.

Já agora, entre parêntesis, lanço mais umas interrogações: – «Pântano» e «Pampa» não serão terrenos encharcados que assim se chamam por neles se reproduzirem e crescerem as plantas fan ou pan? «Panamá» não terá a mesma origem, pois trata-se da região onde se cultivava e donde se exportava o junco para o fabrico dos chapéus ditos «panamá»? E a um campo cheio de ervas selvagens ou juncos não se chama um panasco ou um panascal? Em Portugal até podemos conjecturalmente encontrar topónimos com a mesma proveniência, como Fão, Fanhais, Fanhões e mesmo Panões.

Resumindo: **Gafanha** filiar-se-ia no étimo anterior **Galafanha**, cujas duas primeiras sílabas se contrairam,

como aconteceu com «Talavárium» ou «Alavárium» que deu Taveiro e Aveiro; por sua vez, **Galafanha** seria o resultado da evolução semântica de **Galafânia**. Assim, tal designação significaria vulgarmente uma zona pantanosa ou lacustre, abundante em espécies de junco, papiro ou ervas selvagens. E não seria isso mesmo toda esta região antes de ser humanizada e agricultada?

Até o Dr. Joaquim Tavares da Silveira, embora inclinando-se por outra etimologia, apontou em 1942 que, na sua aldeia da Fogueira, conheceu ainda um baldio arenoso e sáfaro, povoado de magras e descontinuas moitas de mato, chamado **Gafanha**. Esta coincidência de nome para os locais semelhantes não virá corroborar a etimologia que apresento — terreno pantanoso, alagadiço ou encharcado que produz juncos ou ervas silvestres? (Cf. **Monografia da Gafanha**, 2.<sup>a</sup> edição, pg. 14).

Levantei apenas uma questão diferente da ou das habituais etimologias que se apresentam para a palavra Gafanha. Passo ao último ponto da minha palestra.

#### D — POVOAMENTO

Baseando-nos em estudos de investigação arqueológica e antropológica, supõe-se que o povoamento humano de toda esta região ribeirinha da moderna Beira Litoral começou precisamente na época da transição do Período Neolítico para a Era dos Metais, cerca de 3.000 anos antes de Cristo. Concretizando na zona restrita cujo centro inicial terá sido o lugar de Aveiro, os primeiros habitantes espalharam-se por diversas «póvoas»; seriam eles talvez provenientes de uma tribo de povos vetões, conhecidos por Transcodanos, vindos das terras do Além-Coa. Aí, no planalto ibérico, habitavam as margens dos grandes lagos que entretanto foram desaparecendo e cujos vestígios constituem hoje as bacias de alguns rios da província espanhola de Salamanca. Eram pessoas habituadas à vida lacustre; por isso, em pequenas levadas sucessivas, procurariam uma região onde pudessem continuar a faina de pescadores; tendo-a encontrado, aqui teriam escolhido para polo habitacional uma reentrância da costa marítima em que existia uma espécie de outeiro, entre os esteiros do Cojo, do Albói e da Pega. E, nas cercanias do Alaváriu, deter-se-iam em Beduído, Angeja, Eixo, Soza e Vagos. Assim sendo, com certeza que os Transcodanos ergueram rudimentares fortificações nos sítios onde seriam, na época cristã, as igrejas de S. Miguel de Aveiro, de S. Tiago de Beduído, de Santa Maria de Angeja, de Santo Isidoro de Eixo, de S. Miguel de Soza e de S. Tiago de Vagos.

Ao redor do século X antes de Cristo, a esta população junta-se-iam os Fenícios vindos do Médio Oriente por mar — povo dado sobretudo ao comércio, buscando metais em troca de tecidos de púrpura, de estatuetas e de objectos de barro; abandonando as relações com o país de origem, passariam a dedicar-se à pesca, ao fabrico do sal e ainda à cerâmica.

Centenas de anos mais tarde, lá para o século VII antes de Cristo, chegaram ao nosso litoral os Gregos, que já tinham fundado algumas colónias nas praias circun-

dantes do Mediterrâneo. Depois, como já foi referido, apareceram também os Celtas, originários do centro da Europa; enquanto os naturais ainda usavam instrumentos de bronze, eles já utilizavam objectos de ferro. Acharam uma terra despovoada em larga escala, mas plana e, nesses recuados tempos, coberta de densas florestas e matagais; da sua fusão com os autóctones terão descendido os Celtiberos, que herdaram não só o carácter agrário mas também a vocação ou tendência marítima dos antepassados.

Desde o século IV antes de Cristo, verifica-se um novo dado nos povos peninsulares: começaram a defi-



Primitiva igreja de Nossa Senhora da Nazaré

nir-se os limites da Lusitânia, que — no dizer de Estrabão — viria a tornar-se na mais forte das nações ibéricas. Se, como povo ágil e guerreiro, conseguiu alargar as suas fronteiras e dominar quase toda a Hispânia, como povo essencialmente dedicado à agricultura, triunfou sobre a propensão comercial dos Celtas. Seria esta gente que fundou algumas das conhecidas povoações fortificadas ou «brigas», como Langóbriga, Talábriga e Conimbriga, entre outras.

Veio depois, no século II antes de Cristo, a difícil e morosa ocupação dos Romanos, que encontraram dura resistência na Lusitânia. Senhores deste país e deste povo graças sobretudo à traição que não só ao poder das

armas, os Romanos construíram diversas estradas militares; tais meios de comunicação iriam grandemente facilitar a migração futura de novas levas de povos, bem como a difusão do Evangelho de Cristo.

Contudo, o Império Romano entrara em decadência e as invasões dos povos ditos «Bárbaros» eram um facto; por esta região passaram os Vândalos, no século V depois de Cristo, deixando atrás de si a destruição e a morte; vieram depois os Alanos, os Suevos e os Visigodos. Os Mouros, vindo furiosamente do norte de África, chegaram no início do século VIII.

Efectivamente, foi no ano de 711 que os Mouros derrotaram as forças cristãs visigóticas na batalha de Guadalete; em seguida, penetraram rapidamente na Península Ibérica, a tal ponto que, decorridos uns escassos quatro anos, a tinham em seu poder, com excepção das Astúrias. Aqui, alguns capitães cristãos encontraram asilo, defendidos naturalmente pelas montanhas da região; comandava o núcleo de resistência o cavaleiro Pelágio, Pelaió ou Paio que, em 718, conseguia humilhar o exército invasor em Cangas de Onis. Iniciava-se assim esse movimento que a história denominaria por «Reconquista Cristã» — luta que durou cinco séculos no actual território português.

Durante a demorada campanha da Reconquista, com seus avanços e recuos, toda a região confinada pelos



Primitiva igreja de Nossa Senhora da Encarnação.

rios Ave e Vouga — ou até pelo Minho e Mondego — entrava em decadência populacional; temos conhecimento porém, de que, no século X, as diminutas gentes, moradoras no litoral da enseada aveirense, por aqui fabricavam o sal e que, por documentos coevos da centúria seguinte, tal labor se exercia nas marinhas de Eixo, Alquerubim, Esgueira, Vagos, Boco, Soza e Ílhavo. A ria estava longe de ter a configuração actual e a restinga de areia do Furadouro à Praia de Mira ainda não existia.

Com o fim de confrontar a excessiva tendência autonómica nestes longíquos confins do Reino de Leão, que não cessava de se acentuar, D. Afonso VI, em 1095, decidiu juntar num só os vários condados da zona ocidental, entre os rios Minho e Mondego, e confiar o governo a pessoas da própria família: a sua filha bastarda D. Teresa, casada com D. Henrique de Borgonha, cavaleiro francês. O monarca não iria a tempo; na consciência colectiva das gentes já surgira o sentido embrionário de uma pátria, livre e independente, senhora dos seus destinos históricos. O Condado Portucalense era o antecessor imediato da Monarquia Portuguesa.

Entretanto, como já se disse, foi-se formando a ria com o depósito do aluvião e das areias; o mar ia recuando para a linha de costa que hoje conhecemos.

Nesta zona lagunar, cortada por canais de água salgada, vivem os **marnotos** — nome daqueles que, conhecendo como ninguém, pela sua capacidade e experiência, todos os pormenores da respectiva indústria, trabalham no fabrico do sal e fazem da paisagem um gracioso espectáculo a sugerir um acampamento de tendas brancas. Neles temos clara a presença de uma árdua labuta que, vergando-os sob a torreia do sol estival, se processa por aqui desde há muitos séculos.

Durante a primeira dinastia, era o sal de Aveiro que não só abastecia o País, mas também se exportava para a Inglaterra, a França e a Flandres; no tempo de El-Rei D. Afonso IV, existiam na região umas quinhentas marinhas. Nos fins do século XVIII, porém, esse número desceu para cento e sessenta e oito; mas a abertura da barra nova em 1808 ocasionou a melhoria substancial das condições da laguna, a ponto de se poderem restaurar as antigas e fazer novas marinhas.

Os **pescadores** percorrem a ria nas suas embarcações ou, atrevendo-se ao mar, projectam a nossa maneira de ser e os nossos costumes em todas as latitudes, donde importam influências estranhas. São eles que enchem os canais com uma variada teoria de barcos e bateiras; ao longo da costa, dominava o «barco do mar», actualmente já raro pela decadência da xávega.

Estes homens, cuja profissão se desenvolve sobre as águas, podem subdividir-se, conforme a zona donde são naturais: os **murtoseiros**, que embora vogando pelos canais da ria, conservam ordinariamente as raízes na terra que cultivam, sem perderem a ânsia de um dia emigrarem para a América do Norte; os **mirões** a sul da laguna, que, profundamente presos à terra e trabalhando nas «gândaras», são simultaneamente pescadores e agricultores e usam barcos não dotados da beleza dos seus

congêneres; e os **ilhavos**, que, com uma acentuada e ancestral vocação para o mar, saíam da barra, fundam núcleos de pescadores em Matosinhos, na Afurada, em Quiaios, em Lavos, na Nazaré, em Sezimbra, na Caparica e talvez no Algarve, e aventuram-se a romper as ondas alterosas e a ir até às águas frias do Canadá, para nos trazerem o apetecido fruto das suas pescarias. Pelos anos de 1500-1501, pouco depois da viagem de João Fernandes Lavrador e Pedro de Barcelos, destemidos aveirenses e seus vizinhos alcançaram os bancos da Terra Nova a fim de pescarem o bacalhau, juntamente com homens de Viana do Castelo.

Os pescadores que viviam no litoral marítimo — em especial os da xávega — moravam habitualmente nos típicos «palheiros». Construídos exclusivamente de tábuas de pinheiro e quase parecendo habitações lacustres, assentavam sobre grossa estacaria verde, enterrada na areia, apoiada em lastro de pedra ou cascalho e circundada de sal para evitar o apodrecimento.

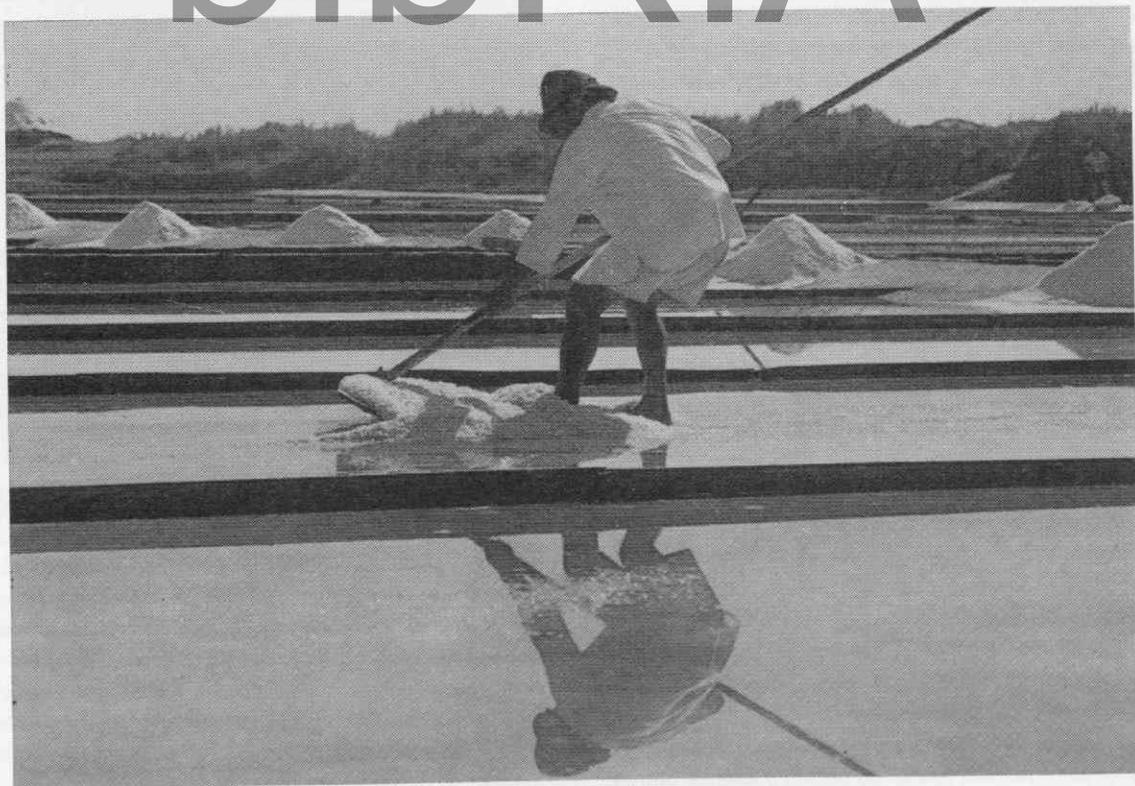
Numa zona largamente fertilizada pelo moliço, existia — e continua a existir — uma população agrícola com um índice muito acentuado. Em geral, os **lavradores** são pequenos proprietários, cujos haveres raramente excedem a própria habitação e o espaço ou espaços de terreno para a cultura dos géneros que bastam à sua subsistência; esta posição permite-lhes uma certa vida autónoma.

Posteriormente — já numa época muito recente, para não dizer quase contemporânea — chegaram à região da Gafanha novos colonos, com o intuito de agricultarem as areias, a quem os incolos viriam a apelar de **gafanhões**; era um novo tipo de gente, cuja actividade se iria desen-

volver numa zona deserta, batida pelo vento, ressequida pelo calor e avessa à vegetação, que, entretanto — como atrás se disse — fora emergindo no meio da velha baía, agora transformada em ria.

Este areal extenso, separado de Aveiro e de Ilhavo pelos canais salgados da laguna mas ligado a Vagos por chão contínuo, não atraía o homem para trabalhar. Passaram-se alguns séculos sem que outra coisa aqui se produzisse senão ervas, juncos, arbustos e árvores, de nascimento e multiplicação a esmo, além de animais bravios. Chegaria, contudo, a época em que se iniciaria, também nesta região, um labor insano de agricultura e, em consequência, o seu povoamento humano. Era natural que os primitivos habitantes viessem pelo sul, por então ser a única passagem menos difícil, dada a inexistência das pontes actuais que transpõem os canais e das modernas estradas que atravessam os areais. Além disso, toda a zona das Gafanhas, cujo limite norte era a barra e o canal denominado Cale da Vila, pertenceu à jurisdição paroquial e concelhia de Vagos — até 1835 no foro eclesiástico e, até 1853 ou 1855, no foro administrativo.

Existe entre os Gafanhões uma antiga tradição de que os seus primeiros antepassados locais — sem desprimor para os presentes — teriam sido quatro criminosos, para aqui degradados pela Justiça. Como prova comparativa desta versão apresenta-se o facto de haver ao norte da Torreira, em zona semelhante a esta da Gafanha e seu natural prolongamento, a denominada quinta dos Degredados. Individualizando os presidiários, diz-se que um era mortuseiro, por alcunha o «marinhão»; outro de Ovar,



Ria de Aveiro — Marnoto a rer o sal.

que se instalou na quinta que veio a chamar-se do «Vareiro»; outro, o «Carramão», que também deixou o nome na toponímia; e o quarto, de quem nada se sabe. Até hoje, não se pôde documentar tal tradição, que nos deixa interrogações; mas, mesmo que fosse verdadeira, não colidiria com a presença dos foreiros e caseiros de que nos falam fontes históricas.

De facto, em 1677, João da Silva Telo de Meneses, conde de Aveiras e senhor de Vagos, directo proprietário das quintas da Mó do Meio, do Preguiceiro, do Marinhão e do Carramão — ou seja, de toda a fazenda que ia desde os actuais estaleiros navais até à antiga passagem de barco para a Costa Nova — fez vários aforamentos, por jeiras e leiras, a diversos agricultores e caseiros. Entre eles, apenas se informa a residência ou proveniência de Manuel da Rocha Tanoeiro, que se diz ser de Vagos; ainda hoje, a identidade de muitos apelidos usados por pessoas das Gafanhas comprova a asserção da origem vaguense dos primeiros habitantes e de outros que se lhes seguiram.

A primitiva colónia instalou-se um pouco a nascente da actual ponte da Cambeia e a sul da quinta da Mó do Meio; foi por aí, um tanto mais para nascente, já na quinta do Marinhão, que, em 1818, se construiu a pequena capela de Nossa Senhora da Nazaré, para servir de centro de culto a toda a Gafanha.

Na sequência dos anos, as quintas foram sendo cobçadas e exploradas por outros foreiros e arrendatários que, atraídos pela facilidade de instalação, aí acabaram por se fixar, escolhendo os locais mais férteis. O povoamento começara pelo norte; logo sucessivamente, embora com vagar, o âmbito humano foi-se alargando para sul, em busca de terrenos livres e desafogados, sobretudo junto à ria, donde se extraía o moliço e onde se tornava mais fácil o trabalho e as comunicações, por barco. Desta forma, surgiram pequenos aldeamentos, que progressivamente se iam ampliando; apareceram as diversas Gafanhas que — pelo que se supõe — tomaram os nomes dos sítios: — Gafanha da Cale de Vila, pela proximidade do canal da ria que vai para Aveiro, então vila; Gafanha da Gramata, pela abundância desta planta herbácea e marinha, de mistura com o junco e outras plantas; Gafanha dos Caseiros, por os seus habitantes serem caseiros das quintas de proprietários que viviam fora daqui; Gafanha da Vagueira, por ser próxima da vila de Vagos; e Gafanha de Aquém, por estar da parte de cá do Boco ou mais perto do que outra Gafanha anterior. É evidente que os nomes modernos — da Nazaré, da Encarnação, do Carmo e da Boa-Hora — vieram dos títulos da Celeste Padroeira Nossa Senhora, entretanto escolhidos pela devoção popular para as suas respectivas capelas.

É natural que a segunda colónia de forasteiros se instalasse, com os caseiros da quinta do Preguiceiro e do Mato do Feijão, no local cujo centro seria a capela e hoje a igreja paroquial da Gafanha da Encarnação. Entretanto, as terras iam passando para a posse de outros senhorios, por venda, por herança ou por testamento.

Certamente originários de Vagos, de Mira e das suas imediações, os primitivos colonos da Gafanha prosseguiram nos seus hábitos antigos e nos processos de amanho e cultivo das terras, até porque os inóspitos areais e pousios selvagens eram semelhantes aos chãos onde anteriormente se ocupavam; terrenos da mesma constituição seriam trabalhados por homens dos mesmos costumes, que poderiam usar os mesmos métodos e as mesmas alfaias agrícolas. Aos lavradores de Ílhavo e de Aveiro não seria apetecível a migração para as areias pobres e áridas, a exigirem muita persistência e muita canseira. Outros chegariam mais tarde, filhos de diversas regiões... mas vinham sobretudo para os estaleiros, para os barcos, para a pesca, para as secas do bacalhau, etc.; então, a partir da segunda metade do século XIX, já havia ligação estradal para os lados do nascente, em direcção a Aveiro e a Ílhavo.

Aqueles pioneiros, quando apostaram no cultivo das lombas, não encontraram condições capazes de favorecer a germinação das sementes nem matéria orgânica que lhes desse alento. Mas... não desanimaram; aprenderam a apanhar o moliço do fundo da ria, misturaram-no nas areias e a árida e pantanosa «Galafanha» de então tornou-se na promissora e verdejante «Gafanha» de agora. Realizaram o «milagre» e, por isso, sentiam-se certamente livres e felizes; o esforço dava os seus resultados.

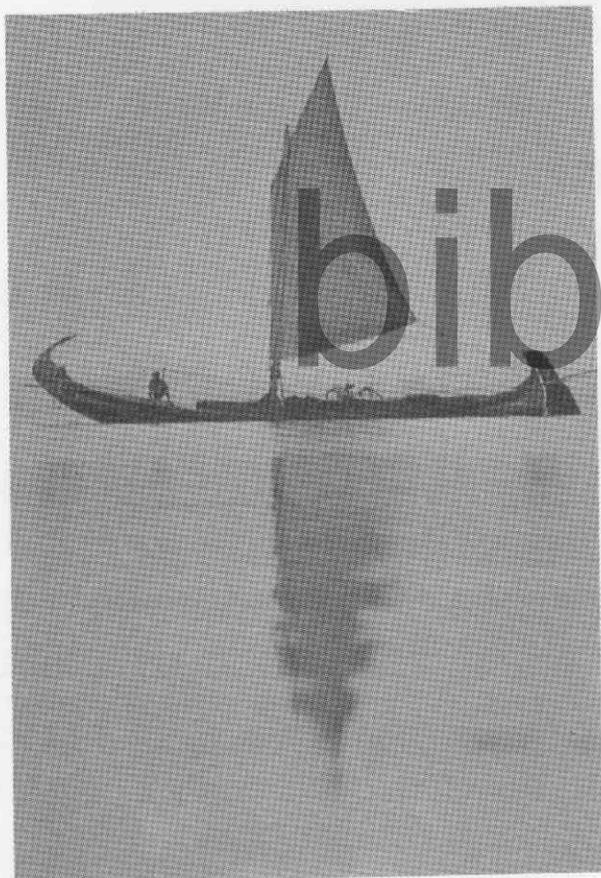
Farei seguidamente uma pequena referência a Joana Rosa de Jesus, conhecida por Joana Gramata ou Joana Maluca, que equivocadamente se diz ter sido progenitora ou matriarca dos habitantes desta zona, sobretudo da Gafanha da Encarnação.

Filha de António Fernandes Cardoso e de Luísa Gramata, nasceu em 1788 e era neta de Manuel Fernandes Cardoso e de Tomásia Francisca, da Gafanha — ao tempo da freguesia de Vagos — e de Tomé Francisco Gramata e de Luísa Rodrigues, do lugar do Espinheiro, da freguesia de Ílhavo, Joana Rosa de Jesus, viria a casar, pela primeira vez, com José Domingos da Graça que, oriundo de Calvão, tomava conta de gados pelas dunas e pousios da Gafanha. Na sua vida, seria mulher forte e sabedora no governo da sua casa e da sua fazenda e granjearia simpatias de pessoas ilustres que a estimavam e se compeziavam em ouvi-la. Enviuvando, casou, em segundas núpcias, com António dos Santos Pata; faleceu com noventa anos, em Janeiro de 1878, tendo deixado nove filhos, todos do primeiro matrimónio, e sessenta e seis netos. Pelo trabalho, alargou os seus haveres e chegou a ser proprietária, embora foreira, de toda a quinta do Mato do Feijão. Extremamente solícita em cuidar dos seus interesses materiais, também não esqueceu as necessidades espirituais dos familiares e dos vizinhos, tomando a iniciativa de mandar construir à sua custa, em 1848, uma capela dedicada a Nossa Senhora da Encarnação, que dotou com as alfaias necessárias para o culto litúrgico. O conhecido oleiro Pedro António Marques — vulgarmente alcunhado por Pedro Serrano — que tinha uma fábrica de cerâmica em Aveiro, ofereceu-lhe as imagens

do Imaculado Coração de Maria e do Apóstlo S. Tomé.

Joana Gramata, que viveu a maior parte da sua vida no século XIX, foi decerto uma valiosa e invulgar contiuadora da colonização e do povoamento da Gafanha, especialmente da Gafanha da Encarnação, pelo seu esforço porfiado, pelo seu trabalho pertinaz e pela sua numerosa descendência; mas não foi a iniciadora da presença de homens e de mulheres nestas paragens. Os primeiros incolos — como vimos — terão sido os caseiros do conde de Aveiras e senhor de Vagos, mais de cem anos antes.

Com o Padre João Vieira Resende, podemos, pois, afirmar com muita probabilidade:— «1.º que o povoamento da Gafanha começou seguramente cerca do ano 1677, época relativamente muito recente, mas mais remota do que muita gente julgava; 2.º que, embora se não saiba de cultivadores existentes na Gafanha antes de 1677, prova-se no entanto que as suas terras já produziam pão naquela época, o que nos indica ter havido cultivadores anteriormente e, portanto, que o seu povoamento



Ria de Aveiro — Barco moliceiro.

provável teria começado antes de 1677; 3.º que esse povoamento foi feito, pode dizer-se, quase exclusivamente pelos povos vindos da freguesia de Vagos e, mais, que eles ainda continuaram a povoar até uma época muito próxima; 4.º que os povos de outras freguesias só muito tarde e muito frouxamente contribuíram para o povoamento; 5.º que a infiltração destes povos na Gafanha, a

princípio morosa e depois quase tumultuária, se explica e justifica documentalmente por necessidades de expansão e cultura; 6.º que só frouxamente se pode dar foros de verdadeira à tradição de que seriam quatro criminosos os fundadores da Gafanha» (**Monografia da Gafanha**, 1.ª edição, pg. 66; 2.ª edição, pg. 47).

Entrados no século XX, os povos da Gafanha, já enquadrados na freguesia de Ílhavo com excepção dos da Gafanha da Boa-Hora e suas imediações, pensaram seriamente na autonomia religiosa e administrativa. O índice demográfico, já acentuado, não cessava de crescer; era justo, portanto, que os responsáveis da Igreja Católica e as autoridades oficiais do País, indo ao encontro das aspirações locais, instituissem, respectivamente, novas paróquias para melhor servir a comunidade cristã e criassem novas freguesias civis para o interesse dos cidadãos.

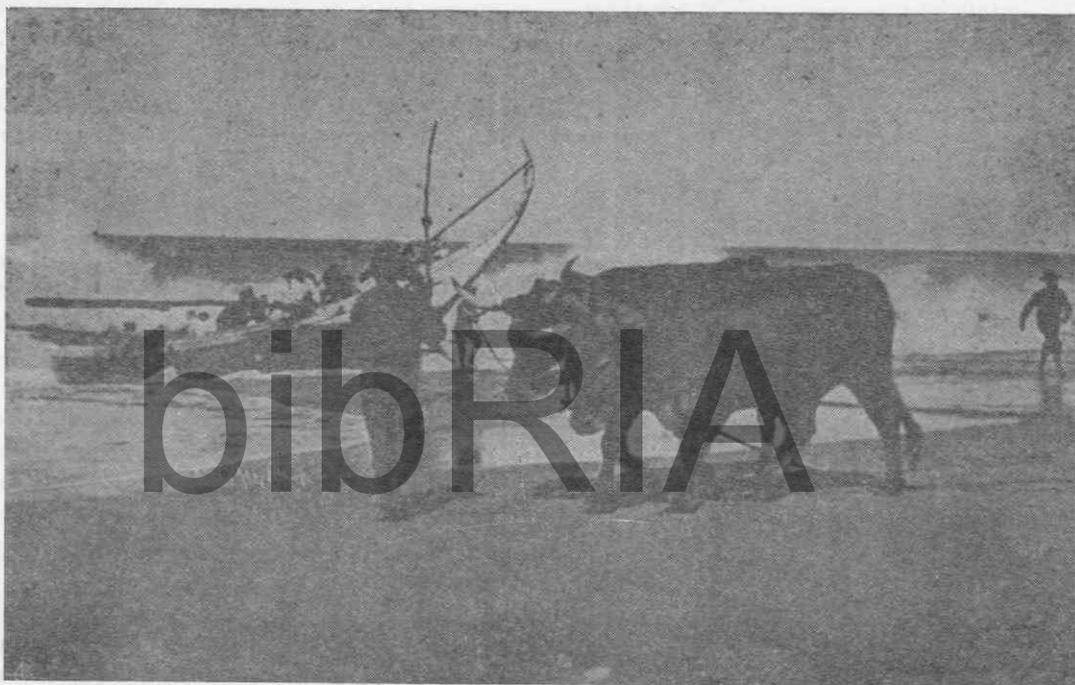
A primeira freguesia a ser criada, religiosa e civilmente, foi a da Gafanha da Nazaré, em 1910; a da Encarnação foi-o em 1926 civilmente e em 1928 religiosamente; a do Carmo — povoação que tinha sido transferida da freguesia de Ílhavo para a da Gafanha da Encarnação em 1934 — alcançou a sua autonomia religiosa em 1957 e a administrativa em 1960; finalmente, a da Boa-Hora foi elevada a paróquia religiosa em 1948 e a freguesia civil em 1966.

Mas o progresso populacional das Gafanhas não estagnarà, dada a sua situação geográfica e o espírito animoso e empreendedor dos seus habitantes. A construção de pontes, a abertura de estradas, ruas e caminhos, a fixação e a melhoria da barra, a ampliação do porto, a proximidade da auto-estrada do Norte e a rodovia para Vilar Formoso e para o centro da Europa são meios preciosos que favorecem um maior crescimento não só da zona das Gafanhas mas também de toda a região da ria, senão mesmo de todo o território que do rio Douro se espria até ao Mondego.

Para estudo das manifestações sociológicas do povo de uma região é fundamental, ou até necessário, que nos debrucemos na análise do ambiente natural em que ele vive. Este, porém, resulta, por um lado, da acção da própria natureza e, por outro, da actividade do homem que, habitando a terra, nela trabalha em ordem ao seu progresso material, social e moral. O homem, colaborando com o Criador, aperfeiçoa a terra e modifica as paisagens; desde a sua pegada inicial, ele jamais parou de pensar e de agir no sentido de afeiçoar o seu «habitat» e de o colocar ao serviço do seu alto destino. Assim aconteceu na Gafanha.

Que os homens de agora nunca venham a estragar, pela incúria ou pelo desamor, o que a natureza e os seus antepassados lhes legaram com tanto carinho e tanto esforço; e, se algum prejuízo provier dos efeitos negativos do progresso, que haja coragem de se remediar sem tardança, enquanto for tempo, para bem da Gafanha, para bem da região, para bem de todos nós.

12 de Dezembro de 1986.



O barco balouça no dorso da maré e os pescadores esforçam-se por o fazer arribar ao areal. Esta uma arte de pesca que ainda se vê (embora em menor escala) em algumas regiões da costa aveirense.

# bibRIA

NA CAPA:

1 - Marques Gomes

2 - Dr. Jaime de Magalhães Lima  
1859 - 1936

## Sumário

	Página
★ <b>Raízes da Fala e do Povo</b> . . . . .	5
Por Jaime de Magalhães Lima	
★ <b>Arte Nova — Uma «revolução estética» que chegou à Mealhada em 1911</b> . . . . .	36
Por Noémia Barreto Leitão e José Machado Lopes	
★ <b>Antologia Aveirense — Marques Gomes</b> . . . . .	41
Amaro Neves	
★ <b>Dominicanos de Aveiro, no século XVI (Elementos para a Obra Dominicanos em Portugal [DEP])</b> . . . . .	45
Por frei António do Rosário, op.	
★ <b>Formação da Ria e Povoamento da Região de Aveiro</b> . . . . .	55
Por João Gonçalves Gaspar	

OCEANO ATLÂNTICO

LEGENDA  
 ESTRADA NACIONAL  
 ESTRADA NACIONAL  
 ESTRADA NACIONAL  
 ESTRADA NACIONAL  
 ESTRADA NACIONAL  
 ESTRADA NACIONAL